

G

GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSAD)

C

CONGRESSO CONSAD 2020

D

DESAFIOS, CRIATIVIDADE E INOVAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA

DESAFIOS, CRIATIVIDADE E INOVAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA



XI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA

Realização

CONSAD
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO



6, 7 e 8

de maio de 2020



gestão pública
em foco



nomes internacionais
e nacionais



painéis
estratégicos



integração
dos estados

em **BRASÍLIA - DF**

mais informações em **consad.org.br**

**CUIDAR DE VIDAS
E SONHOS É MAIS
QUE ENCONTRAR
SOLUÇÕES PARA
O HOJE. É PENSAR
NO AMANHÃ.**

Siga-nos nas redes sociais:



AVANÇAR É A REGRA

O Brasil e o mundo têm vivido um período de mudanças significativas na forma de entender a funcionalidade e importância da gestão pública. Os desafios são grandes e, cada vez mais, estamos buscando soluções e parcerias que contribuam com melhorias significativas para os estados brasileiros. E é justamente neste cenário que o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) tem procurado se colocar como protagonista de pautas que podem mudar a forma de se fazer a administração pública brasileira.

Nos primeiros meses de gestão deste biênio, conseguimos dialogar e implementar grupos de trabalho importantes, a exemplo do GTD.GOV, construído em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP) e que é direcionado para a discussão sobre a Transformação Digital dentro do setor público; o de Gestão Estratégica de Pessoas nos Governos Estaduais e Distrital, que tem reunido esforços com instituições renomadas, a exemplo da Fundação Lemman; o de Escolas de Governo Estaduais e do Distrito Federal, que terá um papel estratégico para a formulação de estratégias que visam, sobretudo, à capacitação dos servidores públicos, bem como a formação de líderes em diversas áreas; a Comissão de Comunicação, que tem contribuído bastante com o reposicionamento da marca do Consad neste novo período; e, também, a participação no Grupo de Trabalho do governo federal que está discutindo profundamente todos os impactos e soluções para o pacto federativo no Brasil.

A nossa máxima, a partir de agora, é essa: ter como regra o avanço. Mas um avanço que esteja pautado na integração, pluralidade e, principalmente, na convergência de soluções comuns aos estados. É por meio desse trabalho de somar forças que, juntos, poderemos propor ações e, consequentemente, executá-las de modo que elas contribuam com o fortalecimento do nosso papel enquanto colegiado.

A 27ª edição da *Revista Governança e Desenvolvimento* vem com uma novidade muito importante para todos que são entusiastas do fortalecimento dessa rede de estados: em 2020, o Consad realizará o XI Congresso Consad de Gestão Pública, que voltará com uma programação ainda mais vasta e atual. O evento, que tem um comitê estratégico para sua realização, acontecerá em Brasília e deve reunir servidores públicos e representantes de diversos órgãos e instituições nacionais e internacionais renomadas. Este é um marco para a história do colegiado, pois a volta deste evento tão importante acontecerá justamente no ano em que ele completará 20 anos de existência.

Neste material, elaborado em parceria com as assessorias de comunicação das secretarias estaduais de Gestão e Administração do país, o leitor encontrará diversas matérias, artigos, publicações e indicações de conteúdo que dialogam com esse período de transformações vividas pelo Consad. Desejamos a todos uma boa leitura e que continuem acompanhando as ações do Consad!

Fabrizio Marques Santos
Presidente do Consad

MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento

VISÃO

Ser reconhecido como liderança nacional em gestão pública

VALORES

- Colaboração e cooperação
- Sinergia e integração
- Inovação
- Otimização e eficiência
- Ética e transparência

PRESIDÊNCIA

FABRÍCIO MARQUES SANTOS
Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio de Alagoas

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

EDSON CABRAL DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Administração
do Estado do Tocantins

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

LEANY BARREIROS DE SOUSA LEMOS
Secretária Estadual de Planejamento,
Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul

CONSELHO FISCAL

Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral (AM)
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)
Merlong Solano Nogueira (PI)

MEMBROS DO CONSAD

Maria Alice Melo Araújo (AC)
Fabrício Marques Santos (AL)
Suelem Amoras Távora Furtado (AP)
Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral (AM)
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)
Flávio Barbosa Jucá de Araújo (CE)
André Clemente Lara de Oliveira (DF)
Lenise Menezes Loureiro (ES)
Bruno Magalhães da Abadia (GO)
Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira (MA)
Basílio Bezerra Guimarães (MT)
Roberto Hashioka Soler (MS)
Otto Alexandre Levy Reis (MG)
Hana Ghassan (PA)
Jacqueline Fernandes de Gusmão (PB)
Reinhold Stephanes (PR)
Márcia Raquel Simões Lins (PE)
Merlong Solano Nogueira (PI)
Bruno Schettini (RJ)
Maria Virgínia Ferreira Lopes (RN)
Leany Barreiros de Sousa Lemos (RS)
Pedro Antônio Afonso Pimentel (RO)
Pedro de Jesus Cerino (RR)
Jorge Eduardo Tasca (SC)
Henrique Meirelles (SP)
George da Trindade Góes (SE)
Edson Cabral de Oliveira (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Elizabeth Garcia Campos

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Inês Carolina Barbosa Ferreira
Igor Raphael Gouveia de Queiroz

CONSELHEIRO EDITORIAL

Francisco Amorim

EDITORA

Maria Carla Lisboa

CHEFE DE REDAÇÃO

Igor Gouveia

AUXILIAR DE REDAÇÃO

Minne Santos

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

PROJETO GRÁFICO

Elton Mark

REVISÃO DE TEXTO

Ana Seidl

TIRAGEM

1.500 exemplares

CONSAD

SRTS Quadra 701, salas 527/528
Asa Sul, Brasília-DF
CEP: 70.340-000

Facebook: /consadbr
Twitter: @consadbr
Instagram: @consadbr

* Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Governança & Desenvolvimento é uma publicação do Consad produzida pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública – IBAP, com assessores de comunicação das secretarias dos estados filiados ao Consad.

NESTA EDIÇÃO



20 ANOS DE CONRAD
XI Congresso Conrad de Gestão Pública terá vasta programação em 2020

08

Anos

CAPA



GESTÃO NOS ESTADOS

36 Acre

- Governo assume compromisso de valorizar pessoal
- Servidor do Acre deve ganhar curso de capacitação

40 Alagoas

- Centralização de órgãos públicos revitalizará o centro de Maceió
- Governo alagoano monitora folha do funcionalismo para poder investir mais e melhor

48 Amazonas

- Governo amplia o controle patrimonial
- Amazonas controla e gasta bem menos com combustíveis

54 Amapá

- EAP começa a montar o Comitê de Desenvolvimento dos servidores públicos
- Consórcio Interestadual da Amazônia Legal capta recursos para o Amapá

60 Bahia

- SAC baiano se tornou referência na prestação de serviços à população
- RH Bahia garante ao estado gestão mais moderna de pessoas



66 Ceará

- Observatório ajuda o Ceará a monitorar o Brasil e o mundo
- Comitê cearense vai a Goiás e apresenta boas práticas de gestão
- “Zelar pela coisa pública é algo fundamental”

74 Distrito Federal

- “Plano de saúde do servidor será para todos e deve sair em abril”
- GDF qualifica servidor para atender melhor os cidadãos brasileiros
- Um olhar mais cuidadoso para os servidores públicos

86 Espírito Santo

- Tramitação digital garante economia de R\$ 8 milhões ao Espírito Santo
- Gestão imobiliária integra projeto prioritário do ES

96 Goiás

- Governo estadual busca modernidade e eficiência na transformação digital
- Goiás economiza ao mudar uso dos carros pelo estado

100 Maranhão

- Maranhão moderniza sistemas de gestão do patrimônio estadual
- Servidor estadual ganha saúde de primeiro mundo

104 Minas Gerais

- Minas economiza com o redimensionamento da frota de veículos
- Governo lança a segunda etapa do Transforma Minas

108 Mato Grosso do Sul

- MS vira referência em compra governamental
- Para otimizar a gestão, SAD pactua metas anuais

112 Mato Grosso

- Mato Grosso aprimora o serviço público com a gestão por processos
- Programa cria novos líderes e muda cultura dos servidores de MT

116 Pará

- 1º Encontro de servidores públicos do Pará capacita mais de 2 mil pessoas
- Perícia médica da Sead é reconhecida por dar um atendimento humanizado

120 Paraíba

- Maternidade lança projeto Cuidando de Quem Cuida

122 Pernambuco

- PE-Conectado II: Pernambuco dá um salto na era digital
- Menos custos e mais receita

GESTÃO CONSAD

CONSAD REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DURANTE O SECOP



LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

ENTREVISTA

MAURO BENEVIDES FILHO

deputado federal e ex-secretário do Planejamento e Gestão do Ceará

70



126 Piauí

- Piauí investe na qualificação dos servidores públicos
- Estado lança programa de habitação destinado aos servidores públicos

130 Paraná

- Paraná enxuga máquina administrativa e busca agilidade e eficiência
- Governo sem papel

134 Rio de Janeiro

- Governo do RJ desenvolve Plano Anual de Investimentos
- Estado aposta na gestão de resultados no PPA 2020-2023
- “O maior desafio é realizar uma grande mudança na forma de gerir a máquina pública”

142 Rio Grande do Norte

- Rio Grande do Norte investe em tecnologia e facilita a vida do cidadão

144 Rondônia

- E-Dívida ajudará Rondônia a controlar os precatórios
- Sistemas evitam despesas com papel e trazem alívio para os cofres públicos

148 Roraima

- Anunciado o PCCR para os servidores da administração indireta

150 Rio Grande do Sul

- Permuta de imóveis representa 1.500 novas vagas em presídios do RS
- Portal garante à população novos serviços digitais

156 Santa Catarina

- Processo de compras e contratações em SC favorece combate à violência contra mulher
- Pregão alivia os cofres públicos de Santa Catarina

160 Sergipe

- Governo de Sergipe fez sete concursos públicos em 2018
- Sergipe adota medidas para reduzir gastos na administração pública

164 São Paulo

- Fundo de Investimento Imobiliário pode render R\$ 1 bilhão a São Paulo
- Estado ganha uma nova Escola de Administração Pública e Fazendária

170 Tocantins

- Estado do Tocantins investe pesado na **transformação digital**
- É Pra Já disponibiliza serviços on-line para agilizar atendimentos



SEÇÕES

- 8 GESTÃO CONSAD
- 176 CURSOS E EVENTOS
- 178 Estante

ENTREVISTAS

- 28 INÊS CAROLINA SIMONETTI
- 70 MAURO BENEVIDES FILHO
- 80 ALEX COSTA ALMEIDA
- 92 LENISE LOUREIRO
- 138 BRUNO SCHETTINI

ARTIGOS

- 20 LUIZ DE MELLO
- 58 RAFAEL MUÑOZ DANIEL ORTEGA
- 168 TADEU LUCIANO SECO SARAVALLI RAFAEL SECO SARAVALLI



A PRÓXIMA EDIÇÃO DO
CONGRESSO CONSAD ACONTECERÁ
NOS DIAS 6, 7 E 8 DE MAIO DE 2020,
EM BRASÍLIA, NO DISTRITO FEDERAL



XI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA TERÁ VASTA PROGRAMAÇÃO EM 2020

CONSELHO REUNIRÁ, EM BRASÍLIA, SERVIDORES E REPRESENTANTES DE DIVERSOS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PARA APROFUNDAR TEMAS VOLTADOS PARA O FOMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TEXTO: REDAÇÃO CONSAD
FOTO: CONSAD

Neste ano em que completará 20 anos de existência, o Conselho Nacional de Secretários da Administração (Consad) trará de volta o renomado Congresso Consad de Gestão Pública. O evento, que chega à sua décima primeira edição, foi realizado pela última vez em 2017 e tem como meta reunir diversos órgãos, instituições renomadas, servidores e representantes da sociedade brasileira em uma agenda conjunta de fomento à administração pública.

A ideia, conforme a presidência do Conselho, é trazer ainda mais relevância para o evento, que,

tradicionalmente, é um dos mais importantes no país. A próxima edição, que já começou a ser desenvolvida pelo Consad, tem data e local marcado: acontecerá nos dias 6, 7 e 8 de maio, em Brasília, no Distrito Federal.

“O Congresso Consad de Gestão Pública já tem uma longa trajetória e uma história muito consolidada no Brasil. Após mudanças estruturais e, também, entendendo os cenários econômicos e políticos do país, retornaremos em 2020 após alguns anos de pausa. Os conselheiros deste biênio entendem o papel fundamental do congresso e, por

isso, ele se tornou uma agenda prioritária para essa gestão”, explica o presidente do Consad, Fabrício Marques Santos.

Nesta edição, o congresso contará com o apoio do Gabinete Civil e da Secretaria de Governo da Presidência da República, do Ministério da Economia, do Governo do Distrito Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e, ainda, com outros órgãos e entidades parceiras que possuem comprometimento com o fomento de melhorias da administração pública brasileira, que é um dos focos de atuação do Consad.

“O Consad tem se consolidado como uma instituição em defesa do interesse público, que está acima das disputas partidárias. Buscamos, principalmente, respostas às demandas da sociedade por meio de estudos sobre a aplicabilidade da modernização, tecnologia, inovação. Com a volta do congresso, buscamos retomar um intercâmbio valioso que precisa ser explorado e agregado cada vez mais nas rotinas dos estados e, principalmente, do próprio país”, conta o presidente.

NOVO FORMATO

De acordo com a organização do evento, nesta edição o formato deve mudar um pouco da forma que os participantes estão acostumados. Entre outras coisas, a programação deve contar com a participação de conferências de alto impacto, painéis com a participação de representantes de diversos estados, diálogos com especialistas nacionais e internacionais que são renomados em suas áreas de atuação e, ainda, com lançamentos exclusivos de livros relacionados com a gestão pública.

“Vamos potencializar o que já existia e trazer, de forma inovadora, algumas outras atividades que devem movimentar os três dias de congresso. A expectativa é que tornemos Brasília definitivamente o centro nervoso das discussões sobre gestão pública, inovação e todos os temas correlatos ao nosso trabalho. Tem sido, sem dúvida, um trabalho muito direcionado e pensado”, explica Fabrício Marques.

Para esta edição, são esperadas mais de mil pessoas – entre autoridades, políticos, gestores, estudantes e servidores públicos das esferas federal, estadual, distrital e municipal. “Esse é um evento que, talvez, seja o maior laboratório de experiências apresentadas sobre as diferentes práticas de gestão que estão sendo desenvolvidas nos dias atuais em todo o país, demonstrando que o Brasil, em que pese a crise econômica e política, tem boas experiências e o momento é mais do que

propício ao compartilhamento”, completa o presidente do Consad.

TRABALHOS CIENTÍFICOS

Com a missão de agregar conhecimento, o XI Congresso Consad de Gestão Pública também terá espaço para a apresentação de trabalhos científicos, que devem ser apresentados durante os painéis integrantes da programação oficial. A ideia é que os estudos recebidos tenham temáticas desde aplicações de tecnologia para a transformação da gestão dos transportes na administração pública até as novas propostas para inserir a criatividade no governo eletrônico.

Um comitê científico será formado e ficará responsável pela concepção, formatação metodológica e seleção dos trabalhos apresentados durante o congresso. Conforme a proposta do Conselho, esse grupo será integrado por especialistas renomados das áreas de políticas públicas e gestão governamental com expressiva representatividade no meio acadêmico e profissional, além de atuação destacada na área da gestão pública brasileira.

PRÊMIO MÉRITO CONSAD

Outra novidade interessante para essa edição é a volta do Prêmio Mérito Consad de Gestão Pública que, durante anos, agraciou servidores e pessoas importantes para a administração pública brasileira. “Em tantos anos de congresso, nos emociona perceber o legado que tantas pessoas deixaram ao serviço público brasileiro. De modo geral, o nosso objetivo, entre tantos outros, é privilegiar a inovação, a aplicabilidade, o conhecimento prático dos exemplos do governo federal, estados e municípios. Compor painéis multidisciplinares, trazer servidores, acadêmicos, consultores, provedores dos serviços para o debate. É maravilhoso perceber os avanços, o crescimento da participação de instituições de diversos locais do país e, principalmente, ter novamente o Prêmio Mérito Consad”, ressalta Fabrício Marques Santos.

Apesar de acontecer somente no próximo ano, o evento já começou a ser organizado pelo Conselho. E se engana quem acha que os preparativos para o XI Congresso Consad de Gestão Pública só começam perto do evento. Para deixar tudo bem amarrado e organizado, a presidência do Conselho divulgou uma resolução que institui e disciplina o funcionamento do Grupo de Trabalho de Gestão e Conhecimento do evento.

Ao criar a resolução, a presidência considerou a necessidade de fomentar padrões de gestão pública baseados na qualidade, eficiência, mérito,



transparência e no comprometimento com resultados que contribuam para o melhor atendimento aos usuários dos serviços públicos, o desenvolvimento do país e o fortalecimento da democracia, e do desenvolvimento de ações em defesa da excelência, bem como a necessidade de adoção de medidas resolutivas para a realização da edição do evento.

“A mobilização em torno da agenda da administração pública tem ganhado fôlego. Para que tudo ficasse organizado, decidimos criar um grupo técnico que vai se debruçar sobre o projeto e, em conjunto com os demais conselheiros, trabalhar os temas e outras questões internas. Estamos falando de um evento que pretende reunir pessoas de todas as regiões do Brasil. Por isso a articulação torna-se imprescindível”, completa o presidente do Consad.

DESAFIOS

Ainda conforme a publicação, o grupo de trabalho tem como competências identificar os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do congresso; gerir e administrar as ações e atividades para a sua realização; articular-se com especialistas do governo federal, organismos internacionais, academia e com instituições que detenham notório conhecimento na área de gestão pública e nos temas

“Com a volta do congresso, buscamos retomar um intercâmbio valioso que precisa ser explorado e agregado cada vez mais nas rotinas dos estados e, principalmente, do próprio país”

*Fabício Marques Santos,
presidente do Consad*

que deverão ser abordados no evento; e ainda instituir os comitês de Gestão Operacional e Científico, que ficarão encarregados da produção e realização do evento e pelo desenvolvimento do conteúdo abordado no congresso.

A expectativa da organização do evento é de que as inscrições para o XI Congresso Consad de Gestão Pública estejam disponíveis a partir de janeiro de 2020. Todas as informações serão divulgadas pelo portal consad.org.br. ●



CONSAD REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DURANTE O SECOP

OBJETIVO É COLABORAR COM O DESENVOLVIMENTO DE GRANDE AGENDA PARA A QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES DE TODO PAÍS. ENCONTRO EM BRASÍLIA FOI O MAIOR DA ÁREA DE TI E DA COMUNICAÇÃO DO BRASIL

TEXTO: REDAÇÃO CONSAD
FOTOS: ASSESSORIA SECOP 2019



O Conselho Nacional de Secretários da Administração (Consad) marcou presença na 47ª edição do Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública (SECOP). O evento, que neste ano aconteceu em Brasília, foi considerado o maior da área de Tecnologia da Informação e da Comunicação do país.

Mediado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP), o seminário é palco de encontro entre profissionais de TIC da esfera pública de diversos lugares do Brasil.

Na oportunidade, o presidente do Consad e secretário do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, Fabrício Marques Santos, fez parte do painel Governo como Plataforma, no qual discutiu estratégias adotadas pelo Conselho que convergem para a transformação digital dos estados, entre elas a criação do Grupo de Trabalho de Transformação Digital nos Governos Estaduais (GTD.GOV).

“O GTD, fruto de uma parceria com a ABEP, é um importante mecanismo para que possamos não só discutir temáticas relacionadas a esse processo de adoção da transformação digital nos estados, mas também implementar, de forma alinhada, as iniciativas que consolidarão este novo momento da administração pública brasileira”, explicou o presidente do Consad.

Com foco no estudo e na troca de conhecimentos e soluções para a transformação digital nos governos

O GTD tem cumprido papel significativo para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o aprimoramento da estrutura governamental em torno de uma cultura hábil e que esteja, de fato, alinhada às necessidades da população

estaduais e distrital, o GTD tem cumprido papel significativo para o desenvolvimento de estratégias que favoreçam o aprimoramento da estrutura governamental em torno de uma cultura hábil e que esteja, de fato, alinhada às necessidades da população.

“Sem dúvida, a participação no SECOP será uma ótima oportunidade para reforçarmos a importância da integração dos governos com suas áreas de TI para a garantia de um processo de transformação digital cada vez mais assertivo nas máquinas públicas locais. É só com essa noção de construção coletiva que poderemos dar a virada de chave para um governo cada vez mais facilitado tanto para a própria gestão como e, principalmente, para a população que depende dele”, ponderou Fabrício Marques. ●



CONSAD CONHECE POTENCIAL DE PARCERIAS DO BNDES PARA PROJETOS DA GESTÃO

**BANCO DE FOMENTO APRESENTOU PORTFÓLIO DE
NEGÓCIOS QUE PODE AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO
DE AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ESTADOS**

TEXTO: REDAÇÃO CONSAD
FOTOS: AGÊNCIA BNDES

A articulação com empresas e instituições renomadas tem sido um dos pontos focais de trabalho do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) neste segundo semestre de 2019. Uma dessas parcerias vem se materializando em Brasília, por meio de uma rodada de reuniões com representantes da Área de Governo e Relacionamento Institucional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nos encontros, gestores do Distrito Federal e de 17 estados puderam conhecer ações voltadas para áreas clássicas da gestão pública, a exemplo de projetos relacionados com concessões e parcerias público-privadas; acompanhamento fiscal permanente, gestão de ativos; financiamentos tradicionais, desestatização e reestruturação fiscal.

“O BNDES pode ajudar no processo de atração de recursos de forma sustentável, melhorar a eficiência do Estado, reduzir o tamanho daquilo que faz sentido reduzir e, em outra linha, colaborar com a capacitação técnica. São os dois pontos que temos a oferecer para vocês. Isso, é claro, vai evoluir ao longo do tempo e peço que entendam que vocês são clientes nossos”, explicou o diretor de Infraestrutura da instituição, Fábio Abrahão, aos conselheiros, em uma das ocasiões.

Para a conselheira e secretária do Planejamento do Pará, Hana Sampaio Ghassan, a parceria é indispensável para o fortalecimento dos procedimentos e das entregas de áreas consideradas prioritárias para a administração pública brasileira.

“Nosso potencial enquanto Conselho e enquanto gestores públicos, agentes transformadores da sociedade, pode aumentar consideravelmente com o apoio do BNDES. Podemos, nesses encontros, conhecer um pouco mais a fundo o portfólio de negócios do banco e entender de que maneira os mecanismos disponibilizados por ele potencializariam as nossas entregas, bem como poderiam auxiliar no desenvolvimento de algumas demandas relacionadas ao plano de trabalho que tem norteado as nossas atividades interna e externamente”, explica a conselheira do Pará.

O presidente do Consad e secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Alagoas, Fabrício Marques Santos, salienta a importância da integração do Conselho com instituições renomadas como o BNDES. Para ele, o protagonismo do colegiado na busca de pautas deste tipo tem sido fundamental para o desenvolvimento de projetos nas unidades federativas.



EM UM DOS ENCONTROS, GESTORES DO DF E DE 17 ESTADOS PUDEAM CONHECER AÇÕES VOLTADAS PARA ÁREAS CLÁSSICAS DA GESTÃO PÚBLICA

“Essa aproximação é muito importante, pois, a partir disso, poderemos levar ações concretas aos estados. O papel do Consad é justamente fomentar essas atividades e encontros, pensando nos resultados que eles podem causar num futuro próximo. Cada vez mais, o conselho tem se tornado protagonista na busca por soluções de questões relacionadas à administração pública”, conta.

SUPORTE TÉCNICO

Para além das possibilidades financeiras de apoio propostas pelo BNDES ao Consad, o banco apresentou-se, ainda, como mais um suporte técnico com o qual os conselheiros podem contar daqui pra frente. O primeiro resultado dessa articulação é a agenda intensa de workshops e capacitações disponibilizada pelo banco em novembro deste ano.

“Essa assistência técnica é um subsídio valioso para que consigamos avançar em vários projetos importantes para o bom andamento da administração pública, principalmente os relacionados à gestão de ativos, concessões e parcerias público-privadas, temas que têm sido muito discutidos no cenário nacional. Estamos muito felizes com toda essa articulação e esperamos que, com ela, possamos dar o melhor retorno possível aos estados”, afirma o presidente do Consad, Fabrício Marques Santos.

Os encontros com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foram resultado de uma ação conjunta do Consad com o Conselho Nacional de Secretários de Planejamento, o Conseplan. Neles, estiveram presentes conselheiros de todas as regiões do país. A expectativa é de que novas reuniões com o BNDES aconteçam nos próximos meses. ●



GOVERNO PARA AS PESSOAS É TEMA DA 5ª SEMANA DE INOVAÇÃO

REPRESENTANTES DE VÁRIAS SECRETARIAS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PAÍS ESTIVERAM PRESENTES NO EVENTO, QUE TROUXE AO DEBATE OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI

TEXTO: MINISTÉRIO DA ECONOMIA COM REDAÇÃO CONSAD
FOTOS: DIVULGAÇÃO



Em outubro, mais de três mil servidores públicos de todos os cantos do Brasil participaram da 5ª Semana de Inovação. O evento, que foi promovido pelo Ministério da Economia, Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Tribunal de Contas da União (TCU) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), aconteceu em Brasília e trouxe ao debate os desafios da Administração Pública no século XXI.

No primeiro dia de debates, a mudança de cultura no país com a digitalização dos serviços públicos foi um dos pontos enfatizados pelo secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel. “Queremos revolucionar o governo brasileiro com um governo eletrônico. Temos um enorme desafio: o de ter serviços não só digitais, mas confiáveis”, explicou Uebel no painel de abertura.

O secretário lembrou ainda que dois a cada três brasileiros hoje têm acesso a smartphone. E esse é um fator determinante para impulsionar ainda mais os serviços públicos junto à população. Uebel

A digitalização dos serviços públicos foi um dos pontos abordados no primeiro dia de debates da 5ª Semana de Inovação

destacou que mais de 450 serviços do governo federal passaram a ser oferecidos em meio digital somente neste ano.

Um dos casos de transformação digital mencionado foi o do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que implantou serviços online como a solicitação de aposentadoria por tempo de contribuição, de licença-maternidade rural e do benefício para pessoas com deficiência física. Outros novos serviços implantados neste ano e destacados pelo secretário foram a Carteira de Trabalho digital e o Certificado Internacional de Vacinação e Profilaxia.

O governo federal trabalha pela transformação digital de 100% dos 3,3 mil serviços da administração



A 5ª Semana de Inovação foi uma iniciativa bastante elogiada pelos representantes da Estônia e da Dinamarca, presentes no evento

pública até o final de 2022. A economia prevista é de R\$ 7 bilhões por ano quando a meta for atingida.

NOVOS LABORATÓRIOS

“Podemos ter a melhor tecnologia do planeta, mas precisamos ter o foco no ser humano. Em tudo o que fizermos, se colocarmos o ser humano como ponto central, temos como fazer algo concreto”, ressaltou o ministro da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, na abertura do evento.

O ministro anunciou que o governo federal está criando oito laboratórios de inteligência artificial que vão atuar em áreas como segurança cibernética, fronteiras do conhecimento e inteligência artificial ligada à administração pública.

Também participaram da cerimônia de abertura o presidente da Enap, Diogo Godinho Ramos Costa, o embaixador da Dinamarca no Brasil, Nicolai Prytz, o diretor-geral do Instituto Serzedello Corrêa, Fábio Granja, o diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Caio Paes de Andrade, e o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Moraes.

INTERNACIONAL

Um dos destaques da programação foi o debate com a presença dos representantes dos governos da Estônia, Siim Sikkut, e da Dinamarca, Rikke Zeberg, moderado pelo secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luis Felipe Monteiro. No painel, foram detalhadas as realidades dos dois países e a forma como se tornaram modelos de serviços públicos digitais no mundo. “O cidadão precisa estar com os serviços do governo nas mãos, com disponibilidade para usar 24 horas por dia, sete dias por semana”, afirmou Monteiro.

A digitalização dos serviços deve ser utilizada para melhorar a interação das pessoas com o setor público. “O Brasil já fez coisas fantásticas na transformação



digital. Acredito que, assim como outros países da União Europeia, vocês vão nos alcançar. Pecamos no início em não focar na experiência do usuário. Essa é uma recomendação que eu faria para quem trabalha na transformação digital no Brasil”, observou Zeberg.

Sikkut elogiou a iniciativa brasileira. “A estratégia do Brasil está muito boa, estamos acompanhando e torcendo para que dê certo e queremos muito aprender com o que vocês estão fazendo”. No Brasil, apenas com a transformação empreendida neste ano, já foi obtida uma economia de R\$ 1,8 bilhão.

GESTÃO INTEGRADA

Para o presidente do Conselho Nacional de Secretários da Administração (Consad), Fabrício Marques Santos, o evento é importante, pois coloca em pauta temas importantes para o desenvolvimento da gestão pública no país, propondo desafios e mostrando resultados para o time de servidores públicos das mais diversas secretarias e órgãos do país.

“O Consad apoia esse tipo de iniciativa, uma vez que esses eventos fortalecem o aprimoramento da gestão pública brasileira e fomenta transformações no cotidiano de milhares de servidores.

“Podemos ter a melhor tecnologia do planeta, mas precisamos ter o foco no ser humano. Em tudo o que fizermos, se colocarmos o ser humano como ponto central, temos como fazer algo concreto”

Marcos Pontes,
ministro da Ciência e Tecnologia,
Inovações e Comunicações

Engajar as pessoas e fazer com que elas pensem sobre inovação e governo é algo fundamental para os estados”, explicou.



DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA OS ENTES FEDERADOS: O BRASIL E A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Os entes federados estão enfrentando desafios, no Brasil e no mundo, começando pelo envelhecimento da população, que está criando pressões orçamentárias associadas a aposentadorias e pensões, saúde pública e programas de atenção aos idosos.

Ao mesmo tempo, a transformação digital cria oportunidades para o uso de novas tecnologias na administração pública, aumentando a eficiência. Porém, por outro lado, a capacidade de adoção de novas tecnologias depende de capacidades, como competências e qualificações dos trabalhadores, e de condições institucionais e regulatórias.

Um terceiro desafio decorre do baixo crescimento

da produtividade. Na média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a produtividade tem crescido nos últimos anos a taxas inferiores a 1% ao ano, enquanto nos anos 1990 o crescimento era superior a 2% ao ano. Essa desaceleração põe em risco o bem-estar das gerações futuras.

E não nos esqueçamos das mudanças climáticas, cujas consequências econômicas já estão se fazendo sentir.

Como enfrentar esses desafios?

Em primeiro lugar, criando espaço fiscal para enfrentar o envelhecimento da população e investir em programas que criem condições para que as



empresas e os trabalhadores possam tirar proveito da transformação digital. Nos países da OCDE, em média, quase dois terços do investimento público, que aliás é muito baixo no Brasil, estão a cargo dos estados e municípios.

Os estados têm grande protagonismo nas áreas de transportes e telecomunicações, que são essenciais para garantir o acesso das empresas a cadeias de valor cada vez mais competitivas e dos trabalhadores a mercados de trabalho cada vez mais exigentes.

Em segundo lugar, melhorando a capacidade de gestão, não somente na administração tributária e na provisão de serviços aos cidadãos, mas também na área de recursos humanos, que são um dos principais entraves à modernização e à inovação no setor público. Qualificação técnica, flexibilidade organizacional e liderança nos escalões superiores são atributos-chave de uma administração pública moderna.

Também é importante aprimorar a capacidade regulatória dos estados para reduzir custos administrativos e eliminar entraves ao empreendedorismo e à concorrência nos mercados, a fim de promover o crescimento da produtividade.

Em terceiro lugar, a experiência internacional demonstra os benefícios da cooperação entre os entes federados. Os mecanismos específicos dependem da tradição institucional de cada país, mas a cooperação

“Os estados têm grande protagonismo nas áreas de transportes e telecomunicações, que são essenciais para garantir o acesso das empresas a cadeias de valor cada vez mais competitivas e dos trabalhadores a mercados de trabalho cada vez mais exigentes”

ajuda a enfrentar desafios comuns, intercambiar experiências e disseminar boas práticas.

O crescente engajamento do Brasil com a OCDE permite o acesso do país às melhores práticas internacionais em todas essas áreas. ●

Luiz de Mello é diretor do Departamento Econômico da OCDE.



SERVIDORES PÚBLICOS QUE FAZEM A DIFERENÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA



IRMÃOS PROFESSORES COMPARTILHAM AMOR PELO MAGISTÉRIO E EDUCAÇÃO PARA JOVENS NO NORDESTE

TEXTO: ANA PAULA LINS (SEDUC ALAGOAS)
FOTOS: JOSÉ DEMÉTRIO E VALDIR ROCHA

Educação se aprende em família. A máxima que diz que é em casa que se adquire valores para a vida inteira se encaixa perfeitamente na história dos irmãos Ana Maria e Melquíades Souza de Oliveira e Sidney e Selma Pimentel. Pois suas famílias não só os formaram para a vida, mas também os inspiraram em suas escolhas profissionais: todos são professores.

Meninos do sertão, nascidos e criados em Major Izidoro (AL), os irmãos Melquíades e Ana Maria Souza de Oliveira tiveram, desde cedo, a educação presente em casa: a mãe Maria Nazaré e a tia Iracilda eram professoras. As duas inspiraram ambos e outros irmãos a seguirem a carreira do magistério.

O envolvimento de ambos com a educação começou a tomar forma quando chegaram em Maceió, trazidos pela tia Iracilda, professora da rede estadual e, posteriormente, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Melquíades chegou à capital em 1980 para estudar no Cepa, enquanto a irmã viria nove anos depois para cursar o ensino na Escola Estadual Benedito Moraes, na Pajuçara.

“Por influência da minha tia, sempre gostei de Geografia e, por causa dela, também fiz faculdade nessa área. Já são quase 30 anos de sala de aula, entre a rede pública e a particular”, recorda Melquíades, que leciona na Escola Estadual Moreira e Silva.



Ana Maria e Melquíades sofreram influência da mãe e da tia na escolha da profissão de educadores



Selma e Sidney compartilham a vocação pelo esporte, que também dividem com o restante da família

“Quando era criança, em Major, minha tia Iracilda sempre trazia livros quando nos visitava. Isso fez nascer minha paixão pela leitura e, consequentemente, pelo curso de Letras. Minha mãe dava aulas desde jovem e também foi uma grande influência para nós, que somos uma família de professores”, revela Ana Maria, que é técnica pedagógica da 1ª Gerência Regional de Educação (Gere) e professora da Escola Estadual Theonilo Gama.

AMOR PELO ESPORTE

Na capital, no bairro da Cruz das Almas, os irmãos Selma e Sidney Pimentel cresceram compartilhando a paixão pelo esporte, herança da mãe Maria do Carmo Arruda Pimentel, professora de Educação Física nas escolas Padre Pinho e Eduardo Almeida. Na hora de escolher o futuro profissional, a genética falou mais alto e os dois irmãos optaram pela Educação Física.

A paixão pelo esporte é compartilhada por todos ao redor. O filho de Selma, Pedro Oscar, e o filho de Sidney, que também se chama Sidney, são personal trainers. Telma Duarte, esposa de Sidney,

leciona Educação Física na Escola Estadual Eduardo Almeida, enquanto o esposo de Selma, Rodrigo Manolio, é ex-jogador de futebol. “Quando a família se reúne, o assunto é um só: educação e esporte. Temos ainda duas irmãs que são pedagogas”, contam Selma e Sidney.

Com o apoio dos pais, os irmãos seguiram rumos diferentes na Educação Física. Enquanto Sidney, que sempre gostou de organizar competições, trabalhou com modalidades coletivas, como vôlei, futsal e basquete, Selma deu vazão à sua paixão pela dança por meio do balé e da ginástica rítmica.

Sidney, que já trabalhou no Pilar e na Escola Estadual Irene Garrido, é atualmente diretor da Escola Estadual Manoel Simplicio, no Jacintinho. Já Selma, que possui sua própria academia e projeto social, é professora de ginástica rítmica das escolas estaduais Salete de Gusmão e Noel Nutels, além da rede municipal. Por meio do esporte, ambos buscam transformar as vidas de jovens do Jacintinho: Sidney com a escolinha de futsal para 100 alunos da Escola Manoel Simplicio. Selma atende jovens das grotas com o Projeto Dançar para a Vida.

Ambos destacam a inspiração na escolha da carreira. “Nossos pais foram guerreiros e sempre buscaram nos dar estudo. A carga genética de nossa mãe influenciou muito na hora de optar pela Educação Física”, afirma Sidney. “Nossa mãe é uma referência. Inclusive passamos no vestibular e fizemos faculdade juntas”, lembra Selma.

AMOR À EDUCAÇÃO

Ana Maria, Melquíades, Selma e Sidney são unânimes ao destacar que ser professor é transformar vidas. “A profissão de professor é muito digna, pois estamos escolarizando, formando, educando. E, para mim, isso tem uma simbologia muito forte”, frisa Melquíades. “Sou muito realizada como professora, pois não só ensinamos, mas também compartilhamos experiências. Buscamos sempre tornar nossos alunos cidadãos melhores”, complementa Ana Maria.

Selma e Sidney destacam o sucesso da combinação esporte e educação na vida dos jovens. “Ser professor é um desafio, uma missão. E buscamos, por meio do esporte, ensinar limites, regras e valores como respeito aos mais velhos, disciplina”, pontua Sidney. “Sou de família pobre, sempre estudei em escola pública e sou uma vencedora. É isso que passo para meus alunos, que o estudo é a sua melhor herança e que nunca devem parar de sonhar”, enfatiza Selma.

SERVIDORAS SE DESTACAM POR ATUAÇÃO NA ÁREA CRIMINAL

TEXTO: NATÁLIA MELLO
FOTO: MARCELO LELIS (AGÊNCIA PARÁ)

Há nove anos, Mayra dos Santos integra os 21% de mulheres que compõem o quadro funcional da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe). Atualmente, a agente prisional atua no setor de Recursos Humanos, dá apoio na revista e controle de visitantes e é chefe da Reinserção Social do Centro de Recuperação Penitenciário III (CRPP III), no Complexo de Americano, localizado no município de Santa Izabel. E é essa última função que, segundo ela, rende os melhores frutos desse trabalho. “A reinserção social, para mim, é uma bandeira”, diz.

Desde 2011 nesta unidade prisional, Mayra, hoje com 42 anos, realiza atividades diferenciadas no que se refere não somente aos presos, mas às famílias dos custodiados. Além de trabalho, ela os incentiva a estudar e pensa em programações que possam contribuir com a melhora na relação destes com seus familiares.

“Muitas crianças não sabem nem que os pais estão presos, então tentamos acolher de forma mais humana mesmo. Por isso, tentamos pensar em atividades para esse momento, quando ele está com a esposa e os filhos. Aqui é uma cadeia pesada, que

recebe o que as outras não estão conseguindo custodiar. Nós pegamos preso que sai só para banho de sol, então esse cuidado muda tudo”, avalia.

Ao falar de ressocialização no cárcere, Mayra diz que não é possível deixar de lado a humanidade. Mãe de dois filhos, a agente conta também que o dia a dia no trabalho mudou completamente sua visão sobre o ofício e foi o que despertou o interesse em trabalhar com alternativas para este custodiado.

“Eu acho que quem está aqui já está cumprindo a pena. Não compete mais a mim. E eu me identifiquei quando vi que a dor do outro acabava sendo a minha. Quando via as crianças no cárcere, aquilo me incomodava, porque eu sou mãe”, explica. “A gente tenta se aproximar e vê que tem uma barreira, porque o agente prisional é visto como alguém que tira liberdade. Mas o fato de eu olhar para aquela criança mexia comigo e ficava pensando o que eu poderia fazer melhor”, completa.

TRAJETÓRIA E CONQUISTAS

Foram seis meses no plantão de agente prisional até passar para a secretaria da direção da unidade. Em 2011 passou para o CRPP III, onde atua até hoje, de segunda



Mayra se orgulha do quanto já avançou no trabalho de ressocialização na unidade e fala da importância de algumas conquistas

a sexta-feira. A rotina de Mayra segue corrida. Ela sai cedinho de casa, hoje em Castanhal, para chegar até a entrada do complexo, onde pega o ônibus que lhe deixa no setor III, onde fica de 8h às 16h. O ofício é cansativo, mas a paixão pela ocupação e pela missão fala mais alto.

“A gente chega à unidade com o propósito de fazer o melhor que a gente pode. Quando comecei na ressocialização, na época, o diretor perguntou se eu queria fazer mais isso, porque tem que ter cuidado com tudo, pagamento, frequência, a parte burocrática”, descreve.

Mayra se orgulha do quanto já avançou no trabalho de ressocialização na unidade e fala da importância de algumas conquistas. “Hoje eu tenho educação efetiva na unidade. É um único preso, mas conseguimos formá-lo e hoje ele está na pós-graduação. A gente quebra a barreira, segue confiando em Deus e tenta passar isso. Infelizmente não conseguimos ter contato com todos os presos para dizer a mesma coisa, mas a gente está aqui não apenas para custodiar, privar a liberdade. A gente tenta fazer com que eles entendam isso”, reforça.

A agente lembra que uma história em especial a emocionou. Um dos presos, que passou cinco anos evadido, encontrou o atual diretor e coordenador da

igreja na época, durante um culto, e decidiu se entregar. Ao reingressar no sistema penitenciário, ele começou a trabalhar e foi designado a fazer a frequência dos presos.

“Aí ele pediu para vir aqui e disse que não sabia escrever. Dissemos que íamos fazer uma frequência de analfabeto. Só que eu vi ele triste com aquela situação e perguntei se ele queria mudar. E ele disse ‘quero’. Quando ele aprendeu, disse: ‘Dona Mayra, faça uma frequência para mim, porque eu já sei escrever meu nome’. Aquilo ali me marcou, me senti útil. E ele saiu em maio para o regime aberto, e saiu sabendo ler e escrever”, comemora.

RESISTÊNCIA

“É o maior desafio da função”. É assim que Mayra descreve a sensação de ser mulher em um ambiente predominantemente masculino. A agente prisional conta que ainda encontra resistência. “Teve servidor da unidade que chegou e disse ‘ou ela ou eu’. Mas graças a Deus tenho um diretor que é extremamente justo e ele disse ‘não, a menos que você me dê um motivo, eu não tenho como’, e não existia um motivo, só pude ver o fato de eu ser mulher em um cargo de chefia”, concluiu.

Mas ela diz que consegue alcançar seus objetivos de alguma forma, porque os colegas percebem o diferencial da sua atuação. “Alguns se acostumaram, outros até gostam, porque acham que tem um diferencial, um toque feminino até na maneira de lidar com eles”, pontuou. “Quem ama cuida, se você gosta do que você faz, se identifica, você vai fazer melhor. Gosto de ver que meu trabalho tem meu nome, quando alguém vê e diz ‘foi feito pela Mayra’”, diz.

Para Mayra, o trabalho é sua segunda família e é justamente por isso que reforça a importância da valorização deste ofício. “Eu pediria para olhar com um pouco mais de coração. Não é fácil para quem está 24 horas no operacional, essas pessoas correm riscos. Elas estão cuidando daquilo que é um peso quando a sociedade dorme”, finaliza.

PERÍCIA CRIMINAL

A expectativa por fazer mais de sua profissão também levou a professora Érica Santos, de 40 anos, a ultrapassar os limites dos muros escolares para tentar uma nova carreira: a de perita criminal. A oportunidade se deu em meados dos anos 2000, quando o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC) abriu o concurso para o cargo, voltado especificamente para graduados em Letras.

“Tinha pós-graduação na área e sempre tive uma inquietação muito grande sobre onde essa formação poderia me levar. Amo ser professora, não deixei de

ser, mas a perícia criminal trouxe uma renovação de vida para mim, me mostrou que a gente precisa viver melhor, viver mais intensamente. Foi um olhar diferente para a vida. Lidar com a morte tão de perto nos faz repensar a forma como a gente vive”, reflete.

No CPC Renato Chaves, 38% do quadro funcional é formado por mulheres e, por mais que ainda sejam minoria, ocupam cerca de um terço dos cargos de técnicos administrativos, auxiliares técnicos de perícias, peritos criminais e peritos médicos legistas. O órgão se destaca como um dos melhores produtores de perícia científica e, assim sendo, um dos maiores materializadores de provas criminais do Brasil.

E muitas dessas mulheres serviram como fonte de inspiração para Érica. “Isso é muito legal, porque podemos exercer a função sem haver essa preocupação de ser melhor ou pior”, pontua. Érica reforça, inclusive, que, dentro do setor em que trabalha, ser cuidadoso, atencioso e mais observador, características muito atribuídas às mulheres, são pré-requisitos para os peritos de forma geral.

Embora não haja preocupação com o gênero, há algo que a perita atribui ao fato de ser mulher e mãe que até hoje mexe com ela: cenas envolvendo crianças. “Me impactam, é como se eu estivesse vivenciando algo com a minha família. É muito doloroso, quase que físico. É algo que eu ainda não consegui tratar de maneira completamente fria”, admite.

A perita considera a primeira vez que viu um corpo de criança um dos momentos mais difíceis da carreira no CPC Renato Chaves. “Tinha acabado de ter filho e ver aquela criança de oito anos em uma situação muito trágica foi bem impactante”, comenta.

Érica diz que é fundamental ser imparcial, objetiva e cuidadosa com os familiares, pois, devido às circunstâncias, estão sempre muito emocionados. “Com o tempo, a gente aprende a lidar com aquela cena, a gente se vê como uma ajuda à vítima. Fazer com que aquela cena seja construída para que a vítima possa encontrar a justiça que ela merece. Hoje consigo ver com certa frieza que a ciência não precisa perder o lado humano, porque a gente também auxilia a família nesse processo”, pondera.

TRABALHO É INSPIRAÇÃO PARA JOVENS

Érica vê a profissão como um trabalho rico e dinâmico, que desperta a curiosidade dos jovens cada vez mais, especialmente das meninas. “Faz com que essas meninas possam vislumbrar caminhos diferentes para elas, numa profissão que era mais comum aos homens. Hoje, nós, mulheres, somos um exemplo, um espelho a ser seguido, e os alunos de forma geral se interessam muito sobre a ocupação. Eles nos veem, nos



Érica vê a profissão como um trabalho rico e dinâmico, que desperta a curiosidade dos jovens cada vez mais, especialmente das meninas

reconhecem nas matérias nas páginas policiais. Isso desperta uma curiosidade”, analisa.

O trabalho do perito criminal vai além de apenas estudar as condições do cadáver no local do crime. É preciso olhar a cena como um todo, vestígios de sangue, balísticos. A demanda de perícia, por exemplo, é solicitada pela Polícia Civil. A partir da coleta desses dados é feito o laudo pericial que vai atender a própria polícia ou a Justiça. “Às vezes o posicionamento de uma sandália traz uma prova para a gente, às vezes uma pegada, um cabelo, um elemento que pode ter sido colocado na cena após o crime também”, explica.

A perita, que atua no Local de Crime Contra a Vida, conta, com paixão, que a parte boa do trabalho não segue uma rotina. Para ela, é a ciência ganhando vida fora das páginas dos livros, materializada. E foram esses conhecimentos de natureza multidisciplinar que acabaram seduzindo-a para fora dos laboratórios.

“É a ciência posta em prática. Cheguei a pensar em ficar na fonética forense durante o curso de formação, mas a parte sobre o local de crime foi tão instigante, trabalhar em cima da ciência, as informações da física, da matemática”, conta. ●

INÊS CAROLINA SIMONETTI

CONSELHEIRA E
COORDENADORA
DO GRUPO DE
COMUNICAÇÃO
DO CONSAD



“O CONSAD ESTÁ EM UM CAMINHO PRIMOROSO”

INÊS CAROLINA SIMONETTI, CONSELHEIRA E COORDENADORA DO GRUPO DE COMUNICAÇÃO DO CONSAD, MOSTRA, NESSA ENTREVISTA, O RELEVANTE PAPEL QUE O CONSELHO TEM DESEMPENHADO NÃO SÓ JUNTO AOS ESTADOS, MAS, SOBRETUDO, PELO PROTAGONISMO QUE TEM ASSUMIDO NOS DEBATES DE INTERESSE DO PAÍS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL

Qual o papel do Consad para que os estados possam vencer tantos desafios que perpassam a gestão pública?

Os desafios da administração pública, nesse período, são enormes. Enquanto as tecnologias trouxeram mudanças na oferta e prestação dos serviços no setor privado, o serviço público não avançou da mesma forma. O Consad tem nos provocado a buscar novos caminhos para encurtar esse distanciamento. O Conselho tem nos apresentado alternativas que fomentam a solução de problemas que são comuns entre os entes da Federação – mesmo que cada estado tenha sua especificidade. Ou seja, são novas oportunidades de debater problemas importantes para o país, seja no campo da transformação digital, na capacitação dos nossos servidores, na captação de recursos para investimentos e em tantos outros temas.

Atualmente o Consad tem se aprofundado em pautas que estão relacionadas com a gestão de patrimônio nos estados e o Amazonas tem tido um papel importante nisso. Diversas ações nessa temática estão acontecendo e o estado tem se mostrado participativo. Em sua opinião, qual a importância desse tema para a administração pública brasileira?

Nossa gestão encontrou uma situação de descontrole: não sabíamos o tamanho do patrimônio do governo do Amazonas em relação aos bens móveis e imóveis. Essa informação é extremamente estratégica para qualquer gestor público, uma vez que o controle é um mecanismo eficaz de gestão. Considerando o atual cenário brasileiro de recessão econômica e seu reflexo direto nas contas dos estados, os gestores públicos devem buscar alternativas para promover a redução dos gastos e geração de receitas no enfrentamento das dificuldades na manutenção da máquina pública estadual. Em anos anteriores, por exemplo, muitos órgãos deixavam seus prédios próprios, que não recebiam manutenção, e iam para imóveis alugados, indo na contramão do controle de gastos públicos. Hoje sabemos que o estado tem pelo menos 1,3 mil imóveis, uma parcela desse total sem uso e que podemos destinar para órgãos que querem sair do aluguel. Além disso, no campo dos bens móveis, recebemos o estado com três galpões abarrotados de bens inservíveis, realizamos um leilão e, com isso, obtivemos uma receita de R\$ 2,2 milhões para os cofres públicos. Tudo isso contribui para a transparência, bem como uma visão ampla e concreta da situação financeira. A gestão correta do patrimônio permite aquisição de créditos, trazendo credibilidade para novos investimentos.

Muito se debate sobre a questão da profissionalização dos servidores públicos em áreas estratégicas. Qual o papel do Consad frente a este debate? É uma preocupação?

“

O Conselho tem nos apresentado alternativas que fomentam a solução de problemas que são comuns entre os entes da Federação – mesmo que cada estado tenha sua especificidade

”

O Consad tem se preocupado em entender de qual forma a capacitação e profissionalização dos servidores públicos pode influenciar na geração de resultados positivos para a máquina pública. Recentemente, fizemos uma parceria com a Enap, a Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Esse é um passo inicial que o Conselho tem dado para dar maior ênfase nesse processo. A Enap é vinculada ao Ministério da Economia. É uma Escola de Governo que tem como finalidade promover, elaborar e executar programas de capacitação de recursos humanos para órgãos e entidades do governo federal. Ela visa ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de gestão que aumentem a eficácia e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos. No Amazonas temos a Escola Governar e outros estados têm, também, suas escolas ou outros órgãos voltadas para o aperfeiçoamento dos servidores. A parceria entre o Consad e a Enap vai refinar essas iniciativas isoladas dos estados.

Em quais vertentes o Consad tem procurado trabalhar acerca da melhoria da transformação digital nos estados? Como isso tem sido feito em Amazonas, por exemplo?

A atual gestão do Consad está atenta às mudanças provocadas pela transformação digital e às exigências dos cidadãos ao buscarem o serviço público. O Conselho tem mediado o compartilhamento de soluções para o desenvolvimento desse cenário nos estados. Em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação, a ABEP, foi criado um grupo de trabalho para debater esses temas no setor público. O norte desse grupo é fomentar o uso desses recursos na oferta de serviços.

Dessa forma, o Conselho tem fortalecido uma articulação mais técnica junto aos especialistas do âmbito federal, organismos internacionais, membros da academia brasileira e, também, com outras instituições que possuem trabalhos focados nesta temática. No governo do Amazonas, os agendamentos do Detran, por exemplo, são exclusivamente por meio digital. O estado também conta com o aplicativo Aviso Polícia para acionamento emergencial em casos de assaltos a ônibus. Outro exemplo é a matrícula para as escolas públicas que, no Amazonas, também já ocorrem de forma online. Além disso, o estado dispõe do Malaria Trat que faz o cálculo da medicação de acordo com o peso e idade do paciente e o tipo de malária diagnosticada e, ainda, traz informações sobre doença de Chagas, tuberculose e deficiência de G6PD. Sem falar do Consulta Sociedade, uma solução que permitiu que os cidadãos contribuíssem com sugestões para a elaboração do Plano Plurianual, o PPA 2020-2023 do governo do estado do Amazonas.

O Amazonas tem se mostrando um estado muito importante nas discussões sobre recursos humanos, principalmente na parte de capacitação. Como a senhora enxerga esse protagonismo? Quais são os projetos e ações que estão em desenvolvimento no estado?

A população exige um serviço público de qualidade e as escolas de governo garantem a qualificação e aperfeiçoamento dos servidores com foco na eficiência dos serviços. O Amazonas, por meio da Sead, tem se dedicado a isso por determinação do governador Wilson Lima, que exige a melhoria na prestação dos serviços públicos. Um posicionamento que vai de encontro à atuação do Conselho de Secretários de

Estado de Administração. O Consad tem procurado apresentar esse caminho aos membros do colegiado. Frutos irão vir com essa parceria com a Enad que citei na pergunta anterior. Em nossas reuniões, temos tido a oportunidade de conhecer iniciativas como a Escola Virtual de Governo, um portal que oferece um catálogo de cursos unificado das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública. Na Sead do Amazonas, temos a Escola Governar, que viabiliza a constituição de capacidades técnicas e gerenciais no âmbito dos órgãos e entidades do estado. A escola cria condições favoráveis à execução de serviços de forma eficiente e produtiva por meio do aprimoramento das capacidades do servidor público. Na Escola Governar, as capacitações estão ajustadas com o enfoque para tentar solucionar problemas do dia a dia, mas também estão alinhadas com o futuro. No começo do ano ouvimos quase cem gestores para identificar as necessidades dos órgãos. Temos cursos presenciais praticamente todos os dias, temos MBI em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas e estamos atualizando nossa plataforma para oferta de boa parte dos cursos presenciais de forma online.

O Consad tem priorizado discussões importantes, a exemplo do Pacto Federativo. Como conselheira, de qual forma a senhora avalia a participação do Conselho nesse tipo de temática?

A relevância temática da pauta federativa se acentuou em virtude da reforma trabalhista. Ao longo dos anos, houve desequilíbrio crescente, com o aumento das obrigações estaduais e municipais em relação a áreas como saúde, segurança e educação, por exemplo, sem o devido crescimento de arrecadação destinada a essas entidades federativas. O Consad, por integrar o Grupo de Trabalho do Pacto Federativo junto à Secretaria de Governo da Presidência da República, está debruçado em aprofundar essa temática e buscar soluções prepositivas para a questão. O conselho adquiriu uma importância significativa nessa construção porque nosso colegiado representa as vozes dos estados no debate que irão provocar mudanças que visam a equalizar essas distorções. Em relação ao Pacto Federativo, precisamos ampliar o debate sobre o Programa Mais Brasil anunciado pelo governo federal. Dos mais de 1,2 mil municípios com menos que cinco mil habitantes que, com a proposta aprovada, podem ser extintos, apenas um

está no Amazonas, o município de Juruá. Precisamos analisar os impactos positivos para o país, mas não podemos deixar de ter a dimensão exata se essa medida vai trazer atrasos aos municípios e estados da Federação.

Como a senhora percebe os fóruns conjuntos realizados pelo Conselho? E a participação dos estados?

Os fóruns são um excelente momento de troca de experiência. Particularmente, após cada encontro, volto ao Amazonas me questionando como aprimorar o que já fazemos a partir dos novos conhecimentos que adquirimos durante os fóruns e como implantar as iniciativas que ainda não desenvolvemos. Posso dizer que o Consad é o momento em que a administração dos estados brasileiros se reúne para trocar experiências. A solução de uma questão enfrentada no meu estado pode sair da experiência de outro ente da Federação a partir de uma situação semelhante, e isso é fantástico. Por isso, a presença dos estados nos encontros é tão marcante, o que denota a força do nosso Conselho. Nossas pautas estão sempre alinhadas com a busca de soluções dos problemas nacionais, voltados para a economia ou política nacional.

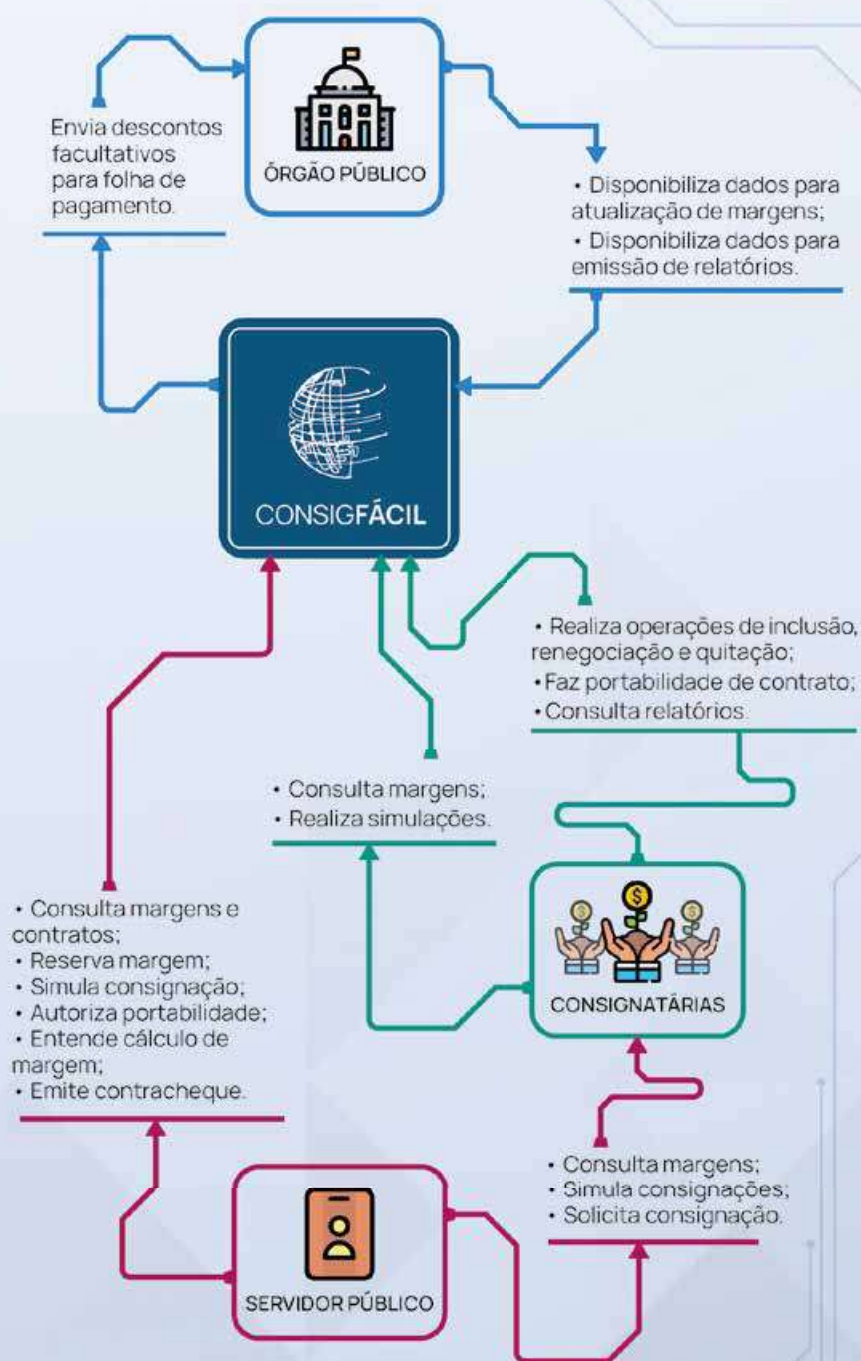
Se fosse para elencar, qual é o principal desafio das secretarias de Administração e Gestão nos próximos anos? E o Consad?

As secretarias de Administração e Gestão estão voltadas, mais do que nunca, a fazer mais com menos. Quase que a totalidade dos estados enfrentam algum tipo de contingência, ao mesmo passo, precisamos modernizar a administração pública, aproximá-la das exigências do cidadão, melhorar a oferta dos serviços para que cheguem a locais distantes visando a reduzir a distância entre a capital e o interior. O Amazonas, por exemplo, é um estado continental, onde o acesso ao interior é complexo. Alguns municípios não dispõem de vôos, não há estradas, o deslocamento de barco se prolonga por vários dias e o serviço de internet é ineficiente. O Consad está em um caminho primoroso, mérito da atual gestão liderada pelo presidente Fabrício Marques. O Conselho se guia por um trajeto de protagonismo junto ao governo federal com assento em debates de extrema importância para o país. ●

A Fácil Soluções atua no mercado de desenvolvimento de softwares personalizados e para operações especiais desde o ano de 2005, com ação pautada na tecnologia da informação e redesenho de processos com vistas à informatização. Focada em informatizar a administração e gestão pública, a empresa se especializou no desenvolvimento de softwares estáveis, seguros, de alta performance, tanto no decorrer das operações de rotina, quanto no desenvolvimento de adaptações dos softwares às novas necessidades que surgem ao longo do tempo. Desde 2014 ampliou sua atuação para o exterior, conquistando importantes espaços no cenário mundial, como por exemplo o México, onde o nosso sistema é nº1 em controle de consignações no país.


CONSIGFÁCIL

Como Funciona



SEM ÔNUS PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Onde estamos


MÉXICO

BRASIL

TOTAL

97
clientes/convênios

1.080.000
servidores

1.530.000
linhas processadas

R\$ 110.000.000,00
descontados

Tem algo que o BNDES quer abrir com você: **um diálogo.**

Muitas polêmicas têm envolvido o BNDES. Para virar essa página, o BNDES está aberto para dialogar com a sociedade brasileira. Aberto para ouvir, repensar e assumir que tem pontos a melhorar.

O BNDES quer seguir em frente e fazer jus ao seu histórico de 67 anos de contribuição ao desenvolvimento do país. O Banco quer evoluir e se reinventar para enfrentar os novos desafios do Brasil.

Você está convidado a visitar o portal **BNDES Aberto** - aberto.bndes.gov.br. Lá, você encontra as explicações sobre as questões polêmicas e um diálogo transparente sobre a atuação do Banco. Você vai encontrar também ações para aperfeiçoar a transparência, a efetividade, as práticas e os processos de gestão do BNDES.


Vamos virar essa página juntos!
Ajude e contribua para que o BNDES possa utilizar seu conhecimento do Brasil, suas capacidades técnica e de articulação para focar em sua razão de existir:
transformar a vida dos brasileiros.



Acesse:
aberto.bndes.gov.br







SÓ EM RIO BRANCO, 110 PROFESSORES PASSAM A FAZER PARTE DO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS DA EDUCAÇÃO

GOVERNO ASSUME COMPROMISSO DE VALORIZAR PESSOAL

OBJETIVO DO GOVERNADOR GLADSON CAMELI É FAZER MAIS CONCURSOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS. NO MÊS DE SETEMBRO, FORAM EMPOSSADOS 200 NOVOS PROFESSORES NA REDE PÚBLICA

“**S**er servidor público é poder tornar concreto o sonho de um futuro melhor. Nós, professores, temos um trabalho de cunho social e o compromisso de colaborar com a sociedade”. O depoimento é do professor Anderson de Paiva Melo, que há 19 anos exerce o magistério no estado do Acre.

Atualmente, ele leciona na Escola Estadual Heloisa Mourão Marques, depois de ter sido aprovado no último concurso realizado pelo governo do estado para a contratação de professores efetivos. “A estabilidade é uma das vantagens de dar aulas no sistema público de ensino”, afirma o professor.

Nos dez primeiros meses deste ano, o governo investiu na contratação de quase oito mil servidores efetivos e temporários que estão atuando nas secretarias de Saúde, Educação, Esporte e Cultura, no Departamento

TEXTO: VIVIANE TEIXEIRA
FOTO: DIEGO GURGEL/SECOM

Estadual de Água e Saneamento (Depasa), nas polícias Civil e Militar e no Corpo de Bombeiros.

A meta do governador Gladson Cameli é realizar cada vez mais concursos para a contratação de servidores efetivos. O dia 25 de setembro deste ano ficou marcado para centenas de professores que realizaram o sonho de se tornarem servidores efetivos.

Durante a solenidade de posse, o governador reafirmou seu compromisso com a educação pública dos acreanos. “Esse é um dos momentos mais importantes nesses primeiros meses de governo. Aqui, mais uma das nossas promessas de campanha está sendo concretizada. Nos últimos meses, temos trabalhado, incansavelmente, para fazer tudo o que seja possível para melhorar a vida da população”, afirmou o governador.

Foram empossados 200 profissionais que estão atuando nas áreas de Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Biologia, Ciências, Educação Física, Espanhol, Filosofia, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português e Química. Até o final deste ano, mais 335 serão convocados.

META É A BUSCA DA QUALIDADE

A contratação dos professores e a realização de concurso público é uma forma de o governador mostrar que investe em qualidade nos serviços públicos. A valorização dos servidores estaduais efetivos, temporários ou comissionados, é um compromisso firmado por Gladson em campanha e integra o rol de prioridades do seu plano de governo.

Uma das iniciativas foi a ampliação do prazo das licenças maternidade, de 120 para 180 dias, e paternidade, de cinco para 15 dias, respectivamente, aos servidores com cargos em comissão. Levantamento feito pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) mostrou que mais de 490 servidores tiveram os pedidos de adicional de titulação incluídos na folha de pagamentos.

Além disso, foram mais de 2.226 progressões e mais de três mil promoções de servidores. “Todos os servidores públicos serão tratados igualitariamente porque o sucesso da nossa gestão depende do esforço e empenho de cada um, seja efetivo ou cargo comissionado”, enfatizou Cameli.

Para ele, uma das provas que demonstram esse compromisso de valorização dos profissionais foi o adiantamento do pagamento da metade do valor correspondente ao 13º salário de 2019. A outra metade é paga no dia 13 de dezembro. O adiantamento foi dado aos servidores em julho, com investimento de R\$ 90 milhões.

Outro aspecto positivo da gestão acreana foi o pagamento da metade do 13º que não havia sido paga



“A gestão pública requer atualizações para as mais diversas áreas. A gestão demanda um olhar direcionado para capacitar e direcionar”

Maria Alice Araújo,
secretária de Planejamento e Gestão

aos mais de 31 mil servidores na gestão passada. O valor da dívida era de R\$ 70 milhões. As parcelas começaram a ser pagas ao funcionalismo em fevereiro de 2019 e a dívida foi totalmente quitada em outubro.

CAPACITAÇÃO

O governo tem investido também na capacitação para ampliar a qualificação em áreas críticas da gestão. Até agora já participaram de cursos de qualificação mais de 1.300 servidores, divididos em 34 turmas, nas áreas de Sistema Financeiro (Safira), GRP – Módulos Compras, Patrimônio e Almoxarifado, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão Siconv, Gestão do Sistema de RH (Turmalina), E-social, Gestão de Frotas e Orçamento Público.

“A qualificação dos servidores é estratégica para o compromisso do estado em assegurar atendimento de excelência ao público, bem como uma máquina pública que seja de fato funcional. A gestão pública requer atualizações para as mais diversas áreas. A gestão demanda um olhar direcionado para capacitar e direcionar”, explicou a secretária de Planejamento e Gestão, Maria Alice Araújo. ●



EQUIPE TÉCNICA DE SERVIDORES
DO PLANEJAMENTO

ACRE APOSTA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA SERVIDORES

GOVERNO QUER PRIORIZAR PLATAFORMA MOODLE NO ÂMBITO DA SEPLAG, CAPACITAR UMA EQUIPE TÉCNICA E, POSTERIORMENTE, MULTIPLICAR A APRENDIZAGEM PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE OUTROS ÓRGÃOS

TEXTO: ANDRÉ RICARDO
FOTOS: ASCOM/IEPTEC



O governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica (Ieptec), está fomentando ideias e articulações para discutir a viabilização de um curso de capacitação da plataforma Moodle aos servidores públicos.

Nos encontros iniciais foram feitas as primeiras tratativas para firmar um Termo de Cooperação Técnica a fim de estabelecer as diretrizes de como o curso será ofertado.

O chefe de Departamento de Capacitação da Seplag, Glauber Nilson Abecassis, conta que, na ocasião, esteve acompanhado de chefes de Divisão Pedagógica, Logística e Técnica e que a intenção é priorizar a implantação da plataforma no âmbito da secretaria, capacitando uma equipe técnica para, posteriormente, multiplicar a aprendizagem aos demais servidores.

“Viemos pedir ao Ieptec para ajudar a gente a implantar essa plataforma dentro da Seplag para que, a partir daí, o servidor tenha acesso aos cursos que

A intenção é viabilizar um curso de capacitação da plataforma Moodle para uma equipe técnica de servidores da Seplag

forem adicionados nela em formato on-line de onde ele estiver”, explica.

Após receber a solicitação formalmente, o Ieptec irá elaborar uma proposta para apreciação da Seplag, dando prosseguimento aos demais encaminhamentos.

“Vamos mostrar nosso plano de ação para fortalecer as demandas internas e externas da secretaria [Seplag] e colocar nosso pessoal e nossos serviços à disposição para implementar a educação continuada aos seus servidores”, contou o presidente do Ieptec, Francineudo Costa. ●



CENTRALIZAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS REVITALIZARÁ O CENTRO DE MACEIÓ

INICIATIVA DO GOVERNO VAI GERAR ECONOMIA PARA OS COFRES PÚBLICOS DO ESTADO E PROPORCIONAR UM IMPACTO POSITIVO NO COMÉRCIO, COM UMA MAIOR CIRCULAÇÃO DE PESSOAS PELO LOCAL

TEXTO E FOTOS MINNE SANTOS



Reinauguração da Escola de Governo faz parte das ações de revitalização do centro de Maceió

Economia, proximidade e uso eficiente do equipamento público. É com base nesses três pilares que o governo de Alagoas vem se mobilizando para revitalizar, com o próprio serviço público, a região central de Maceió. A ideia, que tem se concretizado por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), é reconfigurar o local de forma estratégica, fazendo dele uma espécie de centro administrativo, e potencializar a economia que o circunda.

O prédio que abrigava o antigo Banco do Estado de Alagoas, conhecido como Produban, é um dos que fazem parte desse projeto e que será responsável por trazer um corte de gastos significativo para a máquina pública alagoana. O imóvel, que estava abandonado, passará a abrigar de oito a 10 órgãos diferentes, os quais deixarão de pagar aluguel e estarão centralizados, facilitando o acesso para a população.

“De acordo com as análises feitas, será possível aproveitar toda a estrutura do prédio. Iniciamos, em setembro, uma reforma padronizada que fará com que o imóvel tenha espaços totalmente integrados, um modelo que já testamos e que deve trazer mais eficiência e economia para os órgãos que lá serão

alocados”, afirma o secretário do Planejamento, Gestão e Patrimônio, Fabrício Marques Santos.

Ele assegura que, juntando os custos de aluguel dos órgãos, dos serviços gerais e dos gastos com energia elétrica, Alagoas vai passar a economizar cerca de R\$ 1.548.742,85 anualmente. Ou seja, o investimento da reforma, que está estimado em R\$ 2.800.000,00, deve ser recuperado já nos primeiros dois anos de uso do imóvel somente com a economia gerada pela unificação.

“O grande objetivo de toda essa mobilização, de uma forma geral, é racionalizar e dar uso eficiente a esse equipamento público. É revitalizar o centro da cidade com o próprio governo, fazer uma gestão cada vez mais próxima do cidadão, economizar o que temos atualmente nos cofres públicos e levar, também, esse impacto à economia alagoana”, afirma ele.

CIRCULAÇÃO DE PESSOAS

Reinaugurados em abril de 2019, os prédios da Central Já! de Atendimento ao Cidadão e do Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/AL) também se somam a essa proposta de localização no centro da capital. Além de levar mais circulação de pessoas para o local, ambos vêm facilitando ainda mais a prestação de serviços para a população alagoana.

“Trazer esses aparatos para o centro de Maceió era algo muito significativo para nós, enquanto poder público. São unidades que deixaram de pagar aluguel e foram para imóveis próprios do estado. Unidades importantes para os alagoanos, muito demandadas e que, justamente por isso, precisavam estar cada vez mais próximas da população”, esclarece o secretário.

Para se ter uma ideia, somente nos últimos sete meses de funcionamento, o Central Já! do centro registrou mais de 43 mil atendimentos. “O posto era um dos mais solicitados pelos usuários e pelos comerciantes locais e, sem dúvida, já vem impactando também nas vendas dos estabelecimentos circunvizinhos”, explica.

O economista Alisson Nascimento avalia que, além de afetar positivamente o comércio, esse deslocamento estratégico se reflete também no bolso dos usuários dos serviços públicos, que podem resolver diversas demandas em um só local.

“Principalmente os casos do Já! e do Procon, que oferecem serviços, trazem um excedente de pessoas para o centro que consomem produtos regionais. Evidentemente, isso causa impacto no comércio, já que quanto mais serviços prestados, mais pessoas presentes e mais impacto na economia.

Outro ponto positivo é a economia de tempo e de dinheiro também para o cidadão, que agora não precisa gastar com grandes deslocamentos na cidade para ter acesso a esses serviços. É vantajoso para o governo, para a economia local e para o cidadão, que é quem mais precisa”, analisa o economista.

VALORIZAÇÃO

Para o governador do estado, Renan Filho, a reutilização e valorização do patrimônio público num dos locais que mais contribuem para a economia alagoana é um dos pontos altos desse processo de revitalização do centro.

“Nós do governo do estado de Alagoas temos de movimentar a atividade econômica do centro e valorizar o nosso patrimônio, que é o patrimônio do povo de Alagoas. Essa é a nossa filosofia e por isso vamos levá-la adiante para que a gente consiga, cada vez mais, melhorar a eficiência do nosso trabalho”, afirmou o governador.

APARATOS MAIS PRÓXIMOS DOS SERVIDORES

Outra medida adotada pelo governo nesse contexto é trazer para mais perto dos servidores públicos os aparatos estaduais. O projeto começou em maio de 2018, quando o prédio da Escola de Governo, responsável pela capacitação do funcionalismo, foi totalmente reestruturado, modernizado com novos equipamentos, salas, laboratórios e biblioteca.

Depois, em 2019, a Superintendência de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (SPMSO), que faz o acompanhamento da saúde funcional dos servidores alagoanos, saiu de um prédio alugado na Jatiúca e passou a atender num imóvel do estado também no centro da cidade.

“O intuito é que esses equipamentos estejam ainda mais próximos dos servidores públicos, próximos de seus locais de trabalho, para que o estado possa dar a assistência necessária ao funcionalismo e que esses serviços possam ser disponibilizados com mais assertividade”, esclarece o secretário Fabrício Marques.

Além das obras finalizadas, a expectativa é a de que, no primeiro semestre de 2020, mais um prédio estadual localizado no centro de Maceió passe a dar espaço para o Instituto de Tecnologia em Informática

Outro ponto positivo é a economia de tempo e de dinheiro também para o cidadão, que agora não precisa gastar com grandes deslocamentos na cidade para ter acesso a esses serviços





NOS ÚLTIMOS SETE MESES DE FUNCIONAMENTO, O CENTRAL JÁ! DO CENTRO REGISTROU MAIS DE 43 MIL ATENDIMENTOS

e Informação (Itec), que antes se dividia em três imóveis.

“As obras do Itec começaram há cerca de quatro meses. O estado pagava aluguel de dois dos três prédios nos quais o instituto se dividia, então a economia para os cofres públicos vai ser considerável. Além disso, teremos impacto grande na qualidade do serviço que, com a unificação, deve ser otimizado e atender, de forma ainda melhor, as demandas das demais secretarias estaduais”, explica o superintendente da Gestão Patrimonial da Seplag, Daniel Guimarães.

MODELO DEVE SER ADOTADO EM MAIS SECRETARIAS

As mudanças, que têm dado o subsídio necessário para que essa revitalização aconteça de forma efetiva, começaram na própria Secretaria do Planejamento, em outubro de 2018. A Pasta, que até então se dividia em dois prédios, uniu todos os colaboradores em um só. A sede, localizada na Rua Cincinato Pinto, derrubou suas paredes para comportar todo mundo e teve sua estrutura transformada em um ambiente diferente: o Open Space.

“Esse novo espaço, que é tendência em empresas e instituições renomadas aqui no Brasil e lá fora, era algo que, por causa de suas vantagens, estávamos

querendo muito trazer para a realidade da Administração Pública alagoana, começando pela Seplag. Agora, temos um prédio completamente integrado, com todos os setores compartilhando o mesmo ambiente de trabalho. Foi uma virada de chave para a secretaria em vários quesitos”, aponta o superintendente Daniel Guimarães.

Além de otimizar o clima organizacional da Seplag, o Open Space traz diversos outros benefícios, como qualidade do gasto, transparência, agilidade nos trâmites dos processos e nas respostas à população.

“Só o fato de os processos terem de passar por prédios diferentes já impactava no andamento dos nossos trabalhos. Estamos muito mais ágeis do que antes. Outro ponto é que, em locais que tínhamos um ar-condicionado para cada setor, agora temos uma máquina para, em média, 20 servidores. Além de termos diminuído a quantidade de equipamentos, reduzimos o consumo e tivemos uma economia de 35% com as despesas de custeio, o que também é muito importante para a máquina pública”, diz Daniel.

O modelo tem dado tão certo que a expectativa é a de que tenha a adesão de boa parte do Poder Executivo alagoano. Segundo a Seplag, a ideia é que todos os órgãos que fazem parte do processo de revitalização do centro da cidade também adotem o projeto. ●



GOVERNO ALAGOANO MONITORA FOLHA DO FUNCIONALISMO PARA PODER INVESTIR MAIS E MELHOR

A UNIFICAÇÃO DO CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E O RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES TÊM PERMITIDO AO ESTADO MELHORAR A QUALIDADE DO GASTO DO DINHEIRO PÚBLICO

TEXTO E FOTOS: MINNE SANTOS



O governo de Alagoas vem aprimorando, nos últimos anos, diversos de seus processos internos para otimizar o funcionamento da máquina pública, atualizar seus procedimentos e, principalmente, obter mais qualidade no gasto de dinheiro público. O monitoramento da folha de pagamento do estado é uma das medidas em prática que mais têm impactado na economia e na capacidade de investimento do governo.

Uma das principais frentes de atuação é a recente unificação dos vencimentos do funcionalismo estadual para aperfeiçoar o cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Mediada pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag), a iniciativa, que vale para os servidores ativos, inativos e pensionistas que possuem mais de um vínculo com o estado, já possibilitou a



Unificação do cálculo
do Imposto de
Renda possibilitou
a arrecadação
de cerca de R\$
1.300.000 somente
no mês de outubro



“É um trabalho minucioso, que tem cumprido papel significativo numa gestão mais assertiva e para o bom andamento da máquina pública como um todo”

Fabrício Marques Santos,
secretário titular do
Planejamento e Gestão

arrecadação de cerca de R\$ 1,3 milhão somente no mês de outubro.

“O valor mensal pode ser aplicado para o subsídio de ações que retornam para a população alagoana, como a construção de hospitais e Unidades de Pronto-Atendimento (UPAs). Em tempos de contenção financeira, medidas de gestão como essa são uma forma de a máquina pública conseguir o fôlego necessário para atender às demandas sociais sem comprometer o equilíbrio fiscal”, afirma o secretário titular do Planejamento e Gestão, Fabrício Marques Santos.

Segundo ele, antes da unificação, os descontos do IR eram calculados mais de uma vez, em diferentes valores, alinhados às faixas de cada matrícula do servidor em questão. “Agora, calculamos levando em conta a soma de todos os vínculos que os servidores possuem na máquina pública alagoana, processo que vem sendo realizado em diversos estados do Brasil”, observa.

LEI FEDERAL

A medida atende à Lei Federal nº 7.713/88 e suas alterações e tem sido alinhada com os setores de Valorização de Pessoas de todos os órgãos e secretarias do Poder Executivo, capacitados para tirar as dúvidas dos servidores acerca do processo.

“Dialogamos bastante com os setores de Recursos Humanos do estado para alinhar as diretrizes e realizar a unificação da melhor forma. Todos já vêm orientando o funcionalismo quanto à mudança, que deve facilitar a dinâmica de contribuição dos servidores que têm mais de um vínculo”, informa o secretário.



“Mesmo que a mudança implique, em alguns casos, numa contribuição maior, de imediato, os servidores não terão de fazer ajustes da declaração no ano seguinte, pagando, assim, a diferença da menor parcela tributada pelo Estado”, explica Fabrício.



RECADASTRAMENTO ALIVIA OS COFRES PÚBLICOS

A unificação dos vencimentos é consequência, até mesmo, de outra mobilização que o estado vem fazendo na folha e que também tem impacto positivo nos cofres públicos: o recadastramento anual dos servidores do Poder Executivo.

“A atualização cadastral é outra prática bastante consolidada em alguns estados que temos feito pela internet em tempo real e facilitada para o funcionalismo alagoano. O procedimento, que passa tanto pelos servidores quanto pelos seus respectivos gestores e recursos humanos, tem várias etapas e visa a higienizar os dados da folha de pagamentos do estado”, explica a superintendente de Administração de Pessoas da Pasta, Isabelle Tibúrcio.

O processo, que atende aos requisitos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, mais conhecido como e-Social, mobiliza cerca de 40 mil servidores ativos que atualizam dados pessoais e funcionais e colaboram para a validação do quadro de pessoal dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

“Os dados que temos hoje no estado precisam atender aos critérios do e-Social, que está instituído pelo decreto do governo federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Esse procedimento é mais do que necessário para a administração pública. Para os servidores também, já que a não realização dele implica

O recadastramento tem facilitado, também, a identificação de possíveis não conformidades na folha de pagamento

na suspensão de suas remunerações até que os dados requisitados sejam prestados”, esclarece.

Além de operacionalizar o sistema de recursos humanos do Estado de Alagoas, o recadastramento tem facilitado, também, a identificação de possíveis não conformidades na folha de pagamento.

“Com o procedimento, é possível rastrear mais facilmente pontos de atenção na folha e verificar a sua legitimidade. Isso nos tem permitido corrigir erros e economizar quantias que, sem o recadastramento, seriam muito difíceis de reaver. É um trabalho minucioso, que tem cumprido papel significativo numa gestão mais assertiva e para o bom andamento da máquina pública como um todo”, afirma o secretário Fabrício Marques Santos. ●

GOVERNO AMPLIA O CONTROLE PATRIMONIAL

MAIS DE 1.300 IMÓVEIS FORAM CATALOGADOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO AMAZONAS NA CAPITAL E NO INTERIOR. INVENTÁRIO TORNA OS REGISTROS MAIS CONFIÁVEIS

CLEIDIMAR PEDROSO – ASCOM/SEAD
FOTOS: GABRIEL RETONDANO – ASCOM/SEAD



O patrimônio do governo do Amazonas é composto por 1.300 imóveis, um dado desconhecido por gestões anteriores e que a Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead) começou a aferir por meio da atual gestão, que assumiu a Pasta este ano. Trata-se do projeto Imóveis AM, cujo inventário patrimonial do governo do estado avança para a conclusão.

Para a titular da Pasta de Administração e Gestão do Amazonas, Inês Carolina Simonetti, além do cumprimento dos normativos legais referentes ao patrimônio, esse controle é importante devido à necessidade de tornar mais eficiente o uso dos recursos públicos disponíveis, como, por exemplo, consulta prévia antes do fechamento de contratos de locação de imóveis particulares.

“O inventário patrimonial torna os registros mais confiáveis aos processos administrativos, o que é fundamental para o estado assegurar confiabilidade por meio de registros e relatórios, realizando a coleta de dados com a identificação e regularização, localização e condições de uso dos bens patrimoniais, assim como quantidade e valor. Em resumo, tudo isso vai permitir a correta destinação dos imóveis”, destaca a secretária da Sead.

Hoje, exatos 1.319 imóveis já estão cadastrados no sistema oficial de controle patrimonial do estado do Amazonas, ressalta o secretário executivo de Gestão de Patrimônio e Gastos Públicos da Sead, Fabrício Rogério Barbosa.

“Na capital, praticamente já finalizamos o levantamento dos prédios públicos, restando apenas levantarmos as áreas remanescentes de projetos como o Prosamim (Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus). Essas informações já estão sendo solicitadas às secretarias responsáveis pelos projetos.



Prédio ocupado pela Secretaria de Segurança Pública (SSP)

Além da capital, o estado possui 61 municípios. Desse total, já visitamos 17, onde aferimos 398 imóveis, restando outros 44 municípios, onde esperamos encontrar pelo menos 310 imóveis”, aponta Fabrício.

TAMANHO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS



Fonte: Coordenadoria de Patrimônio - Sead/AM.



Em 2019, 8 imóveis que estavam sem utilização foram destinados a órgãos estaduais



“O total de imóveis pertencentes ao estado já era parcialmente desconhecido quando o atual governo assumiu. Mas já estamos somando esforços para, tão logo, ter esse levantamento 100% concluído”

Fabrício Rogério Barbosa,
secretário executivo de Gestão de Patrimônio e
Gastos Públicos da Sead

SISTEMA

O controle do patrimônio imobiliário é realizado por meio do Sistema de Administração de Material e Patrimônio (Ajuri). Esse é o sistema oficial do estado do Amazonas, instituído pelo Decreto nº 34.161/2013. O Ajuri é um sistema em ambiente web, no qual são inseridas todas as informações relativas aos imóveis. Esse sistema é gerido pela Secretaria de Estado de

Administração e Gestão, que o disponibiliza aos demais órgãos estaduais para consulta.

A Sead também integra a Comissão de Geoprocessamento de Infraestrutura de Dados Espaciais do Amazonas (IDE-AM). Uma plataforma colaborativa que integra, em um único repositório de dados espaciais, informações espaciais produzidas pelos órgãos públicos e privados, trazendo benefícios diversos ao planejamento, execução e acompanhamento de toda e qualquer ação da gestão pública.

O acesso ao sistema, leis, portarias, decretos, manuais e outras normas está disponível no site da Sead (servicos.sead.am.gov.br/gestao-patrimonial).

Antes de a Sead iniciar esse trabalho, a documentação disponível dos imóveis achava-se desatualizada, incompleta. Ela representava apenas menos de 10% dos imóveis do estado. Além disso, muitos imóveis encontravam-se apenas com documentação que indica somente seu uso por unidade da administração estadual, não dispondo do correspondente registro, nem da escritura. Outros, ainda, encontravam-se apenas escriturados em nome do estado.

O recadastramento e a certificação cadastral desse universo são condições básicas e indispensáveis para a adequada gestão patrimonial desses imóveis, incluindo-se nesse recadastramento a avaliação do imóvel, a situação de registro cartorário, a confirmação de sua localização por meio de croquis e fotografias que indiquem inclusive os confrontantes, a área de terreno, a área ocupada com a construção e a área construída.

O projeto Imóveis AM tem permitido a revisão de contratos de cessão; ocupação de imóveis sem uso; e recuperação e ocupação de imóveis em substituição a alugueis. A Sead realizou 90 ações de orientação a outros órgãos sobre catalogação de bens.

Oito imóveis desocupados foram repassados para órgãos como a Junta Comercial do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Subcomando da Defesa Civil do Estado do Amazonas.

A Lei nº 2.754, de 2002, que dispõe sobre a aquisição, destinação, utilização, regularização e alienação dos bens imóveis do estado do Amazonas, criou, como parte da estrutura da Sead, a Coordenadoria de Controle de Patrimônio Imobiliário. A finalidade dessa coordenadoria é manter o controle, registros de atos relativos à aquisição, destinação, uso e alienação, ressalvada a competência atribuída às entidades fundiárias em se tratando de terras arrecadadas e matriculadas em nome do estado do Amazonas. ●

AMAZONAS CONTROLA E GASTA BEM MENOS COM COMBUSTÍVEIS

MEDIDAS IMPLANTADAS PELA SEAD RESULTARAM NA QUEDA DE 21% DAS DESPESAS NOS 10 PRIMEIROS MESES DESTE ANO, MESMO COM O AUMENTO DA FROTA. ECONOMIA CHEGOU À CASA DOS R\$ 9,3 MILHÕES

TEXTO: CLEIDIMAR PEDROSO – ASCOM/SEAD
FOTOS: GABRIEL RETONDANO – ASCOM/SEAD



O novo governo do Amazonas agora tem controle em tempo real sobre o consumo de combustíveis. São medidas implantadas pela atual gestão da Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead) que permitiram ao estado uma economia de 21% no valor gasto com o consumo de combustíveis nos primeiros dez meses deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado. A queda no consumo permitiu a economia de mais de R\$ 9,3 milhões com essa despesa.

A redução desses gastos é uma determinação do governador Wilson Lima, como uma das medidas para equilíbrio das contas públicas. De acordo com a secretária da Sead, Inês Carolina Simonetti, para se chegar a essa economia, o estado passou a utilizar ferramentas do sistema de controle do consumo de combustíveis que já estavam disponíveis desde outros governos, mas que eram subutilizadas.

“Tudo é monitorado por meio de um sistema e em tempo real. O abastecimento é por meio de cartão magnético vinculado ao veículo da frota do órgão, associado ao motorista. Hoje sabemos a capacidade do tanque de cada carro, bem como quantos quilômetros esse veículo consegue fazer com um litro. Conseguimos calcular e estabelecer os intervalos entre os abastecimentos, impossibilitando novo abastecimento antes de um período mínimo. Hoje, temos um sistema parametrizado, fator imprescindível à gestão adequada”, explica Inês Carolina.

Os veículos que pertencem à frota do estado passam por auditoria, destaca o coordenador de Gastos Públicos da Sead, Vivaldo Michiles Neto. “Verificamos o hodômetro e as informações dos veículos, como placa e modelo. No sistema, também há informações sobre o emprego de cada unidade da

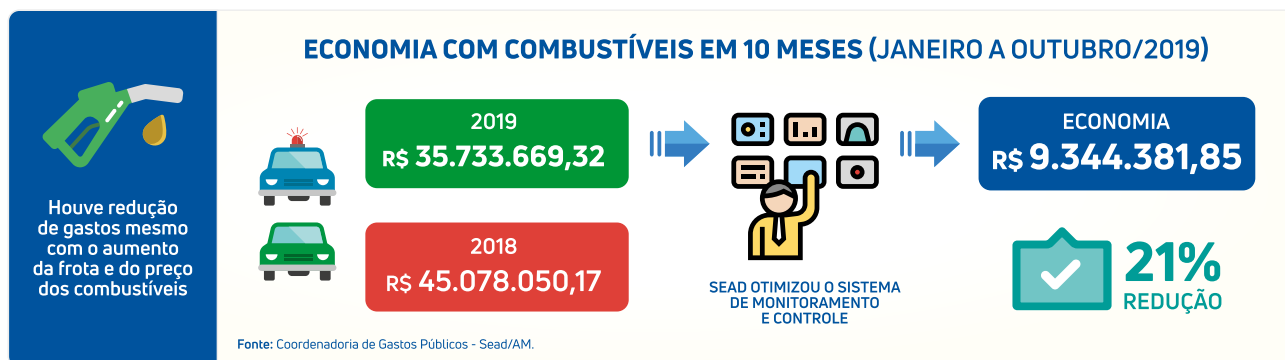


Cada veículo possui um cartão e há regras rígidas para o abastecimento

frota. Com isso, conseguimos ajustar se é necessário o abastecimento em apenas um turno ou em mais de um, por exemplo. Ao ir até um posto de combustíveis, o cartão só libera um novo abastecimento se todos esses critérios forem seguidos”, disse Vivaldo.

COMPROMISSO

A secretária Inês Carolina destaca que o aumento da frota por município mostra o compromisso do atual governo do Amazonas com o interior. “Houve um acréscimo de 15,5% na frota



INFOGRÁFICO: SILVIO SARMENTO

destinada à atuação do estado nos municípios. Enquanto a média de veículos no interior era igual a 713 em 2018, em 2019 esse número passou para 824 veículos”, destacou. O acréscimo ocorreu justamente em órgãos fundamentais para o desenvolvimento do interior.

Um deles é a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (Adaf), responsável pela qualidade e segurança higiênico-sanitária dos alimentos e demais produtos agropecuários. O outro é o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam), responsável por prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores familiares. Ao todo, o interior conta com uma frota de 1.232 veículos ativos.

MANAUS

A frota também cresceu na capital com a incorporação de 38 veículos este ano. No ano passado, 2.234 foram abastecidos em média por mês. Esse montante saltou para 2.273 em 2019. Em outubro, os órgãos e entidades da capital contaram com uma frota de 2.345 veículos ativos.

Para o abastecimento, 82 postos são credenciados nos 62 municípios do Amazonas. No total, somando capital e interior, existem 3.577 cartões ativos. O preço pago pelo estado é o valor na bomba. A economia foi possível mesmo com a variação do preço dos combustíveis. Na maioria dos casos, esses produtos tiveram alta nos preços quando comparados ao ano de 2018.

Em Manaus, o diesel comum, por exemplo, custou, em média, por litro, R\$ 3,95, R\$ 0,21 mais caro que no ano passado. O litro do diesel S-10, em média, custou R\$ 3,79 em 2019, R\$ 0,17 mais caro que o valor pago em 2018. Este ano, em média, R\$ 4,22 foi o valor pago pelo litro da gasolina, R\$ 0,10 a menos que em 2018.

No interior, foi pago um valor maior, em média, pelos três tipos de combustíveis usados pela frota do estado. O litro do diesel comum foi R\$ 0,24 mais caro. Foi pago R\$ 0,43 a mais pelo litro do diesel S-10. Pelo litro da gasolina, foi pago R\$ 0,14 a mais em relação a 2018.

“Mesmo com o combustível mais caro, nos casos dos tipos de diesel, conseguimos reduzir essa despesa aumentando a frota. Nenhuma das nossas medidas representam que deixamos de prestar os serviços de responsabilidade do governo. Pelo contrário, aumentamos a presença do estado incrementando a frota”, destacou Inês. ●



“O Amazonas precisa de medidas austeras para o equilíbrio das contas públicas. Por isso, definimos padrões rígidos para o consumo de combustíveis que de forma alguma engessaram o estado. Pelo contrário, registramos até o aumento da frota”

Inês Carolina Simonetti
secretária da Sead-AM



EAP COMEÇA A MONTAR O COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

MAIS DE 50 INSTITUIÇÕES, ENTRE SECRETARIAS, SUPERINTENDÊNCIAS E INSTITUTOS ESTADUAIS VÃO SE REUNIR PARA DEFINIR PROGRAMAÇÕES DE CURSOS PARA 2020. META É TORNAR A GESTÃO PÚBLICA MAIS ÁGIL E TRANSPARENTE

TEXTO: WEVERTON FAÇANHA
FOTOS: SECOM AMAPÁ

O governo do Amapá, por meio da Escola de Administração Pública (EAP) do estado, começou a realizar uma série de encontros com 57 instituições, entre secretarias, superintendências e institutos estaduais. O objetivo é organizar e planejar a instalação do Comitê de Desenvolvimento do Servidor, que vai conciliar as necessidades pedagógicas de cursos e capacitações de cada órgão ou setor. O comitê indicará a estrutura para a política de desenvolvimento voltada à capacitação continuada dos funcionários públicos em 2020.

Segundo o diretor-presidente da EAP, Jorielson Nascimento, o que se pretende é otimizar e criar uma ação continuada de cursos e capacitações para os servidores, com alinhamento entre as entidades.

“Temos de garantir uma boa pedagogia dentro dos cursos que ministramos. Nós, da escola, não podemos montar sozinhos toda a estrutura das capacitações porque não sabemos o que realmente aquele setor necessita. Por isso, estamos montando toda essa estratégia para que no próximo ano tenhamos uma metodologia mais organizada”, conta.

Durante os encontros, representantes de cada órgão discutirão a montagem da programação e, posteriormente, serão os responsáveis por montar, junto com uma equipe da EAP, todas as atividades pedagógicas de cursos ofertados pela escola para o próximo ano.

O primeiro grupo a reunir será o grupo de Desenvolvimento Econômico. Ao todo, estarão reunidas 15 instituições para iniciar o alinhamento das atividades. Em seguida haverá as reuniões com os setores das áreas social, de infraestrutura, segurança pública, gestão e finanças.

O comitê vai consolidar programas, projetos e ações voltados à formação dos servidores públicos, a fim de tornar a gestão pública mais ágil, transparente e condizente com suas ações em relação às necessidades dos cidadãos usuários dos serviços públicos. ●

“O primeiro grupo a reunir será o grupo de Desenvolvimento Econômico. Ao todo, estarão reunidas 15 instituições para iniciar o alinhamento das atividades”



EAP ESTÁ À FRENTE DOS TRABALHOS PARA A MONTAGEM DO COMITÊ QUE INDICARÁ A ESTRUTURA PARA A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO VOLTADA À CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM 2020



AMAPÁ
GOVERNO DO ESTADO
Cuidando da nossa Gente



CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL CAPTA RECURSOS PARA O AMAPÁ

IMPLANTADO EM JANEIRO DE 2017, O CONSÓRCIO ATUA NAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ILEGAIS QUE AMEAÇAM O PATRIMÔNIO AMBIENTAL AMAZÔNICO E FACILITA CAPTAÇÃO DE VERBAS PARA NOVE ESTADOS

Desde 2006 o Fórum de Governadores da Amazônia Legal reúne os representantes dos estados brasileiros que administram as sociedades amazônicas. Isso levou à construção do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, mecanismo que funciona nos moldes de uma autarquia pública que atua nas atividades econômicas ilegais que representam ameaça ao patrimônio ambiental amazônico e facilita a captação de recursos para investimentos nos nove estados amazônicos – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, os quais abrangem 60% do território nacional.

O consórcio foi implantado em janeiro de 2017, durante o 13º Fórum de Governadores da Amazônia Legal sediado em Macapá, no Amapá. E em março de 2019, na 17ª edição do evento, também sediada em Macapá, foi feita a assinatura do contrato do consórcio pelos líderes dos estados amazônicos. Também na ocasião o governador do Amapá, Waldez Góes, por unanimidade, foi o eleito o presidente do primeiro ano de gestão do dispositivo, que terá eleições anuais para rotatividade de governantes na condução do consórcio.

A partir da assinatura do contrato, os estados podem realizar cooperações, convênios, associações de serviços, execuções de obras, compras públicas (como medicamentos, por exemplo), compartilhamentos de serviços e instrumentos, produções de estudos técnicos, intercâmbios científicos, cooperações técnicas voltadas, sobretudo, para infraestrutura e logística, com vistas ao desenvolvimento da região.

“Ganhamos cada vez mais força. A nossa Constituição já previa que os estados pudessem se unir, se consorciar juridicamente, e agora nós fizemos isso. E vamos, agora, mais fortes, buscar o crescimento econômico e o desenvolvimento de todos os estados da região amazônica. Somos mais de 28 milhões de pessoas, povos unidos e com mais força”, destacou o governador amapaense sobre a união dos estados e a força política do bloco.

FUNCIONAMENTO

O consórcio funcionará nos moldes de uma autarquia pública, com sede em Brasília (DF), onde será implantado o escritório central com núcleos administrativos nos estados membros. A área de atuação corresponde a toda a extensão territorial dos entes federativos consorciados.

O dispositivo terá representação jurídica para



ENCONTRO OCORREU NA SEDE DA EMBAIXADA DA UNIÃO EUROPEIA, EM BRASÍLIA



O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal já foi apresentado à União Europeia e, desde então, iniciaram novas perspectivas de parceria com o governo alemão – um dos principais atores da agenda ambiental mundial

implementar iniciativas comuns voltadas à melhoria também do sistema prisional da região. A conservação da biodiversidade, florestas e clima também está destacada no contrato, com o desenvolvimento de projetos voltados a uma economia de baixo carbono – a exemplo do Programa Tesouro Verde, iniciativa do Amapá.

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal já foi apresentado a União Europeia e, desde então, iniciaram novas perspectivas de parceria com o governo alemão – um dos principais atores da agenda ambiental mundial. ●



GESTÃO DE PESSOAS E FOLHA DE PAGAMENTOS NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: O QUE OS DADOS DIZEM?

O Banco Mundial apresentou em outubro um relatório sobre Gestão de Pessoas no Brasil baseado numa análise minuciosa das folhas de pagamento do governo federal e de vários estados.

É um relatório oportuno, pois em um contexto de crise fiscal se faz necessária uma análise detalhada sobre o gasto com os funcionários ativos, o segundo maior grupo de gastos do governo federal, atrás apenas dos gastos da previdência.

Os servidores públicos federais brasileiros são particularmente bem qualificados e remunerados, porém nosso estudo aponta que estão regidos por um sistema de gestão de pessoas engessado demais, que carece de planejamento estratégico, não permite que os melhores funcionários se destaquem pelo desempenho, cria desigualdades entre as mais de 300 carreiras e impacta negativamente a motivação dos servidores com desafios limitados.

Mudar o paradigma de gestão de pessoas para um modelo mais flexível e transparente, que possibilite diferenciar e premiar os melhores desempenhos, pode trazer benefícios para o serviço público.

Mas então, o que os dados dizem? O Brasil gasta aproximadamente 10% do PIB com pagamentos de salários e vencimentos de servidores públicos o que em termos comparativos representa um gasto alto para os padrões internacionais. Ainda que tenha aumentado 83% em 20 anos até chegar a 11,5 milhões de servidores, o número de pessoas empregadas pelo governo não é alto para a média internacional.

A relação entre o número de funcionários públicos e a população no Brasil (5,6%) é mais alta que a média latino-americana (4,4%), mas inferior a

países da Europa e Ásia Central. Já em relação aos salários, há algumas nuances importantes.

Em uma comparação de prêmios salariais do setor público em 53 países, onde se comparam pessoas no mesmo setor econômico, localização geográfica, educação e outras características individuais, um servidor público brasileiro recebe, de maneira geral, 19% mais do que trabalhadores do setor privado formal.

Essa porcentagem está em linha com o resto dos países da amostra, mas principalmente porque os servidores municipais não têm prêmio salarial vis-à-vis o setor privado. Porém, o prêmio salarial dos servidores estaduais é de 36% (aumentou em 6 pontos percentuais desde 2012) e o dos servidores federais, de 96%. Esses dados não incorporam outros benefícios adicionais, como segurança no emprego.



“Existem no serviço público federal carreiras com funções semelhantes, mas orientadas especificamente a um órgão ou entidade, favorecendo a fragmentação e a desigualdade de tratamento entre setores”

O governo federal emprega cerca de 12% dos servidores no Brasil, mas representa 25% do total de salários e vencimentos pagos de todas as esferas de governo. Durante o período entre 2008 e 2018, o gasto com pessoal ativo do Poder Executivo federal teve um crescimento real de 2,5% ao ano.

A partir de 2011, o crescimento da folha caiu para 0,6% ao ano, com aumento no número de servidores (1,4% ao ano) e queda no salário médio (0,8% ao ano). Em 2019, 44% dos servidores federais recebem mais de 10 mil reais por mês, 22% recebem mais de 15 mil reais e 11% recebem mais que 20 mil reais.

Existem no serviço público federal carreiras com funções semelhantes, mas orientadas especificamente a um órgão ou entidade, favorecendo a fragmentação e a desigualdade de tratamento entre setores. As condições de trabalho e remuneração podem variar bastante, mesmo para atribuições muito similares, dependendo do setor ao qual a carreira está vinculada.

A análise mostra que existem desigualdades importantes que podem criar incentivos negativos nos servidores públicos federais. Por exemplo, algumas carreiras mostram uma ampla dispersão salarial que não está necessariamente ligada ao desempenho.

Assim, servidores públicos com o mesmo tempo de serviço e teoricamente com as mesmas funções recebem salários muito diferentes, e essa diferença não se explica pelo desempenho, mas pelas diferentes gratificações – existem 179 rubricas de gratificação no governo federal.

De fato, de modo geral, quando há pagamento por desempenho, quase todos recebem. Em 2017, em 87% das carreiras com pagamento por desempenho, pelo menos 90% dos servidores receberam. Em alguns casos, todos recebem o mesmo valor.

Dado que o salário base corresponde em média a apenas 58% da remuneração total dos servidores e a diversidade de gratificações não está ligada ao desempenho, é difícil manter uma política remuneratória transparente e com parâmetros padronizados.

Existe uma importante janela de oportunidade para reformas que reestruturam o sistema de carreiras para os novos servidores públicos, já que muitos servidores estarão em condições de se aposentar nos próximos anos. Uma simulação do Banco Mundial prevê que, até 2022, cerca de 26% dos servidores terão se aposentado. Até 2030, prevê-se que cerca de 40% dos servidores terão se aposentado.

Reformas que aproveitem essa janela de oportunidade poderiam trazer também importantes ganhos fiscais, já que muitas carreiras têm altos salários

iniciais e os servidores chegam ao topo da carreira em poucos anos e de forma irrestrita.

Reduzindo todos os salários iniciais dos novos servidores em 10% e aumentando o tempo necessário para se chegar ao fim da carreira, obtém-se uma economia acumulada de R\$ 26,35 bilhões até 2030. Reduções nas taxas de contratação de novos servidores à medida que outros se aposentam também têm grande impacto no longo prazo.

Estima-se que a queda da taxa atual de reposição de servidores (1,29) à taxa de um novo contratado para cada aposentado deixaria o governo federal com aproximadamente 740.000 vínculos e geraria uma economia de 52,56 bilhões de reais.

Finalmente, a restrição de aumentos salariais não relacionados a progressões por três anos, seguida da concessão de reajustes com base na inflação, associada a uma reposição de 9 contratações por cada 10 aposentados, pode trazer uma economia de mais de 200 bilhões de reais até 2030, mais de seis vezes o orçamento do Bolsa Família.

O relatório aponta que, para promover justiça entre as diversas carreiras públicas e utilizar melhor o potencial de cada servidor, será preciso fazer uma revisão do modelo de carreiras, aprimorar o planejamento estratégico e repensar o modelo de gratificações, incluindo aquele pago por desempenho. Tal projeto de transformação do Estado poderia ainda trazer ganhos fiscais alterando as regras apenas para novos servidores.

Os ganhos de eficiência podem trazer impactos positivos a todos os cidadãos. ●

Rafael Muñoz é coordenador da área econômica do Banco Mundial para o Brasil, já trabalhou para a instituição na Ásia e na África.

Daniel Ortega Nieto é especialista sênior para o setor público do Banco Mundial.



COM NÚMEROS IMPRESSIONANTES, O SAC SE CONSOLIDOU COMO UM SERVIÇO INDISPENSÁVEL PARA OS BAIANOS

SAC BAIANO SE TORNOU REFERÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO

INAUGURADO HÁ 24 ANOS E PRESENTE EM 56 MUNICÍPIOS, O SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO REGISTROU, DE 2015 A 2019, A MARCA IMPRESSIONANTE DE 32 MILHÕES DE ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS

TEXTO: FÁBIO VASCONCELOS
FOTOS: CAROL GARCIA (GOV/BA)

Avião sem asa, circo sem palhaço, futebol sem bola... Realmente é bem complicado imaginar uma coisa sem a outra, como citam os versos de Fico Assim sem Você, sucesso da dupla Claudinho & Buchecha. A singela canção, regravação por Adriana Calcanhotto, faz uma espécie de alusão sobre a relação de dependência afetiva entre membros de um casal amoroso. Dados todos os descontos diante do exagero dramático da canção, será que os baianos conseguem, por exemplo, visualizar seu dia a dia sem a existência do SAC?

Inaugurado há 24 anos e presente em 56 municípios do estado, o Serviço de Atendimento ao Cidadão, hoje, está consolidado como referência na prestação de serviço público na Bahia. Os números impressionam. De janeiro de 2015 ao primeiro semestre de 2019, o serviço registrou exatamente 32.303.805 atendimentos. A liderança no período ficou com a carteira de identidade, com 4,6 milhões de solicitações, seguida pelos serviços de intermediação de mão-de-obra e entrada no seguro-desemprego, cada um com cerca de 1,2 milhão de registros.

Ainda no universo dos números, somente na capital foram feitos cerca de 17 milhões de atendimentos, sendo que o SAC Barra, com 2,5 milhões, é o campeão de registros. No interior, quem fica no topo é o SAC Feira II, que anotou 1,5 milhão de atendimentos.

Entre os Pontos SAC, a unidade de Serrinha, que foi reinaugurada no shopping Serrinha em julho de 2018, ficou na frente com quase 164 mil atendimentos. As três carretas do SAC Móvel registraram mais de 520 mil atendimentos, após realizarem 1.097 visitas em 395 dos 417 municípios baianos.

Com a inauguração do Ponto SAC Santo Estevão, em novembro de 2019, a Rede SAC chega a 74 unidades espalhadas pela Bahia, incluindo Salvador e Região Metropolitana (RMS). São 12 postos fixos na capital, quatro na RMS e 21 no interior do estado, além de 34 unidades do modelo Ponto SAC e três carretas do SAC Móvel.

José Raimundo, 59, e seu filho Helmuth Silva, 25, foram juntos ao SAC do Shopping da Bahia regularizar documentos de seus veículos e saíram de lá satisfeitos com o atendimento



Desde 2015 foram implantados 16 Pontos SAC e três postos: um no interior, em Guanambi; um na RMS, na cidade de Simões Filho; e outro em Salvador, no Shopping da Bahia. As unidades disponibilizam à população mais de 800 serviços, prestados por 37 unidades parceiras, com uma média mensal de 630 mil atendimentos.

NOVIDADES

A inauguração do SAC Shopping da Bahia e a reinauguração do SAC Conquista II, ambas em 2019, apontam para uma tendência da rede: uma parceria maior com o Detran. Os dois postos são os únicos que possuem pátios para a realização de vistorias de veículos. O SAC Shopping da Bahia funciona em uma área de 1,5 mil m², construída em um dos estacionamentos do centro de compras. Os números iniciais já demonstram o quanto foi necessária a iniciativa.

Com investimento de 4,5 milhões, feito apenas pelo centro de compras, o novo posto de Vitória da Conquista funciona no Boulevard Shopping, em uma área de 1.780 metros quadrados.

Logo no primeiro mês de funcionamento, a nova unidade já havia registrado mais de 38 mil atendimentos, com uma média superior a mil por dia. A liderança ficou, justamente, com o Detran, que anotou 13.670 atendimentos. Os serviços mais demandados do departamento foram a impressão do certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV), com 3.028 emissões, e as solicitações e renovações da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), com 1.942.

A mudança trouxe mais conforto, segurança e redução do tempo de espera aos usuários do Detran. Com o número de guichês e de funcionários para atendimento ampliado, a central tem capacidade para receber mais de duas mil pessoas diariamente, com uso do moderno sistema de agendamento da Rede SAC, incluindo serviços por hora marcada, atendimento eficiente, ágil e sem burocracia.

Com investimento de 4,5 milhões, feito apenas pelo centro de compras, o novo posto de Vitória da Conquista funciona no Boulevard Shopping, em uma área de 1.780 metros quadrados. São 1.230 de área interna e 550 de área externa, onde funciona a

Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran), órgão que realiza vistoria de veículos. O serviço de carteira de habilitação passou de 3.960 atendimentos por mês para 5.280; a vistoria, de 220 por mês para 1.320 atendimentos.

Usuário dos serviços do SAC há cerca de 15 anos, o motorista José Raimundo Silva, 59, esteve na unidade do Shopping da Bahia junto com seu filho Helmuth Silva, 25, que também trabalha dirigindo automóveis de forma autônoma. Ambos foram regularizar a documentação dos seus veículos: uma carreta e uma Van. “Sempre venho e bato palmas para o SAC, porque é um negócio que funciona. Agilizou muito minha vida. É tão ágil que, às vezes, nem dá tempo de sentar e já chamam minha senha”, comentou, aos risos.

UNIVERSO VIRTUAL

Atento às tecnologias digitais da era atual, o SAC lançou o SAC Digital. O objetivo principal da plataforma é facilitar o acesso das pessoas a serviços públicos, através de um modelo de prestação e de gestão pública baseado na disponibilização de serviços eletrônicos personalizados para o cidadão. Inicialmente, há uma oferta de 15 serviços digitais disponíveis e 279 com agendamento online, através do endereço www.sacdigital.ba.gov.br ou baixando o aplicativo SAC Digital.

Por meio de uma plataforma central e integrada, desenvolvida pela Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb), em parceria com a Secretaria da Administração do Estado (Saeb), o indivíduo pode escolher o serviço a ser prestado, independentemente dos órgãos associados àquela solicitação.

“Além da praticidade de resolver suas pendências na tranquilidade do seu lar ou em qualquer local com acesso à internet, a ferramenta digital ainda reduz significativamente as partes burocráticas de cada processo”, destaca o superintendente de Atendimento ao Cidadão, Flávio Barbosa.

O SAC Digital proporciona também um conjunto de ferramentas para gestão do relacionamento com os usuários. Por meio da plataforma, o gestor público tem conhecimento do perfil social do cidadão e de suas necessidades. Isso melhora a eficácia do atendimento, otimizando a prestação de serviços através de avaliações precisas, baseadas nas demandas do cidadão.

Os executivos do estado terão ferramentas de integração, análise e visualização de dados a partir do compartilhamento das diversas bases de dados dos governo estadual e federal, além de bases abertas da iniciativa privada. ●



RH BAHIA GARANTE AO ESTADO GESTÃO MAIS MODERNA DE PESSOAS

COMPLEXO, O MAIOR PROJETO LATINO-AMERICANO DE IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO DE RECURSOS HUMANOS DESENVOLVIDO DO SAP ENFRENTA DESAFIOS, MAS FACILITA A VIDA DOS MAIS DE 270 SERVIDORES ESTADUAIS

TEXTO E FOTOS: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/BA



O ano de 2019 começou com novidade para os mais de 270 mil servidores ativos, inativos e pensionistas dos 417 municípios baianos. No primeiro dia útil do ano, eles tiveram seu contato inicial com o Portal de Serviços do RH Bahia (www.rhbahia.ba.gov.br). No site, podiam solicitar férias, certidões e outros serviços.

As facilidades são uma das faces da transformação que a Secretaria da Administração do Estado da Bahia (Saeb) está desencadeando na gestão de pessoas do estado com o RH Bahia, o maior projeto da América Latina – e o terceiro maior do mundo – de implantação do módulo de Recursos Humanos do SAP, software de gestão de padrão internacional desenvolvido pela alemã SAP AG.

“A implantação do sistema representa um desafio enorme para nossa gestão. É uma iniciativa inédita na administração pública nacional que tem o potencial de levar a nossa gestão de pessoas a um novo patamar de qualidade”, acredita o secretário da Administração Edelvino Góes. De fato, até pouco tempo, o SAP era utilizado no Brasil apenas por grandes empresas e sociedades de economia mista como a Petrobras.

O ineditismo da iniciativa baiana – atestado pela própria SAP AG – está ligado às dimensões do sistema e à sua complexidade. Concebido inicialmente para empresas privadas, o software – que resultou de uma parceria da Saeb com a Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodeb) e

a empresa implementadora contratada Resource – teve suas funcionalidades customizadas em alto grau para atender à realidade de 59 órgãos estaduais, cada qual com estrutura e regras de negócio próprias. Além disso, só durante o processo de implantação, foram realizadas mais de 850 horas de capacitação para 1.402 servidores em 21 diferentes cursos.

BALANÇO

O gestor de negócio do RH Bahia, Wilson Freitas, revela outros números que dão uma boa ideia das dimensões da iniciativa. “Temos cadastrados no sistema 18.529 unidades administrativas, 3.008 documentos de base legal e os registros de 495 mil pessoas”, diz Wilson, explicando que as funcionalidades demandam o registro até de servidores que não integram mais a folha do estado – daí o número superior ao total de servidores ativos, inativos e pensionistas (270 mil).

Nos primeiros seis meses de RH Bahia, foram publicados 197 mil atos e realizadas 181.343 autorizações de pagamento. No Portal, os servidores receberam mais de 628 mil mensagens sobre os trâmites de suas solicitações. Outras 192 mil mensagens foram enviadas aos gestores, para orientá-los sobre procedimentos para gerir a vida de suas equipes.

Para o gestor, os números comprovam que o sistema já é realidade. “Após as instabilidades dos primeiros meses – comuns em transições para sistemas complexos como o RH Bahia – nosso maior desafio hoje é cultural: trata-se de adaptar o Estado a



novos procedimentos e formas de trabalho”, explica Wilson. Uma das maiores dificuldades diz respeito ao fato de que o RH Bahia demanda que as etapas dos processos ligados à vida funcional do servidor sejam efetuadas no sistema não só no prazo, mas, rigorosamente, conforme o passo-a-passo definido pelas normas legais.

MUDANÇA CULTURAL

Também para o superintendente de Recursos Humanos do estado, Adriano Tambone, o principal salto é cultural. “O RH Bahia vai promover uma mudança profunda e irreversível na nossa gestão de recursos humanos”, defende Adriano, ao lembrar que a automatização e a integração dos processos contribuem para um controle mais efetivo da gestão. Outro benefício, ressaltava Tambone, é que a médio e longo prazos o sistema deverá liberar as equipes de RH de algumas atividades operacionais, abrindo espaço para aprimorar a administração de pessoas.

O potencial de ganho financeiro da automatização de mais de 90% dos processos de RH também não é desprezível. Com base na experiência das empresas públicas e sociedades de economia mista – nas quais o sistema opera desde 2017 –, a expectativa é de que a melhoria dos controles internos gere economia de aproximadamente 0,8% na folha de pagamento, o que equivale a uma redução mensal de cerca de R\$ 7 milhões.

“Nossa prioridade, porém, não é a economia financeira, mas garantir que a tecnologia nos permita

“Temos cadastrados no sistema 18.529 unidades administrativas, 3.008 documentos de base legal e os registros de 495 mil pessoas”

Wilson Freitas,
gestor de negócio do RH Bahia

aprimorar a qualidade da execução da maior despesa do estado”, diz o superintendente.

Em paralelo, o RH Bahia segue estimulando uma maior autonomia na relação dos servidores com o estado. A técnica administrativa da Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (Setre), Barbara Oliveira, achou o Portal de Serviços simples e de fácil acesso.

“Alguns pedidos que demoravam a ser atendidos agora estão a um clique. E quando a resposta chega, ele manda uma mensagem”, conta. Para os profissionais da área de RH, a complexidade é maior, mas há bons motivos para comemorar. “Os percalços são normais no início, mas com o tempo a gente se adapta: este sistema é, com certeza, um progresso”, sinaliza Nelma Meneses, coordenadora de pessoal do Corpo de Bombeiros. ●



OBSERVATÓRIO AJUDA O CEARÁ A MONITORAR O BRASIL E O MUNDO

INSTITUÍDA NO ÂMBITO DA SEPLAG, ESTRUTURA FORMADA POR VÁRIOS PESQUISADORES VERIFICA AS MUDANÇAS NO HORIZONTE ECONÔMICO E COMO ESSAS TRANSFORMAÇÕES PODEM AFETAR A VIDA DO POVO CEARENSE

Exemplo nacional em gestão e planejamento, o estado do Ceará acaba de instituir mais um instrumento relevante para acompanhar, de forma sistemática, as transformações econômicas e sociais do Brasil e do mundo e suas possíveis repercussões para os cearenses. Trata-se do Observatório do Federalismo Brasileiro (OFB), instituído no âmbito da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag-CE), por meio do decreto nº 33.306, de 14 de outubro de 2019.

“É a primeira iniciativa desse tipo no país, com um conjunto de pesquisadores nessa vertente de observar os movimentos da economia nacional e internacional e, a partir dessa observação, verificar o que está no nosso horizonte e como isso pode

TEXTO: ASCOM SEPLAG/CE
FOTOS: SEPLAG/CE

afetar a vida do povo cearense. Organizar-se para ter uma estrutura pensante que possa antever o cenário econômico é importante para que o estado possa se preparar e enfrentar melhor as transformações que virão”, explica o secretário titular da Seplag-CE, Flávio Ataliba.

Ele destaca que a crise econômica vivenciada pelo Brasil nos últimos anos foi um dos fatores que evidenciaram a necessidade da criação de um ambiente reunindo pesquisadores para debater o cenário econômico atual e futuro. “A crise de 2015 a 2017, que ainda não foi totalmente superada, foi muito profunda para a vida fiscal dos estados brasileiros. Vários estados quebraram. O Ceará, felizmente, passou por uma turbulência grande, mas, dado o seu equilíbrio de ajuste das contas públicas, o estado conseguiu se manter bem. Mas o certo é que poderíamos ter mais instrumentos para antecipar a crise que viria e nos ajudar a tomar providências. Baseados nessa experiência dolorosa para o povo brasileiro, nós pensamos em criar esse ambiente de reflexão, dentro da Seplag, para aumentar a nossa capacidade de prever e de antecipar futuros choques econômicos”, acrescenta Flávio Ataliba.

O secretário titular da Seplag-CE cita, ainda, algumas questões internas que estão sendo debatidas e que terão impactos econômicos e sociais para o Brasil e para o Ceará, a exemplo da Reforma da Previdência, que está em curso, e das discussões a respeito da Reforma Tributária e da partilha do Pré-Sal com os estados brasileiros.

“Nós ainda estamos em um mar de incertezas muito grande. Então, o Observatório do Federalismo Brasileiro vem como um esforço maior que o estado do Ceará está realizando como forma de colher elementos e subsidiar o governador Camilo Santana para a tomada de decisões importantes”, enfatiza Ataliba.

PUBLICAÇÕES

Todos os estudos, análises e outros trabalhos do Observatório do Federalismo Brasileiro serão publicados no endereço eletrônico www.observatorio.seplag.ce.gov.br. A primeira publicação ocorreu no dia 17 de outubro. A análise “É possível antecipar o impacto de crises econômicas sobre o Ceará?” foi assinada pelo pesquisador Rafael B. Barbosa, doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com período sanduíche na Columbia University. Rafael é professor da UFC, pesquisador do Centro de Avaliação de Políticas Públicas (CAPP) do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e membro do Observatório do Federalismo Brasileiro.



“O Observatório do Federalismo Brasileiro vem como um esforço maior que o estado do Ceará está realizando como forma de colher elementos e subsidiar o governador Camilo Santana para a tomada de decisões importantes”

Flávio Ataliba,
secretário titular da Seplag-CE

LANÇAMENTO

O Observatório do Federalismo Brasileiro foi lançado em maio deste ano pelo então titular da Seplag-CE, Mauro Filho, em parceria com o Ipece e a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP-CE). A instituição do Observatório veio com o decreto nº 33.306, de 14 de outubro de 2019, assinado pelo governador Camilo Santana e pelo então titular da Seplag à época do lançamento do Observatório, Mauro Filho.

Segundo o decreto, o objetivo do Observatório “é acompanhar e analisar, de forma sistemática, as repercussões econômicas e sociais no estado do Ceará, observadas as principais alterações produzidas na ordem econômica federal, no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sem prejuízo dos temas de interesse regional, com a institucionalização e padronização dos resultados dos estudos”. ●



A COMITIVA CEARENSE OUVIU, ORGULHOSA, OS ELOGIOS E O AGRADECIMENTO DO GOVERNADOR GOIANO, RONALDO CAIADO

COMITIVA CEARENSE VAI A GOIÁS E APRESENTA BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

DURANTE SEMINÁRIO, REPRESENTANTES DO CEARÁ OUVIRAM ELOGIOS DO GOVERNADOR RONALDO CAIADO, QUE FEZ QUESTÃO DE AGRADECER A CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO NORDESTINO PARA A SUA ADMINISTRAÇÃO

TEXTO ASCOM/SEPLAG/CE
FOTOS: ASCOM/SEAD

O governo do Ceará participou, em outubro, na cidade de Goiânia, do I Seminário Goiás/Ceará de boas práticas governamentais – Ampliar conhecimentos com eficiência no uso dos recursos públicos. Durante o evento, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, exaltou a experiência do Ceará em gestão pública.

“O Ceará tem uma grande experiência e conseguiu obter um avanço significativo. Obrigado por tudo que vocês estão ofertando a Goiás”, disse Caiado. Na solenidade, houve a assinatura de um Termo de Cooperação entre Goiás e Ceará, representado pelo secretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag-CE), Flávio Ataliba.

Segundo Ataliba, durante os dias do I Seminário Goiás/Ceará de boas práticas governamentais, a comitiva cearense, composta por oito integrantes do governo do Ceará e pelo deputado federal Mauro Filho, apresentou os sistemas que foram desenvolvidos para organizar a nova estrutura de planejamento e orçamento e o trabalho realizado para controlar as despesas e manter os investimentos. De acordo com o secretário, o Ceará é hoje o estado brasileiro com maior percentual de investimentos sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), com 15,03% em 2018.

A experiência de sucesso do Ceará na área da educação também foi abordada durante o Seminário. “Das 100 melhores escolas públicas de ensino fundamental do Brasil, 82 delas estão no Ceará. Isso foi um grande avanço para o nosso Estado”, destaca Flávio Ataliba.

Outro tema que foi tratado no seminário foi a política de instrumentos de avaliação de impactos dos investimentos, como a existente hoje no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece-CE). Segundo Ataliba, também falou-se sobre a política cearense de licenciamento ambiental, “que é bem avançada”, sobre os projetos do Governo Digital, liderados pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice), e sobre a importância dos centros de pesquisas regionais, como o Ipece, “que é referência hoje no Brasil”.

EXEMPLO NACIONAL

Esta é a terceira vez neste ano que o governo do Ceará apresenta em outros estados seus resultados positivos em gestão e planejamento. Em agosto, a experiência cearense foi debatida no Rio Grande do Sul, durante o I Workshop RS/CE. Já em setembro,



Durante o seminário, o secretário da Seplag-CE, Flávio Ataliba, assinou um Termo de Cooperação entre Goiás e Ceará

o Ceará apresentou suas iniciativas no Seminário Gestão Pública: Desafios e Oportunidades da Administração, promovido pelo governo do Paraná.

“O Ceará é hoje referência no Brasil como um dos estados mais organizados e mais avançados na sua gestão pública”, enfatiza o secretário Flávio Ataliba. ●



MAURO BENEVIDES FILHO

DEPUTADO FEDERAL
E EX-SECRETÁRIO DO
PLANEJAMENTO E
GESTÃO DO CEARÁ

“ZELAR PELA COISA PÚBLICA É ALGO FUNDAMENTAL”

O DEPUTADO FEDERAL E EX-SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CEARÁ, MAURO BENEVIDES FILHO, CONTA UM POUCO SOBRE AÇÕES IMPORTANTES PARA A GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

FOTOS: LUIS MACEDO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O ex-secretário do Planejamento e Gestão do Ceará e atual deputado federal Mauro Benevides Filho é um dos agentes públicos responsáveis pela transformação na gestão de seu estado. Enquanto boa parte dos estados e municípios está passando por sérias dificuldades, Benevides Filho conseguiu realizar feitos importantes no Ceará e, em Brasília, tem conseguido colocar pautas necessárias para a administração pública.

Há mais de 10 anos ocupando cargos públicos, ele levou o Ceará ao topo dos rankings dos estados com a melhor situação fiscal e o maior volume de investimentos, segundo estudos realizados pelo Centro de Liderança Público (CLP) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em 2017.

Mauro Benevides Filho é formado em Economia pela Universidade de Brasília e PhD na mesma área pela Universidade de Vanderbilt, EUA. Professor da Universidade Federal do Ceará, o deputado deu início à sua trajetória política quando assumiu a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Fortaleza na gestão de Ciro Gomes.

Nesta rápida entrevista à *Revista Desenvolvimento & Governança*, Mauro Benevides Filho fala um pouco sobre alguns assuntos recentes que estão em pauta pelo Conselho Nacional de Secretários da Administração (CONSAD) e conta, também, qual o segredo do Ceará para alcançar resultados tão positivos em suas finanças públicas.

Exemplo nacional em gestão e planejamento, o Ceará instituiu recentemente um instrumento relevante para acompanhar, de forma sistemática, as transformações econômicas e sociais do Brasil e do mundo. Como o senhor avalia a criação do Observatório do Federalismo Brasileiro?

De modo geral, o Observatório chegou como uma primeira iniciativa desse tipo no país. Reunimos um conjunto de pesquisadores que estão observando de perto todos os movimentos da economia nacional e internacional e, a partir disso, conseguimos verificar como o Ceará vai se comportar. É uma iniciativa

“É necessário estarmos alinhados com as políticas de educação para mudarmos qualquer área, principalmente a gestão pública. É dos jovens que conseguiremos transformações importantes”

muito valiosa, já que esse trabalho pode antever o cenário econômico e isso é importante para que o estado possa se preparar e enfrentar melhor as possíveis transformações. É algo, inclusive, que seria fundamental para os demais estados.

O senhor teve passagens importantes pelo Executivo no Ceará. Tanto na Fazenda quanto no Planejamento e Gestão, o seu trabalho ficou marcado justamente pelo zelo à administração pública. Hoje, no Brasil, muitos estados estão quebrados. O Ceará, no entanto, tem conseguido se manter estável. Em sua avaliação, qual a receita para isso?

Avalio que conseguimos ao longo dos anos aprimorar a nossa forma de fazer gestão pública. Mas não há segredos: é preciso controlar as despesas de uma forma muito criteriosa, fazendo com que o estado arrecade mais e otimize seus gastos. E o principal, que é zelar pela coisa pública.

Em recente visita ao Rio Grande do Sul, o senhor, enquanto secretário titular da Seplag (CE), falou um pouco das práticas adotadas pelo estado no âmbito da educação. A gestão de pessoal também passa por isso?

Para que o Ceará assumisse o primeiro lugar no ranking nacional da Educação Fundamental, por exemplo, houve a necessidade de agregar uma nova cultura na gestão que se mantém firme. Veja, pensamos em algo que permanece mesmo com as mudanças de governo. Estabelecemos uma grande parceria com todas as prefeituras, servidores públicos e todos os possíveis envolvidos. É necessário estarmos alinhados com as políticas de educação para mudarmos qualquer área, principalmente a gestão pública. É dos jovens que conseguiremos transformações importantes.

O Consad tem participado ativamente das discussões sobre o Pacto Federativo entre União, estados e municípios. Como o senhor percebe isso?

Particpei de algumas reuniões do Grupo de Trabalho que a Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República está mediando. Esse é, sem sombra de dúvidas, um assunto de extrema importância, uma vez que diz respeito à distribuição dos tributos e influencia diretamente o desenvolvimento do país. É bom ver que o Consad, representado por secretários e conselheiros de diferentes regiões do Brasil, está envolvido nesta pauta. É algo que o governo federal precisa, necessariamente, conversar e dialogar com todas as partes envolvidas.

Em sua opinião, qual é o grande desafio do Consad para os próximos anos?

Avalio que manter a troca entre os estados, respeitando a situação e realidade de cada um, já é algo de grande valia. Entretanto, percebo que é urgente a necessidade de o Consad se tornar ainda mais protagonista e participante de diálogos e decisões que são

feitas em âmbito federal, por exemplo. É um trabalho árduo, mas que vem sendo feito e, com esforço, tem gerado resultados importantes. Ter uma cadeia ativa no Grupo de Trabalho sobre o Pacto Federativo já é um bom exemplo. Apesar de não estar mais na posição de secretário – já que estou na Câmara dos Deputados –, percebo que este trabalho é fundamental para o aprimoramento e melhoria da gestão pública brasileira. ●





PINGUE-PONGUE / RICARDO PERES

“PLANO DE SAÚDE DO SERVIDOR SERÁ PARA TODOS E DEVE SAIR EM ABRIL”

HÁ 13 ANOS, DESDE A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR (INAS), O GDF TENTA IMPLANTAR A MEDIDA, QUE AGORA, FINALMENTE, ESTÁ A CAMINHO

Ter um plano de saúde é a principal reivindicação dos mais de 160 mil servidores públicos do Governo do Distrito Federal, segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Economia. Há 13 anos, desde a criação do Instituto de Assistência à Saúde do Servidor (Inas), o governo tenta implementar a medida, que finalmente deve sair do papel até abril de 2020.

Em entrevista dada à Agência Brasília, o presidente do Inas, Ricardo Peres, fala sobre os planos do governo para cuidar da saúde do servidor. Segundo ele, será publicado, neste mês, o edital de licitação para contratação da empresa que auxiliará na gestão da caixa de assistência. “É o pontapé de que precisávamos para

TEXTO: RENATA MOURA (AGÊNCIA BRASÍLIA)
FOTOS: PAULO H. CARVALHO (AGÊNCIA BRASÍLIA)

viabilizar o plano. Se tudo correr bem, até o início de dezembro estaremos assinando o contrato e, em abril, os servidores poderão utilizar os serviços”, prevê.

Peres afirma que a intenção inicial é atender todos os servidores, efetivos e comissionados, no modelo da autogestão com coparticipação. Os valores, ele garante, serão de 30% a 40% abaixo dos praticados no mercado.

Quando e com qual objetivo o GDF criou o Inas?

O Inas foi criado em 2006, ainda no governo [Joaquim] Roriz, já com a intenção de implementar um plano de autogestão da saúde pública. Mas, infelizmente, não foi feito naquele momento. Em 2009, o governo [José Roberto] Arruda transformou o Inas em uma administradora de planos de saúde. Ou seja, eles queriam, naquele momento, contratar uma operadora para prestar toda a assistência. No entanto, no final de 2018, o governo [Rodrigo] Rollemberg, com o mesmo entendimento, lançou um edital para contratar uma administradora para trazer operadoras do mercado para prestar o serviço. Quando o governador Ibaneis Rocha me convidou para fazer parte do instituto, já tínhamos a convicção de que era necessário fazer mudanças. Usamos a nossa experiência na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), quando fui presidente da Caixa de Assistência aos Advogados, e vimos que precisávamos fazer algumas modificações nesse formato, principalmente para baratear o plano.

Quais seriam essas mudanças?

Com a experiência da OAB, quando transformamos as caixas de assistência regionais em administradoras, vimos uma série de vantagens. A melhor delas, sem sombra de dúvida, é o fato de o plano ficar bem mais barato. Por isso, precisávamos ter uma administradora própria. Ou, ainda melhor, uma operadora. Assim, o nosso preço seria bem diferenciado. Para confirmar isso, buscamos no mercado operadoras que possibilitariam esse processo. Tivemos um encontro com a Geap (operadora de saúde do funcionalismo federal) e observamos um modelo de negócio interessante, algo próximo do que estávamos buscando, mas não havia muito sentido em contratar uma operadora se a gente poderia ter a nossa própria. Então, o governador Ibaneis determinou que a gente criasse uma operadora exclusiva para atender o servidor do DF. Desde então, estamos estruturando um modelo de negócio

“O modelo da autogestão é o que melhor atende. Não pagaremos imposto, não teremos taxa de administração, não vamos visar o lucro, ou seja, no mínimo, ficará de 30% a 40% mais barato que no mercado”

voltado à autogestão para criarmos uma operadora que seja um patrimônio para o servidor público do DF.

O foco está no custo mínimo para o servidor?

Isso. Verificamos todas as possibilidades que há no mercado e chegamos à conclusão de que o melhor modelo era um que atendesse às necessidades dos servidores a um custo mais acessível. Pensando assim, o modelo da autogestão é o que melhor atende. Não pagaremos imposto, não teremos taxa de administração, não vamos visar o lucro, ou seja, no mínimo, ficará de 30% a 40% mais barato que no mercado.

O Inas já tem ideia de como será feito o cálculo das mensalidades do plano?

Não. É preciso antes fazer o estudo atuarial (estatístico), mas é importante que saibam que o governo está preocupado em não onerar a vida do servidor. A ideia é fazer um plano em coparticipação até para que possamos dividir responsabilidades, para que todos possam usar com cautela em caso de necessidade. Inclusive, com base no que já é praticado no mercado, o servidor deve pagar em torno de 20% para uma consulta e 30% em caso de exames – é o que acreditamos. Serão valores possíveis de quitar e não é nosso objetivo endividar o servidor. Estamos pensando inclusive em encontrar alternativas para tratamentos mais complexos, como os que necessitam de internação em UTI (Unidade de Terapia Intensiva). Vimos um caso muito interessante no STJ (Superior Tribunal de Justiça) em que fizeram um seguro para essas situações. Isso significa que vamos estabelecer um teto máximo que o servidor pode pagar e tudo será parcelado no contracheque. Excedendo esse valor, vai para a seguradora.

“Estamos pensando inclusive em encontrar alternativas para tratamentos mais complexos, como os que necessitam de internação em UTI”

Como esse modelo se aproxima do praticado pela Geap?

Parece na forma de coparticipação, por exemplo, mas o nosso será mais barato. Veja que a Geap precisa registrar o plano na ANS (Agência Nacional de Saúde); nós, não, porque, no nosso caso, a gestão é 100% pública. Ou seja, não precisamos fazer o registro, nem o depósito pra ANS, e isso, mais uma vez, vai refletir no preço final. É um modelo de negócio diferente daquele que normalmente é praticado no mercado. Quem tem isso hoje? O STF (Supremo Tribunal Federal), o TRF (Tribunal Regional Federal), o TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) e o TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Há uma previsão para que o plano de saúde dos servidores do GDF saia do papel?

Ricardo Peres – A primeira fase foi entender como seria o formato. A segunda, definir o plano de negócios. E a terceira fase é a de criar o edital para contratar a empresa de apoio logístico, aquisição de softwares, serviços estatísticos e tudo que é necessário para auxiliar na gestão do plano. O edital está pronto, já passou pela Procuradoria-Geral do DF e, agora, está na Secretaria de Economia para ser licitado. Deve ser publicado nos próximos dias. A licitação dessa empresa é o pontapé de que precisávamos para viabilizar o plano. Se tudo correr bem, até o início de dezembro estaremos assinando o contrato. E em abril os servidores poderão utilizar os serviços. Não só eles, como também seus familiares.

O plano inicia contemplando todos os servidores e seus dependentes?

Nossa proposta é iniciar com o atendimento a todos os servidores, sejam eles da saúde, segurança, educação ou do administrativo. Todos, inclusive os comissionados. Não será um plano de saúde compulsório,

como está na lei. Entendemos que a adesão deve ser opcional. Isso porque queremos deixar o servidor bem livre para escolher. Alguns já têm um plano, não querem se desfazer dele; outros não têm interesse na adesão. Não vamos impor nada. Por isso, devemos encaminhar à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) esse ajuste. Só não fizemos ainda esse encaminhamento porque estamos aguardando o cálculo atuarial (que utiliza as ciências atuariais – probabilidade, matemática, estatística, finanças, economia, computação), que vai dizer o quanto poderemos cobrar, qual será a demanda num primeiro momento, quanto deve ser a coparticipação para os procedimentos, quanto vamos pagar por uma consulta na rede para os prestadores de serviço e se vamos cobrar as mensalidades por faixa etária ou por base na remuneração.

O aposentado, inativo ou militar da reserva também entrarão no plano?

Esse é um dos pontos mais importantes para nós. É nessa fase que o servidor mais precisa do plano de saúde. Quando estávamos elaborando o projeto da OAB, vimos a dificuldade de vários advogados com mais idade em conseguir aderir a um plano de saúde, principalmente depois dos 65 anos. O nosso não será assim. Estamos pensando muito nesse público. Queremos recebê-los (aposentado, inativo ou militar da reserva) muito bem e, principalmente, pensar no valor da contribuição.

Os planos de saúde no Brasil, a exemplo da Cassi, passam por dificuldades financeiras por falta de um planejamento de sustentabilidade. O GDF está se preparando para garantir que os servidores tenham um plano de saúde sustentável?

A própria coparticipação já é um caminho que ajuda bastante na questão da sustentabilidade. O importante é ter rede enxuta, não de especialidades, porque temos que garantir todas, mas enxuta no sentido de valorizar os parceiros locais. Vamos focar em busca de preços diferenciados, um valor que seja bom para os fornecedores e também para nós. Outra coisa é a tecnologia. Vamos investir pesado em inteligência artificial, auditorias, para que possamos controlar todo o plano. Também estamos pensando em contratar pacotes fechados de serviços como cesarianas, porque, assim,

teremos maior controle dos custos e não teremos surpresas. Ou seja, uma cesárea vai ser aquele valor determinado, tendo a paciente complicações ou não. Isso é uma proteção para que a gente não fique encarecendo o plano. Outra coisa seria uma verticalização no atendimento. Como não temos experiência em administrar um hospital, a gente pensa em fazer essa verticalização utilizando o serviço de terceiros. Poderíamos ter o hospital do servidor, administrado pela iniciativa privada, com preço diferenciado para cada procedimento e serviço, um valor mais baixo do que cobraria o mercado. Outra situação é a regionalização. Nosso plano será apenas dentro do DF. Fora daqui, fariamos convênios para atendimento emergencial. São ideias que podem ajudar a melhorar a prestação de serviço, assegurando o preço e mantendo a sustentabilidade do plano.

O senhor falou em atender o servidor e a família do servidor. A proposta inicial é de ampliar esse atendimento até qual grau de parentesco?

Na legislação de criação do Inas consta o atendimento ao servidor, cônjuge e dependentes até 21 anos. Se os filhos ainda estiverem na universidade, a idade vai até os 24 anos. Esse modelo deve ser o mesmo que vamos adotar num primeiro momento. Mas, nas várias visitas e reuniões que estão sendo realizadas com servidores, nos sindicatos e secretarias, temos percebido uma preocupação especial com os pais desses funcionários. A gente escuta muito: “Não sou casado, não tenho filhos, mas a minha preocupação é o meu pai ou a minha mãe”. Por isso, estamos estudando a possibilidade de estender isso, num segundo momento, para outros familiares dependentes – mas, claro, com valores diferenciados, até para não impactar a sustentabilidade do plano.

Há previsão orçamentária para o plano em 2020?

Sim, o orçamento está garantido. Vamos usar os recursos destinados à saúde do servidor – verba que, para 2020, está em torno de R\$ 300 milhões –, somando os valores arrecadados por meio das mensalidades. Como com a rede credenciada só começaremos a pagar em 90 dias, também conseguimos fazer uma reserva. Nossa previsão inicial é atender 160 mil servidores, (número) que,

incluindo os dependentes, chega a um universo de 450 mil beneficiários. Será o maior plano de saúde do Distrito Federal.

Uma grande preocupação hoje, de quem adere a um plano de saúde, é a rede credenciada. Como garantir que o servidor seja bem atendido?

A gente tem uma preocupação muito grande em relação a isso também. Inclusive queremos dar garantias de que o atendimento seja diluído por todas as regiões administrativas, com oferta de todas as especialidades. Vamos trabalhar por isso, com certeza.

“Poderíamos ter o hospital do servidor, administrado pela iniciativa privada, com preço diferenciado para cada procedimento e serviço, um valor mais baixo do que cobraria o mercado”

Além do plano de saúde, o Inas planeja alguma outra ação voltada ao cuidado com a saúde do servidor?

Neste momento estamos concentrando todos os nossos esforços para implementar o plano de saúde, mas temos a intenção de fazer vários programas voltados à prevenção. O índice de afastamento dos servidores é muito alto, principalmente por questões de doenças mentais. Em 2017, 57.280 servidores se afastaram. Em 2018, foram 70.584. Se você verificar quantos foram os dias não trabalhados, só em 2018 são mais de 1,144 milhão. É algo assustador e vamos trabalhar para diminuir esses números. Vamos organizar premiações para estimular o hábito de exames preventivos, a prática de atividades físicas, caminhadas, corridas e passeios ciclísticos. Queremos organizar também ações voltadas para a terceira idade, para incluir os aposentados nesse estilo de vida mais saudável, porque o plano de saúde tem que ser como seguro de um automóvel: a gente contribui para não ter de usar, apenas na necessidade. Por isso, as ações preventivas são tão importantes. ●

GDF QUALIFICA SERVIDOR PARA ATENDER MELHOR OS CIDADÃOS BRASILIENSES

ATÉ 2022, O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PRETENDE INVESTIR R\$ 9,3 MILHÕES EM CAPACITAÇÃO, CURSOS DE LIDERANÇA, PÓS-GRADUAÇÃO E MESTRADO PARA MAIS DE 86 MIL SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS

TEXTO: RENATA MOURA, DA AGÊNCIA BRÁSILIA
FOTOS: RENATO ARAÚJO/AGÊNCIA BRÁSILIA

O Governo do Distrito Federal (GDF) busca mais eficiência dos serviços públicos em duas frentes: aos olhos do público, nos investimentos em obras, aquisição de equipamentos e insumos; internamente, na qualificação de servidores ativos. Só para cursos de capacitação, pós-graduação e mestrado, até 2022, o Orçamento vai destinar R\$ 9,3 milhões. O valor é quase o dobro do investido nos três últimos anos (2016-2018), quando R\$ 4,9 milhões foram disponibilizados.

“A profissionalização continuada dos servidores constitui uma estratégia importante para garantir uma melhor prestação de serviços aos cidadãos”, afirma o secretário-executivo de Gestão

Administrativa, Juliano Pasqual. Na avaliação dele, a superação da crise econômica impõe a revisão do modelo de gestão de pessoas. “As demandas da população estão postas em várias áreas e um dos desafios é capacitar a força de trabalho que temos para lidar com essas demandas”, diz.

Reforçar a equipe de servidores efetivos também está nos planos de governo. Neste ano foram nomeados 3.205 profissionais em diversas áreas, como educação, saúde e segurança pública. Para 2020, o número deve aumentar. “A previsão da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) é de nomeação de cerca de cinco novos servidores”, contabiliza Pasqual.

O secretário destaca que novos concursos públicos poderão acontecer em razão dos impactos da reforma da Previdência, que pode ser aprovada ainda neste ano. “Os efeitos no processo de aposentadoria de servidores, que já preenchem os requisitos, exigirão estudos sobre a necessidade de reposição da força de trabalho”, afirma.

FORMAÇÃO

De olho no perfil dos 86.003 servidores ativos, em que apenas 45,29% possuem curso superior, o governo criou a Escola Superior de Gestão (ESG). Neste semestre, as atividades começaram por lá com 33 servidores efetivos no curso de Tecnologia em Gestão Pública.

“Esse é um primeiro curso, mas até 2023 queremos ampliar a oferta para graduação em Recursos Humanos, Gestão de Processos, Gestão de Marketing, Gestão de Material e Patrimônio e Gestão de Tecnologia da Informação”, enumera.

Ele diz que, considerando-se os dados do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), é importante destacar os planos para ampliar a qualificação de servidores em níveis mais profundos. “O nosso orçamento também vai contemplar a formação em especialização e mestrado, cujos índices atuais atingem 19,07% e 1,66% do total de servidores”, afirma.

CAPACITAÇÃO

Outra parte dos investimentos será destinada à Escola de Governo (Egov) para a oferta de cursos de capacitação, como de atendimento ao público, licitações, capacitação para linguagem em libras, contratos etc.

Fabiano Cruz, servidor efetivo da Fundação Hemocentro de Brasília, diz que sabe o quanto a reciclagem nos estudos impacta no dia a dia profissional. Ele fez mais de dez cursos de capacitação na Escola de Governo (Egov), entre ensino presencial e Educação a Distância (EaD). “Faço resumos dos conteúdos



ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO:
DOS 89.003 SERVIDORES ATIVOS, SÓ
45,29% TÊM CURSO SUPERIOR.

aprendidos, sinopses para aplicar no meu trabalho, até mesmo técnicas de gestão emocional para lidar com o público”.

Cruz informa que em 2019 a Egov ampliou a oferta de cursos on-line. “Muitos servidores têm dificuldade de sair do institucional e a EaD proporciona contato com um material enxuto, didático e objetivo”. Na opinião dele, “foi uma grande ‘sacada’ deste governo investir na metodologia de utilizar a internet. Muitos dos cursos oferecidos são voltados às dificuldades no ambiente de trabalho”, declara.

PLATAFORMA DIGITAL

Ampliar a utilização da plataforma digital no dia a dia dos servidores também é um objetivo do governo nos próximos anos. “Tanto a manutenção dos servidores atuais como as novas contratações devem considerar a transformação digital decorrente da evolução tecnológica”, afirma o secretário-executivo de Gestão Administrativa, Juliano Pasqual.

Ele diz que a eficiência na prestação dos serviços ao público está diretamente relacionada à evolução dos serviços digitais. “Quando se disponibiliza o acesso a um determinado serviço digital, o resultado para o cidadão é imediato: rapidez, segurança, economia de tempo, deslocamento”, afirma.

PRODUTIVIDADE

Essas ações fazem parte do Eixo Gestão Estratégica, do Plano Estratégico do DF (2019-2060), que tem como meta aumentar a produtividade e a qualificação da força de trabalho. Considerando que a prestação de melhores serviços é uma demanda social constante, é necessário que se tenha servidores e colaboradores aptos a responder aos anseios da sociedade. Além disso, é preciso garantir que a força de trabalho esteja dimensionada e nos lugares certos. ●

ALEX COSTA ALMEIDA

DIRETOR DA ESCOLA DE
GOVERNO DO DF



UM OLHAR MAIS CUIDADOSO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS

NESTA ENTREVISTA, ALEX ALMEIDA, DIRETOR DA EGOV – BRASÍLIA, FALA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A EXPERIÊNCIA DO GDF NESTA TEMÁTICA

TEXTO: RENATA MOURA/AGÊNCIA BRASÍLIA COM REDAÇÃO CONSAD
FOTOS: ACÁCIO PINHEIRO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Neste ano, dezenas de servidores do Governo do Distrito Federal e estudantes da comunidade iniciaram uma nova fase da vida. Eles integraram a primeira turma do curso de graduação em Tecnologia da Gestão Pública, oferecido gratuitamente pela Escola de Governo (EGov). O órgão capacitou mais de seis mil servidores, no último semestre, com formação continuada em diversas áreas. E se prepara para ampliar a oferta de cursos superiores.

A novidade, fruto de uma parceria com a Fundação Universidade Aberta do DF (Funab), foi comunicada, em entrevista à *Agência Brasília*, pelo diretor da Escola de Governo, Alex Costa Almeida. O advogado tem vivência de mais de 17 anos na profissão e conta como tem utilizado a experiência em consultoria empresarial para aperfeiçoar os processos educativos da instituição. “Estamos fortalecendo e atualizando a oferta, com ênfase em cursos que abordem inteligência emocional. É um olhar mais cuidadoso para o servidor, para que possamos refletir num atendimento melhor à comunidade”, afirma.

Alex destaca ainda a oferta de curso de linguagem de sinais, que já capacitou diversos servidores para o atendimento às pessoas com deficiência auditiva. “Está disponível para todos, mas temos uma preferência emergencial para quem lida diariamente com o atendimento direto ao público”, explica.

A Escola de Governo do DF vem ajudando na capacitação dos servidores com cursos técnicos e palestras voltadas ao dia a dia da administração pública. Existe intenção de mudar esse formato de atuação?

A EGOV tem resultados expressivos ao longo dos últimos dez anos. Mas, desde janeiro, estamos fortalecendo e atualizando a oferta de cursos, com ênfase naqueles que abordem inteligência emocional. É um olhar mais cuidadoso para o servidor, porque acreditamos que isto vai refletir diretamente na prestação dos serviços e, consequentemente, num melhor atendimento à comunidade. Já os cursos voltados às áreas técnicas, vamos seguir com um trabalho que já tem sido feito ao longo dos anos sempre voltado à qualificação, atualização e formação de diversas temáticas.



Quais cursos o servidor pode encontrar na Escola de Governo do DF?

Temos uma oferta de cursos bem grande. Nos próximos dias vamos publicar uma atualização da nossa grade com a ampliação de cursos. Temos cursos, nas áreas técnicas, que vão desde confecção de projeto básico à elaboração de orçamento e contratos. Também capacitamos servidores para utilizar todos os sistemas da administração pública, como o Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Há, ainda, a oferta de cursos de formação para reforçar a atuação dos recursos humanos e palestras motivacionais e de inteligência emocional. Outro destaque é a atuação fabulosa na formação de servidores com o curso de libras. São mais de 90 cursos, além da oferta de educação a distância, que está com inscrições abertas.

Quem pode se inscrever nesses cursos de capacitação?

Nosso foco é o servidor público. Até porque

utilizamos recursos do Fundo Pró-Gestão, direcionado à Administração Direta, Autárquica e Fundacional. Eventualmente, podemos abrir para a comunidade para participar como ouvinte. Mas nosso foco é o servidor do GDF. Para participar, o servidor deve fazer a inscrição no site da Escola de Governo. Lá ele encontra a agenda de cursos disponíveis e faz a matrícula.

Mas há vagas para todos?

Sim, com certeza. Nos cursos presenciais, se o servidor não consegue vaga numa primeira turma, se encaixa na seguinte. Aqui é a casa do servidor. Sempre que ele tem necessidade de qualificação, vai encontrar acolhimento. A gente tem trabalhado na ampliação da oferta de cursos de educação a distância, fortalecendo essa modalidade de ensino. Recentemente, celebramos um acordo de cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Com isso, vamos ter acesso à plataforma deles, ampliando a variedade e a oferta de cursos aos

“Aqui é a casa do servidor. Sempre que ele tem necessidade de qualificação, vai encontrar acolhimento. A gente tem trabalhado na ampliação da oferta de cursos de educação a distância, fortalecendo essa modalidade de ensino”

servidores. Nos cursos a distância, todos são atendidos de imediato, porque os estudos são feitos online e não há limite de vagas.

Quanto servidores, em média, são atendidos pela Escola de Governo do DF?

Fizemos um levantamento recente e verificamos que, só neste ano, certificamos 6.030 servidores. Eu acho um número expressivo, que me traz satisfação e a sensação de dever cumprido. Especialmente porque temos uma estrutura administrativa bastante enxuta e, mesmo assim, conseguimos oferecer um trabalho de qualidade com resultados numerosos.

Neste ano, a Escola de Governo inovou com a oferta de um curso superior voltado à Gestão Pública. Como ele vai funcionar?

Ele é o primeiro curso da Escola Superior de Gestão, fruto do acordo de cooperação entre a Secretaria de Fazenda e Gestão e a Funab. Essa cooperação foi pensada para ofertar cursos superiores, sendo o primeiro deles o de Tecnologia em Gestão Pública. A proposta é levar conhecimento de gestão pública para servidores e comunidade. Por isto, a divisão de vagas. Nesse primeiro semestre, serão 60 vagas, sendo 30 para servidores e 30 para a população.



PERFIL

Alex Costa Almeida, brasileiro, 42 anos, é advogado e consultor jurídico com mais de 15 anos de carreira desenvolvida tanto na iniciativa privada quanto em Serviços Sociais Autônomos, como APEX-Brasil, Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação e Sebrae Nacional. Especialista LLM em Direito Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas, tem vasta experiência em licitações e contratos administrativos, expertise em liderança de equipes, criação e implantação de estruturas administrativas, com ênfase nas áreas jurídica e de formalização e gestão de contratos, além de significativa experiência em governança corporativa, compliance, análise e mitigação de riscos.



Identificamos uma carência de formação superior entre nossos servidores. Por outro lado, o DF é uma das poucas unidades da Federação que não tem uma universidade estadual. Ou seja, a comunidade também é carente dessa oferta. Precisávamos suprir essa carência com a implantação de escolas superiores. Iniciamos com essa turma, mas vamos avançar de modo que, no futuro, faremos uma rede de cursos interligados à Universidade Aberta do DF. Esse curso de Tecnologia da Gestão Pública é apenas um primeiro passo para algo muito maior.

O que é o curso de Tecnologia da Gestão Pública?

É diferente do curso de bacharel. É de tecnólogo. Tem duração de quatro semestres, ou seja, dois anos completos. É baseado em metodologias ativas, que fazem com que o aluno trabalhe diretamente com as atividades vivenciadas no dia a dia da administração pública. É o grande diferencial do curso. Os alunos serão acompanhados por instrutores e preceptores e vão explorar a metodologia de estudos de casos. Tanto

o aluno-servidor – que já trabalha na administração pública – quanto o aluno da comunidade, que ainda não possui essa vivência, vão aprender como lidar com os problemas que surgem na administração. Isso vai se traduzir em benefício para o servidor, que ainda não tinha um curso superior e terá a oportunidade do aprendizado teórico, e, também, para o aluno da comunidade, que vai ter os dois juntos: teoria e prática, aliada à vivência do colega de sala, que é servidor.

Há intenção de ampliar a oferta de outros cursos de graduação?

Sim. Vamos continuar nessa linha de cursos de graduação tipo tecnólogo, com duração de dois anos. Queremos ampliar para outras áreas. Temos seis cursos credenciados pelo Conselho de Educação do Distrito Federal: Gestão de Recursos Humanos; Gestão de Processos; Gestão de Marketing; Gestão de Materiais; Gestão de Tecnologia da Informação; e Gestão Financeira. O primeiro deles é o de Tecnologia da Gestão Pública. Vamos trabalhar para ampliar essa oferta ainda no próximo ano. ●



IBADE

INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO
E DESENVOLVIMENTO EXECUTIVO

CONFIANÇA
SEGURANÇA
EXPERIÊNCIA

*Mais de **400** concursos
públicos e processos
seletivos realizados pelo
Presidente por todo Brasil*

www.IBADE.org.br



CONSA
CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS
DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO





TRAMITAÇÃO DIGITAL GARANTE ECONOMIA DE R\$ 8 MILHÕES AO ESPÍRITO SANTO

SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS ELETRÔNICOS (E-DOCS) ALCANÇOU A MARCA DE UM MILHÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS CAPTURADOS DIGITALMENTE

TEXTO: PEDRO SARKIS (ASCOM/SEGER)
FOTO: HÉLIO FILHO (SECOM-ES)



A economia total de papel com o uso do e-Docs será de R\$ 8 milhões por ano até 2021, quando os novos processos forem somente digitais

que determina aos gestores voltarem esforços para a Gestão Pública Inovadora, com revisão nos processos de trabalho e atos governamentais a fim de atender às demandas da população.

CELERIDADE

A secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro, afirma que a implantação do processo eletrônico no Espírito Santo é uma utilização eficiente dos recursos públicos e um olhar atento ao servidor.

“A eliminação do papel proporciona ganho de produtividade, otimização dos fluxos de trabalho, facilidade de acesso às informações e agilidade na geração e distribuição de dados digitais. É um ganho muito importante para o cidadão, uma vez que ele poderá ter mais celeridade na prestação do serviço oferecido pelo governo”, diz.

Dentre os documentos inseridos no sistema desde agosto de 2018, estão declarações de indicação de condutor de veículo; ajustes em contratos e convênios; requisições e contratações de serviços; cadastros de fornecedores; procedimentos relacionados à vida funcional dos servidores (férias, verificação de tempo de contribuição, censo bianual, etc.); editais em geral; entre outros.

EXEMPLO

Desde o dia 10 de outubro de 2019 é obrigatória a autuação e tramitação de todos os novos processos administrativos e documentos avulsos iniciados pela Seger e-Docs. Uma portaria publicada pelo governo determina que os documentos avulsos originários de outros órgãos deverão ser tramitados para o setor, grupo de trabalho ou comissão competente, evitando-se, sempre que possível, a remessa direta a servidores.

“Nós, da Seger, com a portaria construída internamente com todas as gerências e setores, queremos incentivar outros órgãos públicos a fomentar o uso dessa ferramenta. Um passo importante na meta de fazer do governo do Espírito Santo uma gestão sem papel, totalmente digital”, disse a secretária.

O governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), já deixou de gerar mais de 22 toneladas de papel, que seriam armazenadas nos arquivos físicos, com a captura (digitalização) de mais de 1,4 milhão de documentos pelo Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos (e-Docs)

Atualmente, o processo de papel custa, em média, R\$ 20,65, enquanto o digital custa R\$ 0,23. Dessa forma, só neste ano, o estado do Espírito Santo já economizou mais R\$ 900 mil com a autuação eletrônica de mais de 45 mil processos. Além da economia gerada com a eliminação do papel, os custos indiretos, como transporte de documentos, toners e armazenamento, foram drasticamente reduzidos.

A economia total de papel com o uso do e-Docs, de acordo com estudos da equipe técnica da Seger, será de R\$ 8 milhões por ano até 2021, quando os novos processos forem somente digitais. Até abril de 2019, o estado gastava cerca de 500 folhas por minuto.

O uso do sistema eletrônico integra os projetos prioritários do Planejamento Estratégico do governo,



CAPACITAÇÕES OFERECIDAS PELA SEGER PARA USO DA FERRAMENTA E-DOCS MOBILIZAM SERVIDORES DE DIVERSOS ÓRGÃOS

ESCRITÓRIOS LOCAIS DE INOVAÇÃO

Os Escritórios Locais de Processos e Inovação (ELPI) do governo do estado do Espírito Santo atuam na disseminação da cultura do Gerenciamento de Processos (BPM) nos órgãos da administração estadual. Desenvolvem também ações para a transformação digital no âmbito do governo do estado, utilizando-se de metodologias e abordagens que facilitem a inovação para a melhoria dos processos.

“Um dos eixos traçados no planejamento estratégico é o Gestão Pública Inovadora, que contempla projetos de inovação, tecnologia e serviços on-line oferecidos aos cidadãos. Para que esse trabalho se desenvolva e evolua, precisamos de lideranças nos diferentes espaços da administração pública. Por isso, os escritórios locais são tão importantes nessa missão. Estamos em diálogo constante, ouvindo as experiências dos representantes dos ELPI, suas vitórias e desafios”, destacou Lenise Loureiro.

SERVIDORES

Desde julho de 2019, 14 serviços relacionados à vida funcional dos servidores estaduais só poderão ser requeridos eletronicamente pelo Portal do Servidor, o qual é integrado ao sistema digital, trazendo mais comodidade para solicitação de serviços, pelo

computador ou Smartphone, evitando o deslocamento até a Central de Atendimento, em Vitória, ou à sede do órgão de origem.

SERVIÇOS QUE PASSARAM A SER REALIZADOS ELETRONICAMENTE

- Averbação Tempo de Serviço
- Reenquadramento Magistério
- Revisão Enquadramento
- Certidão de Tempo de Serviço
- Férias Prêmio
- Verificação de Tempo de Serviço
- Gratificação Adicional de Assiduidade
- Gratificação Adicional por Tempo de Serviço
- Termo de opção subsídio
- Licença para Adoção
- Licença para Atividade Política – provisória
- Licença para Atividade Política – validada
- Licença para Exercício de Mandato Eletivo
- Licença para exercício de Mandato Classista.



REFORMA DO MAJESTIC ESTÁ PREVISTA EM CONCESSÃO

GESTÃO IMOBILIÁRIA INTEGRA PROJETO PRIORITÁRIO DO ES

FAZER A ADEQUADA MANUTENÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DO ESTADO QUE ESTÃO OCIOSOS OU SUBUTILIZADOS E DESONERAR OS COFRES PÚBLICOS DE DESPESAS COM PRÉDIOS INSERVÍVEIS SÃO ALGUNS DOS OBJETIVOS DO GOVERNO

TEXTO E FOTOS: VITOR POSSATTI (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO / SEGER ES)



À VENDA, EDIFÍCIO VALIA PODE SE TORNAR MORADIAS

Promover a boa gestão do patrimônio imobiliário é um desafio para a administração pública, seja ela da esfera municipal, estadual ou federal. Com o objetivo de fortalecer essa prática, o governo do estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), está desenvolvendo o Programa Gestar – Modelo de Gestão Sistêmica, Sustentável e Racionalizada dos Ativos Imobiliários.

A iniciativa tem como objetivos fazer a adequada manutenção dos espaços ociosos ou subutilizados que estão sob responsabilidade do Executivo estadual e que possam ser ocupados; fomentar o desenvolvimento

das áreas de entorno desses imóveis; desonerar o governo de despesas com prédios inservíveis para o estado, cedendo-os a instituições que tenham interesse no uso; converter em investimentos os recursos que eram aplicados em ativos imobiliários sem indicação de projeto para utilização; e mitigar riscos de processo de ocupação irregular.

Para a implementação do programa, a Seger está trabalhando em etapas. A primeira delas é o desenvolvimento de uma base imobiliária sistematizada e georreferenciada, ou seja, uma plataforma que armazene informações detalhadas sobre o patrimônio imobiliário do estado, referentes à sua identificação, localização, documentação, situação, disponibilização e avaliação.

“Após estabelecermos a padronização de rotinas para alimentação da base imobiliária e concluirmos a entrega dela, que está prevista para abril de 2020, trabalharemos na elaboração de um inventário de imóveis estratégicos em situação de ociosidade, subutilização ou degradação. Para isso, serão considerados critérios como: potencial de uso, localização, dimensão e valor do imóvel”, explicou a secretária de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo, Lenise Loureiro.

Assim que os espaços estratégicos forem identificados, a Seger realizará estudo para definir o modelo de negócio mais adequado para cada caso. Dentre as alternativas estão a cessão, concessão, doação, alienação, permuta e o fundo imobiliário. A estimativa é de que os modelos sejam escolhidos até 2022.

“Neste ano, nos reunimos com representantes do setor econômico e da construção civil, como a CDL e o Sinduscon, para ampliar nossa percepção sobre as potencialidades e restrições dos imóveis do estado e buscar referências sobre a escolha dos modelos de negócio. São encontros fundamentais que nos auxiliaram na tomada de decisões mais adiante”, disse Lenise.

EXPERIÊNCIAS

Simultaneamente ao desenvolvimento do Gestar, a Seger vem promovendo importantes ações na área de Patrimônio Imobiliário, sendo uma delas a concessão de uso gratuito do antigo Hotel Majestic, localizado no centro da capital. O prédio, de arquitetura eclética, tem quatro pavimentos, totalizando área construída de 1.342 metros quadrados.

Após publicar edital de chamamento público para identificação de interessados no uso do imóvel, a secretaria recebeu e selecionou a proposta da Associação Alef Bet – organização social sem fins lucrativos que realiza atividades socioeducativas voltadas às crianças e adolescentes de comunidades de Vitória.



EQUIPE SEGER REUNIDA COM MEMBROS DO SINDUSCON

“Prédios como o Valia poderão se tornar moradias, atividades comerciais ou de serviços, trazendo ocupação e movimento ao bairro onde está situado

Lenise Loureiro,
secretária de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo

O contrato de concessão foi celebrado no início de novembro, autorizando o uso gratuito do espaço pelo prazo de 15 anos, podendo ser renovado. Em contrapartida, a instituição deverá destiná-lo à formação cultural, com ênfase em atividades musicais, de forma pública e gratuita. Além disso, ficará responsável pela conclusão da obra de recuperação e de reforço estrutural da edificação, conforme previa o edital.

“O Majestic faz parte do patrimônio histórico-cultural de Vitória. A ocupação dele contribuirá para a

revitalização do centro da cidade, manterá viva a memória do espaço e possibilitará a ampliação do belo trabalho social desenvolvido pela Alef Bet. A concessão beneficiará o estado, a associação e os cidadãos”, destacou a secretária Lenise Loureiro.

Outra ação que está em andamento é a venda do Edifício Valia, situado também na região central de Vitória. O imóvel encontra-se em desuso e conta com dez pavimentos, incluindo térreo e sobreloja, que totalizam 1.600 metros quadrados, e um terreno livre de 220 metros quadrados.

O edital de concorrência para a venda do prédio foi publicado no final de outubro, sob o critério de maior lance ou oferta. O valor inicial para lances é de R\$ 930 mil. Poderão participar do processo pessoas físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo, que atenderem a todas as exigências contidas no documento e seus anexos. A sessão pública para abertura dos envelopes acontecerá em 25 de novembro.

“Prédios como o Valia poderão se tornar moradias, atividades comerciais ou de serviços, trazendo ocupação e movimento ao bairro onde está situado. Nosso desejo é dar a melhor destinação possível a esses imóveis, evitando a ociosidade e maior degradação deles e, consequentemente, reduzindo os custos da Administração com sua guarda e manutenção”, concluiu Lenise. ●

LENISE LOUREIRO

CONSELHEIRA DO CONSAD



“É preciso afirmar que a Transformação Digital passou a ser um processo sem volta e imprescindível para os governos, no que tange à modernização dos estados e também como meio de contenção do custeio da máquina pública em geral”

Qual o papel do Consad para que os estados possam vencer tantos desafios que perpassam a gestão pública?

Atuar de forma articulada com as lideranças nacionais, por meio dos secretários de Gestão e Administração e de suas interações com respectivos governadores, visando à melhoria dos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de gestão, viabilizando a efetividade de entregas à sociedade brasileira.

Atualmente, o Consad tem se aprofundado em pautas que estão relacionadas com a gestão de patrimônio nos estados e o Espírito Santo tem tido um papel importante nisso. Diversas ações nessa temática estão acontecendo e o estado tem se mostrado participativo. Em sua opinião, qual a importância desse tema para a administração pública brasileira?

Historicamente, estados, municípios e governo federal, ao dispor de amplo patrimônio imobiliário, separado de uma gestão moderna e

desburocratizada, passaram a acumular problemas como: imóveis em desuso e degradados, espaços com ocupação irregular, dificuldades de licenciamento e altos custos com manutenção. Para alterarmos esse cenário, trabalhamos numa gestão patrimonial mais eficiente, buscando novos instrumentos e modelos que desonerem o Poder Público. As parcerias público-privadas, a locação de ativos imobiliários e o fundo imobiliário, por exemplo, são alternativas que tiram o Estado da condição de proprietário e o torna cliente/usuário. Essas iniciativas associam o patrimônio à prestação de serviço ao cidadão e possibilitam que o governo foque sua atuação nas políticas públicas. Diante dessa realidade, o tema Gestão de Patrimônio é fundamental e precisa ser discutido numa visão inovadora por todos os governos.

Muito se debate sobre a Transformação Digital. Qual o papel do Consad frente a esse debate? É uma preocupação?

Primeiro, é preciso afirmar que a Transformação Digital passou a ser um processo sem volta e imprescindível para os governos, no que tange à modernização dos estados e também como meio de contenção do custeio da máquina pública em geral.

“

No Espírito Santo, a Transformação Digital foi elevada ao status de projeto prioritário de governo, sendo acompanhada diretamente pelo governador Renato Casagrande, que é o grande patrocinador deste processo

”

Nesse contexto, o papel do Consad é de fundamental importância, pois a Transformação Digital passa em grande parte pelas Secretarias de Gestão e Administração dos estados. Sendo assim, é possível promover a troca de experiências e a busca conjunta de soluções para os desafios comuns. Esta união certamente proporcionará ganhos em qualidade, tempo e em recursos de toda a ordem.

E no caso do Espírito Santo? Como esse tema tem sido trabalhado?

No Espírito Santo, a Transformação Digital foi elevada ao status de projeto prioritário de governo, sendo acompanhada diretamente pelo governador Renato Casagrande, que é o grande patrocinador deste processo. Para tanto, foi criada uma coordenação que monitora mais de 40 projetos de Transformação Digital de diversos órgãos estaduais. No âmbito da Gestão, destacamos a implantação do Sistema de Gestão Eletrônica de Processos (e-Docs), que tem o objetivo de tornar digital, até abril de 2021, todos os novos processos administrativos do Poder Executivo estadual. A iniciativa já tem provocado uma onda de transformação nos processos de trabalho em geral, pois ela vem acompanhada da criação de 47 Escritórios Locais de Processo e Inovação (ELPIs), cuja função principal é o redesenho dos fluxos processuais e o incentivo à cultura inovadora na gestão pública.

O Consad tem priorizado discussões importantes, a exemplo da melhoria da gestão de pessoas nos estados. Como conselheira, de qual forma a senhora avalia a participação do Conselho nesse tipo de temática?

Por meio do Consad, foi estruturado um Grupo de Trabalho (GT) composto por especialistas e representantes de todos os estados e do Distrito Federal que atuam nas subsecretarias e demais Unidades Centrais de Gestão de Pessoas com o objetivo de debater temas de interesse nacional que correspondem aos principais desafios desta área. As ações do GT são estruturadas em três eixos temáticos: Carreiras e Remuneração, Liderança e Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas. Estão em andamento diversas ações, com entregas para 2019 e 2020, que contribuirão para a consolidação da área de Gestão de Pessoas no nível de Governança Estratégica em âmbitos estadual e federal.

O último Fórum Conjunto do Consad/Conseplan foi realizado em Vitória. Como a senhora percebe a realização desses encontros pelo Conselho? Qual o legado que ficou em seu estado?

O fórum possibilitou a discussão de assuntos relevantes das áreas de Gestão, Economia e

Planejamento; a apresentação dos resultados de diagnósticos já realizados pelos conselhos, bem como a exposição da pesquisa realizada por uma servidora do Espírito Santo, em conjunto com o Grupo de Finanças, sobre os desafios e estágio da implantação do E-social nos estados. Para o estado que sedia o evento, o encontro é uma oportunidade de envolver mais gestores e servidores nas discussões, viabilizando a ampliação da aprendizagem organizacional.

Se fosse para elencar, qual é o principal desafio das secretarias de Administração e Gestão nos próximos anos? E o Consad? Qual a sua participação nisso tudo?

Para as Secretarias de Administração e Gestão, o principal desafio é compatibilizar as competências organizacionais dos estados com as crescentes e desafiadoras demandas geradas pela sociedade, que

busca maior efetividade e resolutividade das políticas públicas. Soma-se a este desafio o desenvolvimento dos gestores e servidores, garantindo profissionalização, reconhecimento e valorização por meio de mecanismos que privilegiem a meritocracia, em meio a um período de restrições orçamentárias significativas. O desafio do Consad é posicionar-se com credibilidade, para que as proposições apresentadas tenham consistência, coerência, viabilidades técnica, econômica, financeira e política e, sobretudo, sejam reconhecidas pelos governadores e demais lideranças nacionais como caminhos e diretrizes que contribuirão para a modernização da gestão pública de nosso país e para a elevação da qualidade de vida dos cidadãos. A participação do Espírito Santo consiste no emprego de todos os esforços necessários para que, por meio de nossas equipes, sejam estruturados e implementados os programas e projetos concebidos e apoiados pelo Consad, mantendo assim nossa atuação e comprometimento com as agendas pactuadas. ●

“O principal desafio é compatibilizar as competências organizacionais dos estados com as crescentes e desafiadoras demandas geradas pela sociedade”





AO ASSINAR A ADESÃO À REDE GOV. BR, RONALDO CAIADO PROMETEU QUE O ESTADO SERÁ O PRIMEIRO A TER SEU GOVERNO TOTALMENTE DIGITALIZADO

GOVERNO ESTADUAL BUSCA MODERNIDADE E EFICIÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ALÉM DE ECONOMIZAR RECURSOS DOS COFRES PÚBLICOS, A ATUAL GESTÃO PRETENDE TORNAR A MÁQUINA ADMINISTRATIVA MAIS RÁPIDA E QUALIFICADA NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO GOIANA

TEXTO E FOTOS: ASCOM SEAD (GO)

O governador Ronaldo Caiado tem entendido em Goiás um novo formato de gestão pública, com foco no cidadão e na disponibilidade de serviços de maneira prática, eficiente e com menor custo.

O aproveitamento de ferramentas digitais facilita a disponibilidade de atendimentos em procedimentos antes concedidos apenas presencialmente. A Secretaria de Estado da Administração (Sead) protagoniza o processo de modernização e transformação da gestão estadual.

A implantação de tecnologia em Goiás segue o padrão de digitalização dos serviços adotados pelo governo federal, que tem se empenhado em aumentar o leque de oferta de serviços online. Em setembro, o governador Ronaldo Caiado assinou a adesão do estado à Rede Nacional de Governo Digital (Rede Gov.br). A plataforma vem ao encontro dos projetos do governo estadual, que tem se empenhado na utilização da inovação e da tecnologia para facilitar a vida da população.

Durante a cerimônia de adesão ao projeto, o governador Ronaldo Caiado estabeleceu uma meta ousada para alavancar a disponibilidade de serviços digitais em Goiás. “Vocês podem ter certeza de que seremos o primeiro a ter o governo totalmente digitalizado”, desafiou.

O secretário da Administração, Bruno D’Abadia, apontou a economia gerada pela digitalização dos serviços como um dos aspectos mais relevantes para o estado, tendo em vista que o atendimento ao usuário por meio virtual custa 97% menos do que o método presencial. “Vamos modernizar, transformar e digitalizar as ações do estado para que o cidadão possa ter serviços que sejam mais eficientes, rápidos, baratos e transparentes”, pontuou o titular da Sead.

Seguindo o protocolo nacional e inspirado no portal federal, Goiás também projeta o lançamento de um site único que concentre todos os serviços vinculados ao estado, possibilitando que o usuário realize apenas um login e possa ter acesso à cartela de atendimentos.

INTEGRAÇÃO

Uma das experiências mais recentes e bem-sucedidas implementadas em Goiás foi a possibilidade de agendamento on-line para a emissão da Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Seguro Desemprego. O VaptVupt, programa lançado em 1999 e que unifica em um só local diversos tipos de atendimentos, seguia o mesmo protocolo de atendimento há 20 anos. São 69 unidades espalhadas pelo estado, e



O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BRUNO D'ABADIA, APONTOU A ECONOMIA GERADA PELA DIGITALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO UM DOS ASPECTOS MAIS RELEVANTES PARA O ESTADO, TENDO EM VISTA QUE O ATENDIMENTO AO USUÁRIO POR MEIO VIRTUAL CUSTA 97% MENOS DO QUE O MÉTODO PRESENCIAL

cinco cidades já dispõem do agendamento on-line.

Concomitantemente ao fato de o programa ter sido sucateado nos últimos anos, com redução expressiva do quadro de funcionários por contratação irregular efetuada na gestão anterior, o VaptVupt é um dos exemplos de que Goiás estava parado no tempo, com processos equivocados e poucos avanços na oferta de serviços digitalizados. As longas filas de espera e o déficit de servidores estavam prejudicando os cidadãos.

A disponibilização do agendamento prévio para as principais demandas do programa VaptVupt organizou o atendimento e acabou com as filas. O tempo médio de espera para a emissão de identidade, por exemplo, atingiu até uma hora e meia. A aferição do atendimento em outubro deste ano mostrou que, para o mesmo procedimento, o cidadão está aguardando menos de 5 minutos para iniciar o serviço. Em breve, o governo disponibilizará o agendamento on-line para todas as cidades.

O governo de Goiás está inovando com todo esse processo de modernização e transformação dos serviços públicos. É economia de tempo e de recursos com a ampliação da qualidade e da eficiência na prestação de atendimentos ao cidadão. Outro ponto significativo: ao modernizar o estado, despertamos a atenção de empreendedores, que passam a investir mais e mais em Goiás.



GOIÁS ECONOMIZA AO MUDAR USO DOS CARROS PELO ESTADO

ALTERAÇÃO NO MODELO DE GESTÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS POR ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES DO EXECUTIVO REDUZ EM R\$ 3,5 MILHÕES AS DESPESAS. INICIATIVA É EXEMPLO DE TRANSPARÊNCIA NO GASTO DE VERBA PÚBLICA

TEXTO E FOTO: ASCOM SEAD (GO)



A medida inclui a eliminação de 11 veículos de representação, que eram utilizados por superintendentes executivos, resultando em uma economia real de aproximadamente R\$ 330 mil por ano apenas em locações, e, como consequência, na redução de R\$ 118 mil das despesas com abastecimento, garagem, limpeza e lavagem da frota

Com o objetivo de gerar maior economia para o estado com a utilização eficiente dos recursos públicos, o governador Ronaldo Caiado, por meio da Secretaria de Estado da Administração (Sead), assinou um decreto (9.541/2019) que renova o modelo de gestão dos veículos utilizados por órgãos e instituições do Poder Executivo.

O decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 23 de outubro. A reformulação na gestão das frotas, inserindo o modelo compartilhado, em convergência com a revisão de contratos de veículos utilizados pelo Poder Executivo, é responsável por uma economia superior a R\$ 3,5 milhões só em 2019.

O titular da Sead, Bruno D'Abadia, ressalta que a medida converge com a política de respeito ao dinheiro do contribuinte implementada pelo governador Caiado. "Goiás está dando exemplo na aplicação consciente e transparente dos recursos

públicos. É mais uma demonstração da seriedade do governador em reparar as distorções e coibir o uso irracional das verbas do estado", pontuou.

De acordo com o decreto, foram criadas unidades setoriais de frotas e uma central de frotas para otimizar os recursos despendidos na utilização, aquisição ou locação de veículos, por meio do compartilhamento de informações e adoção de medidas sistematizadas e direcionadas aos órgãos da administração pública.

A medida inclui a eliminação de 11 veículos de representação, que eram utilizados por superintendentes executivos, resultando em uma economia real de aproximadamente R\$ 330 mil por ano apenas em locações, e, como consequência, na redução de R\$ 118 mil das despesas com abastecimento, garagem, limpeza e lavagem da frota.

A medida já está sendo executada pela atual gestão e integra a política de redução de despesas implantada pelo governo de Goiás. ●

MARANHÃO MODERNIZA SISTEMAS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ESTADUAL

OBJETIVO DA SEGEP É MELHORAR O GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO, MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO COM A IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SIGA)

TEXTO DE ASCOM/SEGEP
FOTO: DIVULGAÇÃO



A Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep), por meio da Secretaria Adjunta de Gestão, Modernização e Patrimônio (Samop), pôs em curso um programa de modernização para a melhoria do gerenciamento patrimonial do estado do Maranhão. Iniciou a implantação de novos sistemas para a gestão de Almoxarifado, Mobiliário e Imobiliário, em substituição ao sistema existente denominado Siagem.

A modernização abrange a implantação dos módulos do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA). A secretária Flávia Alexandrina diz que a “Segep tem buscado uma gestão moderna que possibilite práticas de gestão patrimonial mais eficientes e transparentes para otimizar o trabalho e gerar maior controle e economia aos cofres públicos estaduais”.

Ela conta que o governo iniciou esse processo com a modernização das compras públicas por meio do Catálogo de Especificações. “Logo implantaremos sistemas para gestão de planos de compras e gestão de contratos. O objetivo é o aperfeiçoamento das soluções tecnológicas e adoção de novas estratégias para a administração a fim de beneficiar, cada vez mais, o cidadão”, afirma a secretária.

SIGA

O sistema SIGA vem substituindo, gradativamente, o sistema SIAGEM, utilizado até o momento. “A substituição assegura ferramentas mais ágeis e versáteis que permitem consultas mais eficazes e precisas, com estoques atualizados on-line que refletirão a realidade existente nos órgãos, possibilitarão também eventuais remanejamentos e redistribuições, acompanhamento das datas de vencimento dos medicamentos e, com isso, amenizarão perdas e permitirão trocas com fornecedores, além da integração com o sistema financeiro do estado”, diz o secretário adjunto da Sampo, Artur Boueres.

Entre as inovações em curso, destaca-se o gerenciamento em plataforma web do Patrimônio Imobiliário – uma antiga reivindicação das áreas de



GRUPO ENVOLVIDO COM A MODERNIZAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SIGA)

“Segep tem buscado uma gestão moderna que possibilite práticas de gestão patrimonial mais eficientes e transparentes para otimizar o trabalho e gerar maior controle e economia aos cofres públicos estaduais”

Flávia Alexandrina
secretária da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep)

controle patrimonial dos órgãos do estado que não eram contempladas no antigo sistema.

A implantação ocorrerá em duas fases. A primeira está em andamento com a customização dos módulos e treinamentos internos. A segunda fase será implantada nos órgãos pilotos e, sequencialmente, nos demais órgãos a partir de janeiro de 2020. ●



GOVERNADOR FLÁVIO DINO
CUMPRE PROMESSA E CONSTRÓI
HOSPITAL DO SERVIDOR

SERVIDOR ESTADUAL GANHA SAÚDE DE PRIMEIRO MUNDO

HOSPITAL AMPLIA ASSISTÊNCIA A FUNCIONÁRIOS
PÚBLICOS. ATUALMENTE, ELES CONTAM COM 685
CONSULTAS AMBULATORIAIS POR DIA, ALÉM DE 110 EXAMES
CARDIOLÓGICOS E 300 COLETAS LABORATORIAIS

TEXTO DE ASCOM/SEGEF
FOTO: DIVULGAÇÃO



ANTES MESMO DA CONCLUSÃO DAS OBRAS, O HOSPITAL DO SERVIDOR JÁ REALIZA MAIS DE 1.400 ATENDIMENTOS POR DIA

O Hospital do Servidor do Maranhão é considerado uma conquista da luta sindical do funcionalismo estadual maranhense. O governo Flávio Dino (PCdoB) atendeu às reivindicações dos servidores e tem afirmado que essa obra contribuirá para ampliar a assistência à saúde dos servidores públicos estaduais ativos, inativos e seus dependentes.

A construção do hospital envolve as secretarias da Saúde (SES), de Infraestrutura (Sinfra), de Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep) e a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (Emserh). Essa obra faz parte das medidas do governo do Maranhão para reestruturar o modelo de atenção à saúde do servidor público estadual.

Com uma área construída de mais de 12 mil metros quadrados, o hospital vai contar com estrutura ambulatorial completa. Situado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, em Calhau, é vizinho de trás do Hospital Carlos Macieira.

Os serviços do hospital estão sendo concluídos em três etapas. A primeira foi em 2018, quando o governo entregou o ambulatório com 18 consultórios médicos, abrangendo as especialidades de clínica médica, cardiologia, ortopedia, ginecologia, psiquiatria, pediatria, endocrinologia, nutrição, reumatologia, pneumatologia, hematologia, neurologia pediátrica, alergologia e dermatologia.

Com a inauguração da segunda etapa, em julho de 2019, o hospital foi ampliado e disponibilizou os serviços especializados de saúde com novas alas de exames e atendimento médico. São salas de exames laboratoriais e exames cardiológicos, como teste ergométrico, ecocardiograma, mapa cardiológico e holter, além dos serviços odontológicos de consultório e raio-X.

ATENDIMENTOS

Atualmente, o hospital tem capacidade para proporcionar 685 consultas ambulatoriais por dia, 300 consultas em odontologia, 110 exames cardiológicos e 300 consultas para coletas laboratoriais. São quase 1.400 atendimentos/dia.

A terceira etapa está prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2020 e contemplará serviços de média e alta complexidade. Para ter acesso aos atendimentos, o servidor estadual deve estar vinculado ao Fundo de Benefício dos Servidores do Estado do Maranhão (Funben).

“O governo do Maranhão materializou o esforço da gestão de garantir aos servidores um melhor atendimento, mais digno, e a devolver a eles o que lhes é de direito em uma assistência à saúde qualificada”, diz a secretária de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores (Segep), Flávia Alexandrina. ●

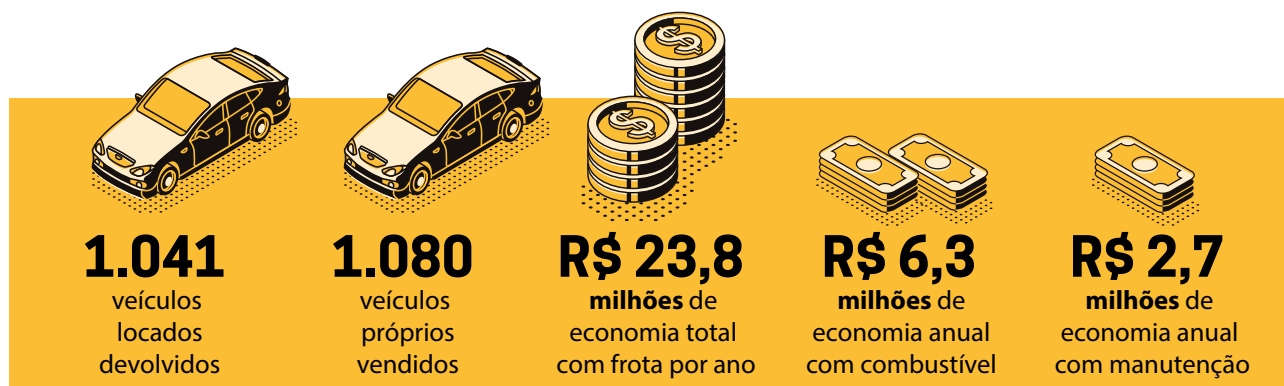
ENTREGA DE VIATURAS NA
CIDADE ADMINISTRATIVA:
AS NOVAS SUBSTITUEM
CARROS ONEROSOS E
SEM CONDIÇÃO DE USO



MINAS ECONOMIZA COM O REDIMENSIONAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS

ESTADO DEIXA DE GASTAR R\$ 23,8 MILHÕES POR ANO COM DEVOLUÇÃO
DE VEÍCULOS, GASTOS COM COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO

TEXTO E FOTOS: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SEPLAG/MG



O trabalho de redimensionamento da frota de veículos do governo de Minas, coordenado pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), já garantiu uma economia anual de R\$ 23,8 milhões para o estado. Foram reduzidos os gastos com combustível, manutenção e locação, entre outros, com devolução e venda de mais de dois mil veículos oficiais.

Desde janeiro deste ano, a Seplag devolveu 1.041 veículos locados e vendeu outros 1.080 veículos próprios antigos, que não apresentavam condições de uso ou tinham custo oneroso de manutenção. Os leilões são realizados mensalmente. No mês de outubro, cerca de 300 veículos foram disponibilizados e outros lotes estão previstos para novembro e dezembro deste ano.

Além da redução dos custos de locação, as ações adotadas geraram uma economia anual de R\$ 6,3 milhões com combustível e R\$ 2,7 milhões com manutenção.

Segundo o secretário de Planejamento e Gestão, Otto Levy, a medida segue as diretrizes do governo estadual de utilização responsável dos recursos públicos. “Estamos trabalhando na redução de custos e na ampliação da eficiência da máquina pública. Os veículos destinados a leilão estavam paralisados, sem registros de manutenção, abastecimento ou atendimento, representando desperdício de recursos”, afirmou.

Os veículos pertenciam a diferentes secretarias e órgãos, como Instituto Estadual de Florestas, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto Mineiro de Agropecuária, entre outros. “O trabalho de redimensionamento da frota é um esforço de todo o governo estadual. Herdamos o estado em uma difícil situação fiscal e, com muito trabalho, todas as secretarias e demais órgãos estão alinhados na otimização de despesas e receitas”, ressaltou o secretário.

O subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados, Rodrigo Matias, explicou como foi feito o

trabalho. “Estabelecemos os indicadores de gestão da frota e, a partir da avaliação desses indicadores, alinhamos junto aos órgãos do Executivo o redimensionamento da frota”.

Um dos indicadores monitorados diariamente é o índice de ociosidade da frota, referente ao tempo em que o veículo é efetivamente utilizado, considerando o regime de trabalho de cada órgão estadual. Em janeiro de 2019, o índice era de 60% e, atualmente, é de 51%. O objetivo é que em três anos a ociosidade chegue a 30%.

SEGURANÇA

Na área de segurança pública, 963 novas viaturas foram incluídas e distribuídas para unidades de todo o estado. A maior parte dos veículos foi adquirida por meio de convênios e de emendas parlamentares para reforçar o trabalho das instituições nos municípios mineiros.

As novas viaturas substituem carros onerosos e sem condição de uso e são destinadas para áreas como investigação e policiamento, contribuindo com a redução dos índices de criminalidade e com a garantia da segurança em Minas, além de patrulhamento rodoviário, Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros.

Mesmo com estas aquisições, o governo de Minas apresentou uma redução de 5% no total da frota estadual, contando, atualmente, com 22.011 veículos.

LEILÕES

Os leilões da Seplag para venda de bens inutilizados pelo estado, considerados antieconômicos ou ociosos, por exemplo, são realizados mensalmente e de maneira totalmente virtual, por meio do site www.leiloes.mg.gov.br.

No site, são disponibilizadas todas as informações sobre os bens e as instruções de como participar. Após realizar um cadastro, todo cidadão interessado pode adquirir, além de veículos, itens como equipamentos hospitalares, de informática, mobiliários, entre outros.



GOVERNO LANÇA A SEGUNDA ETAPA DO TRANSFORMA MINAS

NA NOVA FASE DO PROGRAMA, VOLTADA A SECRETÁRIOS E SUBSECRETÁRIOS DO ESTADO PARA DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS, FORAM APRESENTADOS TEMAS COMO INTEGRAÇÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO E MOTIVAÇÃO DOS SERVIDORES

Teve início em novembro a segunda etapa do Transforma Minas, programa de gestão de pessoas por mérito e competência, do governo de Minas Gerais. Nesta fase, será colocado em prática o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), que capacitará os gestores para valorização e desenvolvimento de competências específicas, como orientação para resultados, resiliência diante de desafios, engajamento de pessoas, desafio do status quo, comunicação e liderança.

O treinamento é coordenado pela Fundação João Pinheiro, enquanto a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) é responsável pelo Transforma Minas, lançado em março deste ano.

No dia 4 de novembro, o governador Romeu Zema apresentou a nova etapa a todos os secretários e subsecretários de Estado. Romeu Zema ressaltou o potencial da equipe do governo e a intenção de fazer uma gestão diferente, voltada para a população.

“O que nós queremos são soluções concretas.

TEXTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL SEPLAG/MG
FOTO: RENATO COBUCCI/ MARCO EVANGELISTA/IMPRENSA MG



Aqui estão as pessoas que têm condições de fazer algo para mudar. Por experiência própria, para mudar, é necessário envolvimento, disciplina, determinação e, acima de tudo, coragem. Vamos aproveitar esse momento único para o nosso desenvolvimento, que tem tudo a ver com a nossa realização. Uma das coisas mais gratificantes para o ser humano é quando ele vê que está desenvolvendo, que está aprendendo, que consegue ampliar o estoque de habilidades. Isso eu acho que todos nós almejamos. O que quero é que nosso governo, no futuro, seja lembrado como um governo que veio para mostrar que dá para fazer muita coisa de um modo diferente, mais leve e melhor para o povo”, afirmou.

“Temos um papel importantíssimo e essa equipe, estando afinada, é como um maestro numa orquestra que está tocando bem. Vocês são as pessoas que têm condições de fazer as coisas acontecerem nesse estado e daí a importância desse time todo que está trabalhando em conjunto. Lembro que quem faz gestão, antes de tudo, lida com pessoas e pessoas não são máquinas”, completou o governador.

DEBATE

Durante o lançamento da segunda etapa do Transforma Minas, foi dada a oportunidade para os secretários e subsecretários levantarem pontos que consideram chave em sua atuação como líderes e também debaterem sobre como alcançar esses objetivos. Temas como integração estratégica do governo, motivação dos servidores, composição de equipes por meritocracia e comunicação das ações governamentais junto à população foram apresentados.

Em sua apresentação, o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Otto Levy, apresentou as metas já estabelecidas pelo governo e definidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

“Para mim, líder é uma pessoa que atinge metas

a partir de outras pessoas. Para mim, gente é tudo. A gente quer um grande time e com ambição na meta. Temos 31 metas estabelecidas pelo PMDI. São as lideranças que farão a diferença, estaremos investindo nesse processo, estabelecendo metas nos módulos de treinamento”, afirmou.

Otto Levy explicou ainda que o programa possui critérios objetivos e transparentes. “É uma mudança de cultura na gestão de recursos humanos do setor público. O Transforma Minas é um divisor de águas no país, inspirado nas melhores experiências internacionais de países como Chile, Austrália e Reino Unido”, destacou.

O vice-governador Paulo Brant pontuou como o governo deve atender os anseios da população. “Esse governo tem uma característica fundamental, que é a boa-fé. Esse é um governo que não engana. As pessoas querem isso, elas estão ávidas por transparência, por atitudes e palavras que têm a ver com aquilo que a gente acredita, e isso tem uma força revolucionária”.

PRIMEIRA FASE

O Transforma Minas é um programa de atração e pré-seleção, desenvolvimento e acompanhamento de desempenho de profissionais selecionados para cargos de liderança na administração pública.

Até o momento, 140 lideranças já foram escolhidas por meio do programa. Há ainda 16 processos seletivos em andamento. Até 2022 terão sido 325 vagas abertas. As informações são realizadas pelo site do programa www.transformaminas.mg.gov.br, no qual os candidatos também têm acesso a todas as informações referentes às vagas, como pré-requisitos, remuneração, entre outras.

O programa é fruto de Acordo de Cooperação Técnica entre o governo de Minas e a Aliança, iniciativa que reúne organizações do Terceiro Setor. ●



GOVERNADOR
ROMEU ZEMA
LANÇA 2ª FASE DO
TRANSFORMA MINAS



ESTADOS DESTACAM ACESSO COMPARTILHADO A BOAS PRÁTICAS

MS VIRA REFERÊNCIA EM COMPRA GOVERNAMENTAL

GRUPO DE SERVIDORES DO PARÁ VISITA O ESTADO A FIM DE FORTALECER AS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E A TROCA COMPARTILHADA DE BOAS PRÁTICAS

TEXTO: ELAINE PAES (COMUNICAÇÃO DA SAD/MS)
FOTO: ANA LETÍCIA GAÚNA (COMUNICAÇÃO DA SAD/MS)



Para fortalecer as relações institucionais e promover o intercâmbio de informações na área de Compras Governamentais e Transparência, Mato Grosso do Sul e Pará compartilharam boas práticas em recente visita de servidores paraenses à Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD/MS).

Durante a visita, supervisionada pela superintendente de Compras e Materiais da SAD/MS, Ana Carolina Nardes, oito servidores das secretarias de Estado de Administração e Fazenda do Pará acompanharam todo o funcionamento da Sucomp, bem como a estrutura de sistemas utilizados e os fluxos vinculados à área.

“Nós estamos implantando melhorias na atual gestão da Superintendência desde janeiro deste ano e essa visita só demonstra que estamos no caminho certo e que a cada dia nós estamos servindo de referência. Isso é de suma importância para o aperfeiçoamento dos processos do estado”, afirma Ana Nardes.

Diretora de Gestão da Cadeia Logística do Estado do Pará, órgão vinculado à SEAD/PA, Ana Paula Duarte destaca que o acesso às boas práticas desenvolvidas por Mato Grosso do Sul contribuirá para a modernização dos processos em seu estado. “Em razão de MS usar sistemas mais avançados na área de Compras Governamentais, viemos conhecer as soluções aqui utilizadas, saber como o uso do sistema influencia essa estrutura e vice-versa e também quais foram os desafios enfrentados para a implantação e a modernização dos processos”, avalia.

INTERCÂMBIO

Titular da SAD, o secretário Roberto Hashioka confirma a disposição dos estados no intercâmbio de informações e o acesso compartilhado a boas práticas. “Assim como o Pará está tendo acesso a projetos bem-sucedidos aqui implementados, também temos muito o que aprender com os outros estados. Esta troca de conhecimento é salutar e, além de confirmar que avançamos em gestão, também demonstra que ainda há muito a ser feito”, frisa.

Outros pontos ressaltados pelos servidores paraenses são as ações vinculadas às áreas de Tecnologia, Gestão da Informação e Transparência, setores em que Mato Grosso do Sul é referência nacional. Destaque no Centro-Oeste e no Brasil, MS saiu de uma nota 2,5 em 2015 para 10 em 2017 – crescimento de 300%. Em 2019, mesmo com critérios mais rigorosos exigidos pela Controladoria Geral da União, MS se mantém na liderança de forma isolada com nota 9,64.



“Nós estamos implantando melhorias na atual gestão da Superintendência desde janeiro deste ano e essa visita só demonstra que estamos no caminho certo e que a cada dia nós estamos servindo de referência”

*Ana Carolina Nardes,
superintendente de Compras e
Materiais da SAD/MS*

“Com o avanço da tecnologia, é essencial que o máximo de procedimentos possíveis sejam feitos por sistemas informatizados, o que exige visão dos gestores públicos para que, gerindo melhor os gastos públicos e racionalizando tudo o que é gasto, haja economia e retorno para população na forma de melhores serviços. Pensamos que o objetivo final seja sempre esse”, destaca a integrante da comitiva paraense, também composta pelos servidores Iris Negrão, Paulo Pereira, Gisele Guerra, Tamires Prado, Simone Morgado, Gustavo da Costa e Frederico Barros. ●



SECRETARIA LIDERA 27 INICIATIVAS
PARA OTIMIZAR SERVIÇOS

PARA OTIMIZAR A GESTÃO, SAD PACTUA METAS ANUAIS

GESTORES DA SAD FIRMAM COMPROMISSO DE ENTREGAS ANUAIS ATRAVÉS DA ASSINATURA DE CONTRATOS INTERNOS. OBJETIVO É APRIMORAR A GESTÃO E OTIMIZAR SERVIÇOS

TEXTO E FOTOS: ELAINE PAES (COMUNICAÇÃO DA SAD/MS)

Com a proposta de converter metas estabelecidas em contratos internos no aprimoramento da Gestão Pública e em benefícios diretos à população, 27 iniciativas são lideradas pela Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização. As ações integram o Programa de Gestão Orientada para Resultados do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e o planejamento anual da pasta.

“Instrumento importante adotado na gestão do governador Reinaldo Azambuja, os contratos internos têm como proposta estabelecer metas que irão otimizar a governança e também serão convertidas em benefícios diretos à população. Me sinto honrado por fazer parte de uma equipe que nos últimos quatro anos superou 90% das metas internas” elogiou Hashioka.

Os contratos preveem entregas nas áreas de Orçamento e Finanças, Compras e Materiais, Patrimônio e Transporte, Gestão de Documentos e Imprensa Oficial, Gestão de Carreiras e Gestão de Pessoas, Gestão da Vida Funcional, Folha de Pagamento, Gestão Estratégica e Desburocratização e Comunicação.

Pactuados entre servidores denominados “gerentes de iniciativa” e o titular da secretaria, as metas são indispensáveis na execução das entregas que o Governo faz. “O contrato interno é um desdobramento do contrato de gestão firmado entre o Governador Reinaldo Azambuja e os secretários. A única diferença é que nesse caso, são metas alinhadas entre os gerentes de iniciativa e o titular da pasta” explicou a coordenadora de gestão estratégica da SAD, Hosilene Lubacheski.

Na mesma linha, o Superintendente de Gestão Estratégica, Thanner Castro Nogueira, destacou o principal objetivo da iniciativa utilizada desde 2015 pela gestão estadual. “A ideia do contrato de gestão é apontar a direção que o Governo do Estado quer tomar. Isso não acontece sem comunicação, então pactuar estas entregas são de suma importância para o andamento das iniciativas” pontuou.

Integram os contratos de Gestão e Internos da SAD a implantação do ponto eletrônico no âmbito do poder executivo estadual; a modelagem e integração dos processos do Programa de Gestão por Competência; Execução do Programa de Desenvolvimento de Liderança nas secretarias estaduais; Implantação do Termo de Referência On-line; Modelagem e integração do planejamento de compras e instrumentos orçamentários; Institucionalização do modelo de Gestão Estratégica do Patrimônio; Execução do MS



“Instrumento importante adotado na gestão do governador Reinaldo Azambuja, os contratos internos têm como proposta estabelecer metas que irão otimizar a governança e também serão convertidas em benefícios diretos à população”

*Roberto Hashioka,
secretário da SAD*

Mais Simples; Implantação da pós-graduação lato sensu na área de Gestão de Pessoas; Execução do Programa de Qualidade de Atendimento ao Público no Hospital Regional e Hemosul; Reestruturação da Perícia Médica; e Implementação do Senso com biometria. O cronograma da gestão estratégica, conta com acompanhamento e monitoramento mensal das metas estipuladas para cada equipe. ●

CERCA DE 260 SERVIDORES DO EXECUTIVO DE MT PARTICIPARAM DO 1º CICLO DE PALESTRAS EM GESTÃO POR PROCESSOS, EM JULHO DE 2016

MATO GROSSO APRIMORA O SERVIÇO PÚBLICO COM A GESTÃO POR PROCESSOS

EGPROCESS, UNIDADE VINCULADA À SEPLAG, JÁ QUALIFICOU MAIS DE 700 SERVIDORES PÚBLICOS E ATENDEU A MAIS DE 31 ÓRGÃOS E ENTIDADES POR MEIO DE CAPACITAÇÕES, WORKSHOPS E OFICINAS

TEXTO: NAYARA TAKAHARA
FOTO: RAFAELLA ZANOL / GCOM MT

Desde que foi instituído, em 2016, o Escritório de Gerenciamento de Processos (EGProcess), unidade vinculada à Superintendência de Desenvolvimento Organizacional (SDO/Seplag), já capacitou mais de 700 servidores e atendeu mais de 31 órgãos e entidades, contribuindo para a elaboração dos manuais de aprimoramento da gestão por processos no estado.

Esse é o resultado da ação da Secretaria de Planejamento e Gestão de Mato Grosso (Seplag), que tem disseminado entre os servidores do Poder Executivo estadual a cultura de gestão por processos. Um dos objetivos do modelo é elevar o desempenho de órgãos e entidades do governo na prestação de

serviços públicos a partir da melhoria e do aperfeiçoamento dos processos.

A Pasta é o órgão central de desenvolvimento organizacional e tem, entre as suas competências, além de disseminar a cultura da gestão por processos, a de promover a governança de processos por meio de capacitações, workshops e oficinas, entre outros.

“A gestão por processos é extremamente importante para a administração pública, pois se trata de um modelo de boas práticas orientado pela eficiência da execução das políticas públicas. A Seplag, por meio da Superintendência de Desenvolvimento Organizacional, está empreendendo este trabalho para implementar a gestão por processo em todas as secretarias e órgãos do governo”, ressaltou o secretário de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, Basílio Bezerra.

HABILITAÇÃO

As capacitações têm o objetivo de habilitar os servidores públicos no uso da ferramenta de modelagem de processos organizacionais, adotada pelo estado, de acordo com o Decreto nº 1.375, que instituiu o Manual Técnico de Processos e Procedimentos. O decreto definiu prazo para elaboração dos manuais técnicos de processos e procedimentos do Poder Executivo estadual, tendo 2020 como ano-limite para os processos dos órgãos centrais e 2022 para os órgãos/entidades finalísticas.

A superintendente de Desenvolvimento Organizacional da Seplag, Maria Teresa de Mello Vidotto, explica que o conceito de gestão por processos, que une gestão de negócios e tecnologia da informação, tem como foco a otimização dos resultados das instituições por meio da melhoria contínua dos processos organizacionais.

Vidotto cita a participação do EGProcess nos projetos estratégicos de modernização institucional do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat) e de implantação do sistema estadual de gestão de documentos.

“A gestão por processos significa muito mais do que um simples mapeamento das atividades em uma organização. Ela é a base para uma gestão eficiente e ferramenta indispensável no serviço público de excelência”, avalia a superintendente.

ENCONTRO

Representantes de órgãos e entidades que desenvolvem a gestão por processos no estado se reuniram, na segunda quinzena de setembro, para trocar experiências, alinhar conhecimento e,



principalmente, fortalecer os escritórios de processos em Mato Grosso. O encontro ocorreu durante a segunda edição do Café no Escritório e reuniu mais de 200 pessoas de instituições federais e estaduais.

Especialistas em gerenciamento por processos de negócio e profissionais de renome nacional e internacional ministraram palestras para o aperfeiçoamento dos participantes. Entre os temas abordados estão inovações na área de processos de trabalho na gestão pública, governança, automação de processo robótico, entre outros.

“O ganho para Mato Grosso é muito grande, tanto para a sociedade, com o aumento da eficiência nas entregas públicas, quanto para o próprio servidor público”, comentou a coordenadora do EGProcess, Regina ImadaDoy. “É preciso lembrar sempre que atrás de um processo está um servidor e lá na ponta está o cidadão esperando a prestação daquele serviço”, acrescentou.

CAFÉ NO ESCRITÓRIO

O Café no Escritório é uma iniciativa do Poder Executivo estadual e pretende que a cada ano ele seja realizado em conjunto com outros órgãos e entidades. O objetivo é promover o fortalecimento dos escritórios de processos locais e a integração dos órgãos que desenvolvem esse trabalho em Mato Grosso.

Esta edição foi realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em parceria com o Escritório de Gerenciamento de Processos da Seplag. ●



FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DE 2018:
SERVIDORES DE CARREIRA SÃO CAPACITADOS PARA
EXERCER CARGOS DE LIDERANÇA NO EXECUTIVO

PROGRAMA CRIA NOVOS LÍDERES E MUDA CULTURA DOS SERVIDORES DE MT

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO ENSINAM FUNCIONÁRIOS A
LIDAR COM DESAFIOS DA GESTÃO. INICIATIVA NÃO ONERA
COFRES PÚBLICOS PORQUE O PESSOAL QUALIFICADO
ATUA COMO FACILITADOR DE APRENDIZAGEM

TEXTO: D'LAILA BORGES/SEPLAG
FOTOS: CARLOS ECKERT E ÉVERTON ANUNCIÇÃO



SERVIDORES FAZEM
DINÂMICA EM MÓDULO DE
GESTÃO DE CONFLITOS

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso, por meio da Escola de Governo, forma, em dezembro de 2019, a segunda turma da Academia de Novos Líderes. Iniciado em 2018, o programa capacita servidores de carreira para exercerem cargos de liderança no Executivo estadual.

O projeto é inovador e faz parte da agenda permanente do governo. Outra turma já está prevista para iniciar em 2020. São ofertadas 30 vagas anualmente. O curso não onera os cofres públicos por causa das parcerias estabelecidas, as quais possibilitam que servidores com qualificação nas áreas técnicas abordadas pela capacitação atuem como facilitadores de aprendizagem.

A capacitação é direcionada ao desenvolvimento de competências gerenciais, baseando-se nos déficits levantados pelo Relatório da Pesquisa de Competências dos Gestores Públicos e pelo Levantamento de Necessidades de Capacitação. A pesquisa realizada apontou entre as maiores lacunas a necessidade de desenvolvimento das relações humanas e do potencial de liderança dos servidores que atuam como gestores.

ANDRAGÓGICOS

O conteúdo é ministrado considerando os princípios andragógicos, de Malcolm Knowles, priorizando metodologias que possibilitam o clima de segurança e respeito, aplicabilidade dos conhecimentos, autonomia, valorização das experiências prévias, interatividade e feedback entre os participantes.

Para o secretário de Planejamento e Gestão de Mato Grosso, Basílio Bezerra, a Academia de Novos Líderes valoriza os servidores que estão no quadro do estado. “O projeto é direcionado para os desafios da

gestão estadual e para a realidade do serviço público, por isso ele desempenha um papel muito importante e complementar na formação não apenas de bons profissionais, mas de líderes e excelentes cidadãos”.

A primeira turma, em 2018, contou com uma média de 93% de frequência, dado que reflete o interesse e a dedicação dos participantes. No fim do curso, os 26 estudantes desenvolveram dez projetos de inovação que estão sendo implantados em seus respectivos órgãos em 2019 e fomentando a cultura de aplicação de conhecimentos adquiridos.

QUALIDADE DE VIDA

Na Controladoria Geral do Estado, o programa Viver com Qualidade é resultado da participação de servidores no curso. O programa é um instrumento de gestão composto por ferramentas capazes de proporcionar troca de experiências, melhoria das relações interpessoais, trabalho em equipe e desenvolvimento técnico e profissional por meio de uma adequada gestão de talentos, além de promover a melhoria do ambiente de trabalho, da saúde e da qualidade de vida do servidor da CGE.

Outros projetos em execução são os Guardiões da Ética, que visa a utilizar uma metodologia lúdica nas capacitações para facilitar a internalização do código de ética, desenvolvido na Casa Civil, e o Gestão de Tarifas e Frotas, que funciona na Seplag e tem o objetivo de implantar um sistema de gerenciamento de informações de indicadores de tarifas (água, luz e telefone) e da frota em um único sistema sem ônus para o estado.

A turma que se forma em dezembro de 2019 desenvolveu 20 projetos que serão aplicados em diversos órgãos e entidades a partir de 2020. ●



1º ENCONTRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PARÁ CAPACITA MAIS DE 2 MIL PESSOAS

TEXTO LARISSA NOGUCHI (SECOM)
FOTO: PEDRO GUERREIRO/ AG. PARÁ



Em comemoração ao dia do servidor público, o governo do Pará realizou, em outubro, o I Encontro dos Servidores Públicos do Pará para mais de dois mil servidores do estado.

“Um evento como esse é muito importante para a integração dos órgãos do governo, porque precisamos trabalhar em parceria. Essa interação facilita e ajuda a dar celeridade nos nossos processos”, disse a técnica previdenciária do Igeprev, Renata Garcia, durante o encontro.

O governo conta com 122 mil servidores públicos, entre ativos, inativos e pensionistas. A secretária de Estado da Administração, Hana Ghassan, falou sobre a importância da participação dos servidores no desempenho do órgão e exemplificou com a própria secretaria em que atua. Um servidor deu a ideia de digitalizar todo o sistema da SEAD. “Cerca de 95% dos nossos processos já são eletrônicos e é importante que essa prática seja cada vez mais divulgada e difundida para outros órgãos”, ponderou Hana.

A secretária também ressaltou que o governo tem valorizado a realização de concursos e já há certames programados para o próximo ano, como Polícia Civil, Susipe e Detran para recompor a força de trabalho do estado, que está reduzida pela falta de concursos e pela quantidade de aposentadorias. O objetivo é trabalhar com uma máquina enxuta, mas que preste serviços de qualidade.

O encontro foi desenvolvido em parceria com nove instituições públicas paraenses: Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, Ministério Público de Contas dos Municípios, governo do Pará, Assembleia Legislativa, Ministério Público do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas do Estado, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública.

O evento contou com o palestrante internacionalmente conhecido Pedro Calabrez, que debateu inovação, criatividade e demais ferramentas para o serviço público. A mudança comportamental somada ao planejamento, a importância do servidor para proteção do bem público, gestão e destacando que o servidor é quem serve à população e não o contrário.

“É um momento único, porque conseguimos reunir servidores dos três poderes do estado: Legislativo, Judiciário e Executivo. É importante que os servidores vejam as boas práticas dos outros órgãos para que consigam implantar em seus locais de trabalho”, destacou a coordenadora de



O encontro foi desenvolvido em parceria com nove instituições públicas paraenses: Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, Ministério Público de Contas dos Municípios, governo do Pará, Assembleia Legislativa, Ministério Público do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas do Estado, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública

Planejamento da Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA), Daniela Sequeira.

A Escola busca capacitar e qualificar os servidores públicos estaduais e disponibilizou a plataforma EAD para que essas palestras cheguem nos 144 municípios do estado. Para ter acesso aos cursos, basta o interessado entrar no site da EGPA e acompanhar a programação das atividades que são oferecidas.

Para ajudar na capacitação e melhoria da educação dos servidores públicos do Pará, o professor e servidor público Renan Abreu, da Escola de Governança do Estado, criou o Grupo de Trabalho de Educação a Distância. Ele se dedica a expandir cursos e palestras da EGPA para os servidores públicos de todo o estado. Com isso, é possível que os servidores tenham acesso, pela internet, a todos os cursos, palestras e discussões propostas pela Escola de Governança.

“Esse projeto já iniciou e se deu pela necessidade de levar a educação a distância para os demais servidores dos 144 municípios do Pará. Sou servidor público e coordeno esse projeto. Isso me deixa muito orgulhoso de poder contribuir para o conhecimento de tantos colegas que estão no serviço público”, ressaltou Renan. ●



PERÍCIA MÉDICA DO PARÁ É RECONHECIDA POR DAR UM ATENDIMENTO HUMANIZADO

CORDIALIDADE E SENSIBILIDADE NO TRATO COM TRABALHADORES ACOMETIDOS POR DOENÇAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS REALÇAM A PREOCUPAÇÃO DA COPM COM A SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES

TEXTO E FOTO: ASCOM/SEAD

A tenção, cordialidade e humanização. Tais palavras têm definido, cada vez mais, o atendimento aos usuários da Perícia Médica na Secretaria de Estado de Administração (Sead). É o que apontam os formulários da Ouvidoria, nos quais os servidores não têm poupado elogios ao atendimento dispensado. Em meio à rotina de prestação de serviço destinado a promover, executar e acompanhar as ações de gestão de perícia médica, a equipe de trabalho ainda encontra tempo para a solidariedade.

O constante aprimoramento, no que tange ao melhor atendimento do público que diariamente procura o setor, tem sido uma preocupação constante da Coordenadoria de Perícia Médica (COPM), vinculada à Diretoria de Gestão da Política de Saúde Ocupacional do Servidor (DSO).

Com uma média de 80 atendimentos diários, divididos entre casos de Readaptação, Reversão ao Serviço Ativo, Inclusão no PAS, Isenção do Imposto de Renda, Obtenção de Licenças e Concessão de Pensão, o setor tem obtido bons resultados no processo de humanização do trato com as pessoas.

Segundo o gerente de Atendimento da Perícia (GEAP), José Ronaldo Coelho Sepeda, recorrem ao setor, diariamente, servidores que apresentam algum tipo de enfermidade, seja ela física ou psicológica, e, por isso mesmo, na maioria das vezes, chegam vulneráveis e abalados emocionalmente. “É muito importante que o atendimento mantenha um olhar sempre sensível em relação aos problemas do outro. Saber ouvir, ser atencioso, na maior parte das vezes pode solucionar conflitos e evitar situações extremas”, relata.

TERMÔMETRO

Nos formulários enviados para a Ouvidoria da Sead neste ano de 2019, os registros feitos por servidores atendidos são um termômetro dos resultados alcançados. Em um deles, o usuário destaca que “é muito bom ver um órgão público comprometido com o bem-estar de seus administrados”. Em outro, “manifesto minha satisfação pela forma de atendimento humanizado pela equipe da Perícia Médica da Sead”. E um terceiro: “Quero parabenizar pela cordialidade”. Palavras de reconhecimento que coroam o trabalho de toda uma equipe.

A humanização do atendimento médico pericial, portanto, é uma das principais características dos servidores que atuam na Diretoria de Gestão da Política de Saúde Ocupacional do Servidor

(DSO), os quais desempenham suas atribuições com imensa atenção e cordialidade, todos os dias.

As informações sobre os procedimentos necessários para agendamento de avaliação médica pericial podem ser obtidas no site da Sead. ●

Os formulários enviados para a Ouvidoria da Sead comprovam o compromisso com o bem-estar dos funcionários públicos





FORAM REALIZADAS DIVERSAS ATIVIDADES DE CUIDADO À SAÚDE DO TRABALHADOR; AFERIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL E GLICEMIA, DINÂMICA MOTIVACIONAL E EXERCÍCIOS LABORAIS

PARAÍBA LANÇA PROJETO CUIDANDO DE QUEM CUIDA

COM FOCO NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, INICIATIVA ENVOLVE, ENTRE OUTRAS AÇÕES, EXERCÍCIOS LABORAIS, DINÂMICAS MOTIVACIONAIS, EXAMES, PRÁTICAS COMO ACUPUNTURA E AVALIAÇÃO NUTRICIONAL

TEXTO E FOTO: SECOM-PB

DIREÇÃO DA MATERNIDADE E EQUIPE DE ASSISTÊNCIA SE SENTEM ORGULHOSAS DE SEREM PILOTO EM UM TRABALHO DE FORTALECIMENTO DO CUIDADO AO OUTRO



O governo da Paraíba, por meio da Maternidade Frei Damião, que integra a rede hospitalar do estado, lançou um projeto voltado para a humanização, valorização e respeito para com o servidor público. Ao apresentar o Cuidando de Quem Cuida, a diretora administrativa da maternidade Frei Damião, Rosângela Guimarães, explicou que a qualidade de vida no trabalho é foco de discussão em nível mundial. “E nós, enquanto gestoras, não poderíamos deixar de promover ações neste sentido”, esclareceu.

Ainda como parte da programação de lançamento do projeto, foram realizadas diversas atividades de cuidado à saúde do trabalhador; aferição de pressão arterial e glicemia, dinâmica motivacional e exercícios laborais.

A diretora administrativa explicou que o projeto tem como missão atender as necessidades do corpo de servidores inicialmente da Frei Damião no contexto da qualidade de vida no trabalho com atuação direta das equipes de saúde, participando ativamente da melhoria da vida dessas pessoas, caracterizando o papel social e humanizado destes profissionais frente à categoria trabalhadora.

Rosângela Guimarães afirmou que, durante a execução do Cuidando de Quem Cuida, será desenvolvido um programa de promoção à saúde do trabalhador, com vistas à valorização da qualidade de vida no trabalho, de modo que todos os servidores tenham acesso aos cuidados relacionados ao desempenho das suas funções laborais com dignidade.

Para a diretora-geral da maternidade Frei Damião, Selda Gomes, a preocupação com a saúde do trabalhador tem que se tornar rotina na unidade de saúde e, também, em outras estruturas da máquina pública paraibana. “São essas pessoas que estão na rotina diária desenvolvendo suas atividades e sempre preocupadas em atender da melhor maneira possível a população e, por isso, merecem todo o nosso respeito e atenção”, enfatizou.

AÇÕES

O projeto consta de várias ações, dentre elas exercícios laborais; dinâmicas motivacionais; exames de rotina e complementares; práticas integrativas, como acupuntura e outras; avaliação nutricional; ações educativas envolvendo temas como qualidade de vida no trabalho, boas práticas nutricionais, promoção da saúde e prevenção de doenças ocupacionais.

“É uma honra para nós, da direção, junto com toda equipe de assistência, sermos piloto e contribuirmos para o bem dos nossos servidores e sua qualidade de vida, fazendo valer o respeito ao outro, fortalecendo o cuidar de si, o cuidar do outro e o cuidar de nós”, observa.

Rosângela Guimarães alertou que, atualmente, no Brasil, de acordo com a Associação Médica de Medicina do Trabalho, 30% dos trabalhadores brasileiros estão sofrendo com a Síndrome de Burnout (síndrome do esgotamento profissional). Deste percentual, 40% são da área de saúde.

PE-CONECTADO II: PERNAMBUCO DÁ UM SALTO NA ERA DIGITAL

NOVO PROJETO DA REDE INTERNA DO ESTADO VAI REESTRUTURAR TODAS AS SUAS 3,6 MIL CONEXÕES, INSTALANDO REDES DE FIBRA ÓTICA COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10 MEGA/SEGUNDO NOS 185 MUNICÍPIOS

TEXTO: ETIENE BAHÉ E ROBSON ANDRÉ
FOTO: ROBERTO PEREIRA/SAD

O governo de Pernambuco, ao longo da gestão do governador Paulo Câmara, vem desenvolvendo projetos e sistemas na área de Tecnologia da Informação (TI), por meio da Secretaria de Administração (SAD), com a gestão técnica da Agência Estadual de Informação (ATI), os quais visam a otimizar e a garantir uma maior oferta na qualidade dos serviços ofertados à população.

Além disso, os projetos desenvolvidos na área de TI, a exemplo do PE-Conectado, geram uma economia significativa aos cofres públicos estaduais. Para se ter uma ideia, nos últimos três anos houve uma



EQUIPE RESPONSÁVEL PELA
GERÊNCIA GERAL DE SERVIÇOS
CORPORATIVOS DA SAD

economia aproximada de R\$ 50 milhões com links de internet junto aos fornecedores, uma redução de R\$ 1,5 milhão mensalmente, desde setembro de 2016.

“A Rede PE-Conectado é resultado de um esforço contínuo do governo do estado em oferecer aos usuários dos órgãos do Poder Executivo serviços de telemática de qualidade, eficiência e agilidade. Estamos sempre em consonância com os objetivos e metas dos órgãos e entidades do estado. Isso mostra que a gestão prima pela excelência dos serviços não somente para a administração pública, mas também para a população”, destaca a secretária de Administração, Marília Lins.

O monitoramento de gastos com telemática também gerou a redução de despesas com telefonia fixa nos órgãos estaduais, de 13 de abril de 2016 até outubro de 2019, a partir da publicação do Decreto de Telemática Nº 42.907. Desde então, a média de redução, especificamente com linhas fixas no estado, fica em torno de R\$ 450 mil mensais, totalizando uma economia de R\$ 19,3 milhões aos cofres públicos durante esse período.

APERFEIÇOAMENTO

A Rede PE-Conectado interliga, através de circuitos de dados, cerca de três mil prédios dos diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) e dos Poderes Legislativo e Judiciário. Incluem-se ainda cerca de 26 mil telefones fixos e oito mil telefones móveis, além de serviços como tráfego 0800, Central de Gerência de Rede (gestão integrada), videomonitoramento predial e via pública e acesso dedicado sem fio.

“A Rede PE-Conectado representa o aperfeiçoamento contínuo do projeto a partir da disponibilização de novos serviços essenciais para o funcionamento e a modernização da gestão pública”, enfatiza o gerente geral de Serviços Corporativos, Marcelo Coelho.

Segundo a presidente da ATI, Ila Carrazzone, o novo projeto da rede interna do estado (PE Conectado II) vai reestruturar todas as suas 3,6 mil conexões, instalando redes de fibra ótica com velocidade mínima 10 mega/segundo em todas as 12 microrregiões do estado (nos 185 municípios).

“Além dos serviços básicos de internet e telefonia IP (incluindo Comunicação Unificada), cobertura wi-fi em prédios e locais públicos, haverá melhorias na segurança da informação com a disponibilização de UTM's para todas as unidades de serviço, Autenticação Centralizada para todos os agentes públicos, rede LTE privada para as operativas de segurança

O monitoramento de gastos com telemática também gerou a redução de despesas com telefonia fixa nos órgãos estaduais

pública e no controle dessa rede, para que não haja risco de as informações serem desviadas do âmbito estadual, os serviços contratados devem obedecer às recomendações do Marco Civil da Internet e à Lei Geral de Proteção de Dados”, explica Ila.

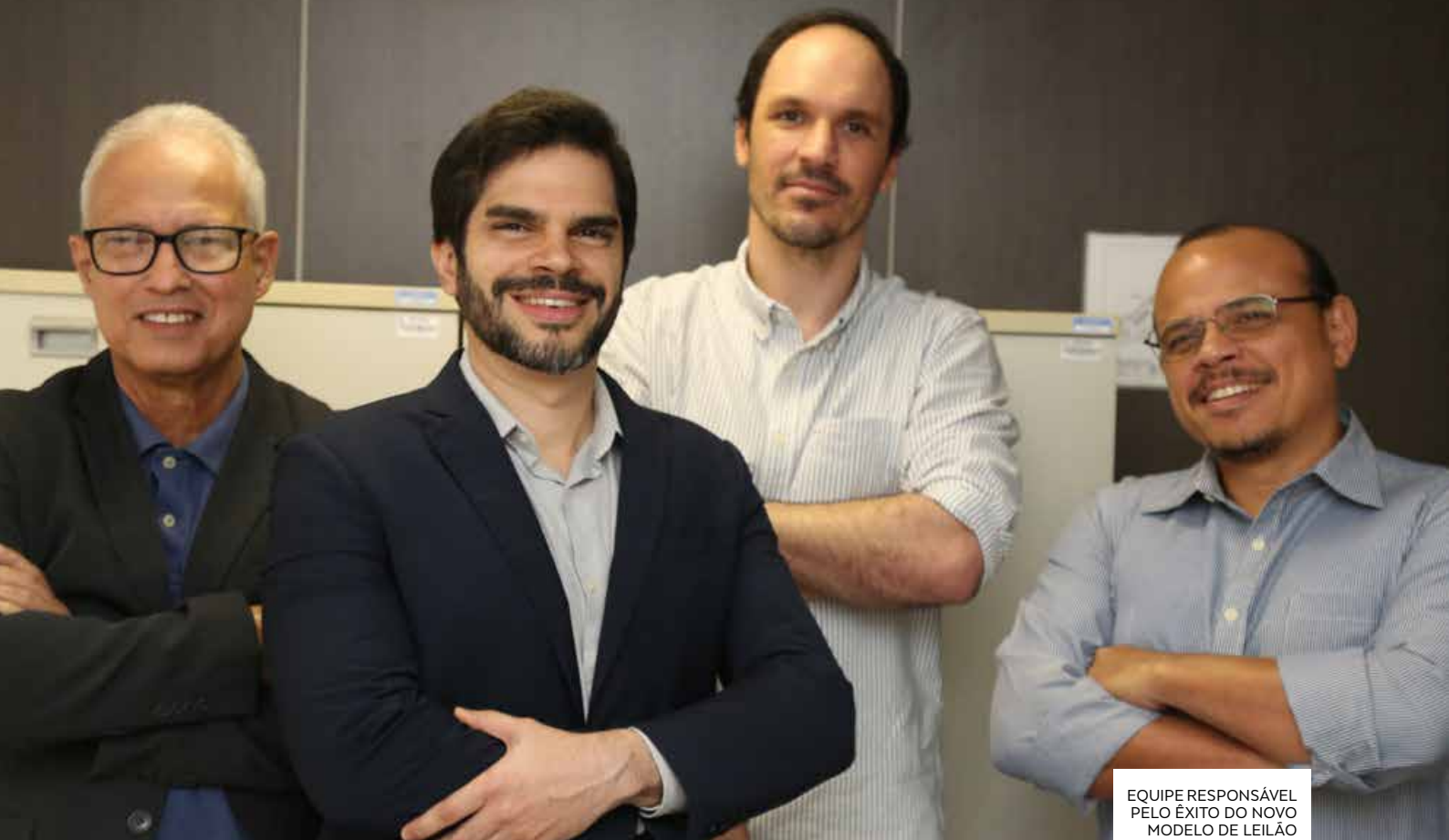
“No escopo do serviço da Rede PE Conectado está prevista a integração e monitoramento em tempo real de ativos do projeto da RePEPE (Rede Pernambucana de Pesquisa e Educação) associada à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que interligará 20 municípios distribuídos ao longo de todo o estado. Com um backbone de 1.175 km, a rede RePEPE tem o potencial de alcançar 400 entidades de pesquisa, educação e saúde”, acrescenta o gerente de Redes e Conectividade da ATI, José Rangel.

Por fim, a rede de telemática implantada em Pernambuco vem possibilitando, ao longo dos últimos anos, o aperfeiçoamento da comunicação interna no âmbito dos poderes estaduais, viabilizando a melhoria no atendimento aos cidadãos, abrangendo vários segmentos de prestação dos serviços públicos, tais como ambientes educacionais, atendimento à saúde, programas sociais e suporte às ferramentas de inteligência e defesa social.

HISTÓRICO

A implantação da rede PE-Conectado em Pernambuco foi um “divisor de águas”. Este formato inovador de contratação foi desenvolvido pela Secretaria de Administração, gestora institucional dos contratos corporativos do Estado, em parceria com a ATI. Anteriormente a este sistema, a Rede de Telemática do Estado teve outras edições, tais como a Rede PE-Digital, implantada no ano 2000, e a Rede PE-Multidigital, em 2006. Houve evolução do projeto ao longo das edições com o aumento quantitativo e qualitativo dos serviços disponibilizados.

Na sua primeira versão, a Rede PE-Digital abarcava apenas a contratação de serviços de dados (acessos dedicados - links). Teve a incorporação da telefonia fixa na Rede PE-Multidigital e a integração dos tráfegos Fixo-Móvel e Móvel-Fixo - Intragrupo, já na Rede PE-Conectado. ●



EQUIPE RESPONSÁVEL
PELO ÊXITO DO NOVO
MODELO DE LEILÃO

MENOS CUSTOS E MAIS RECEITA

COM O NOVO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O LEILÃO PÚBLICO, A ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO JÁ ARRECADOU CERCA DE R\$ 21 MILHÕES. ALÉM DISSO, A QUANTIDADE DE CERTAMES AUMENTOU

TEXTO: JOYCE WARREN
FOTO: ROBERTO PEREIRA/SAD

Debuçado em desenvolver e executar inovadoras e eficientes soluções para a gestão pública no estado, o governo de Pernambuco estuda cada área do Poder Executivo a fim de criar projetos ou repensar processos que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

Dentro desse movimento, a Secretaria de Administração Estadual (SAD) viu nos leilões a oportunidade de diminuir gastos na contratação de serviços para a realização dos certames e aumentar a receita pública. Até 2011, a frequência de realização era de apenas um certame anual. Porém, já em 2012, houve um salto para cinco leilões realizados em um único exercício, garantindo a ampliação da receita proveniente das alienações.

Com o objetivo de aperfeiçoar a prática, foi criada a Comissão de Licitação de Leilão de Bens Móveis Inservíveis, em 2012, que contribuiu para esse aumento significativo no número de leilões realizados.

Ainda em 2012 foi desenvolvido e implantado um projeto pioneiro, intitulado Novo modelo de contratação de serviços inerentes ao leilão de bens móveis do patrimônio do governo do estado de Pernambuco, o qual aumentou os resultados positivos, mesmo diante do atual cenário fiscal do Brasil. O trabalho vem rendendo frutos além das expectativas. Só nos últimos três anos, o novo modelo de contratação já rendeu aos cofres públicos cerca de R\$ 5,5 milhões com arrecadação.

Acompanhando o avanço dos servidores no dia a dia de suas funções, a secretária de Administração do estado, Marília Lins, destaca o empenho dos profissionais em buscar alternativas pioneiras e inovadoras, muitas vezes trabalhando no que já se tem de serviço dentro dos órgãos.

"Apenas denota o desejo desses servidores de aperfeiçoar métodos e realizar ações que, de fato, melhorem o desenvolvimento da máquina pública. O novo modelo trouxe para Pernambuco um novo olhar sobre a arrecadação, mostrando que é possível melhorar, mesmo diante do atual cenário econômico que o país enfrenta", observou a titular da Pasta.

FORMATO DIFERENTE

O novo modelo desenvolvido pelo então gerente de Frota do estado, Adauto Nunes; pelo chefe da Unidade de Alienação de Veículos, Arnaldo Cataldi, e pelo gestor governamental Luiz Spinelli foi destaque no VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública, realizado em Brasília. Consiste em um formato diferente do tradicional: retira ações e custos da

Administração, transferindo-os para o leiloeiro, gerando ainda mais economia para o estado, bem como permitindo aos órgãos públicos focar na identificação dos bens alienados.

O trabalho unificou ainda os contratos para prestação de serviços necessários à execução dos leilões, como: corte de chassi e retirada de motor para identificação de veículos considerados sucatas; e transporte e guarda dos bens encaminhados ao leilão e serviços de leiloeiro apenas pelo custo da comissão de 5% sobre o valor dos bens, paga ao leiloeiro pelos arrematadores.

“O novo modelo trouxe para Pernambuco um novo olhar sobre a arrecadação, mostrando que é possível melhorar, mesmo diante do atual cenário econômico que o país enfrenta”

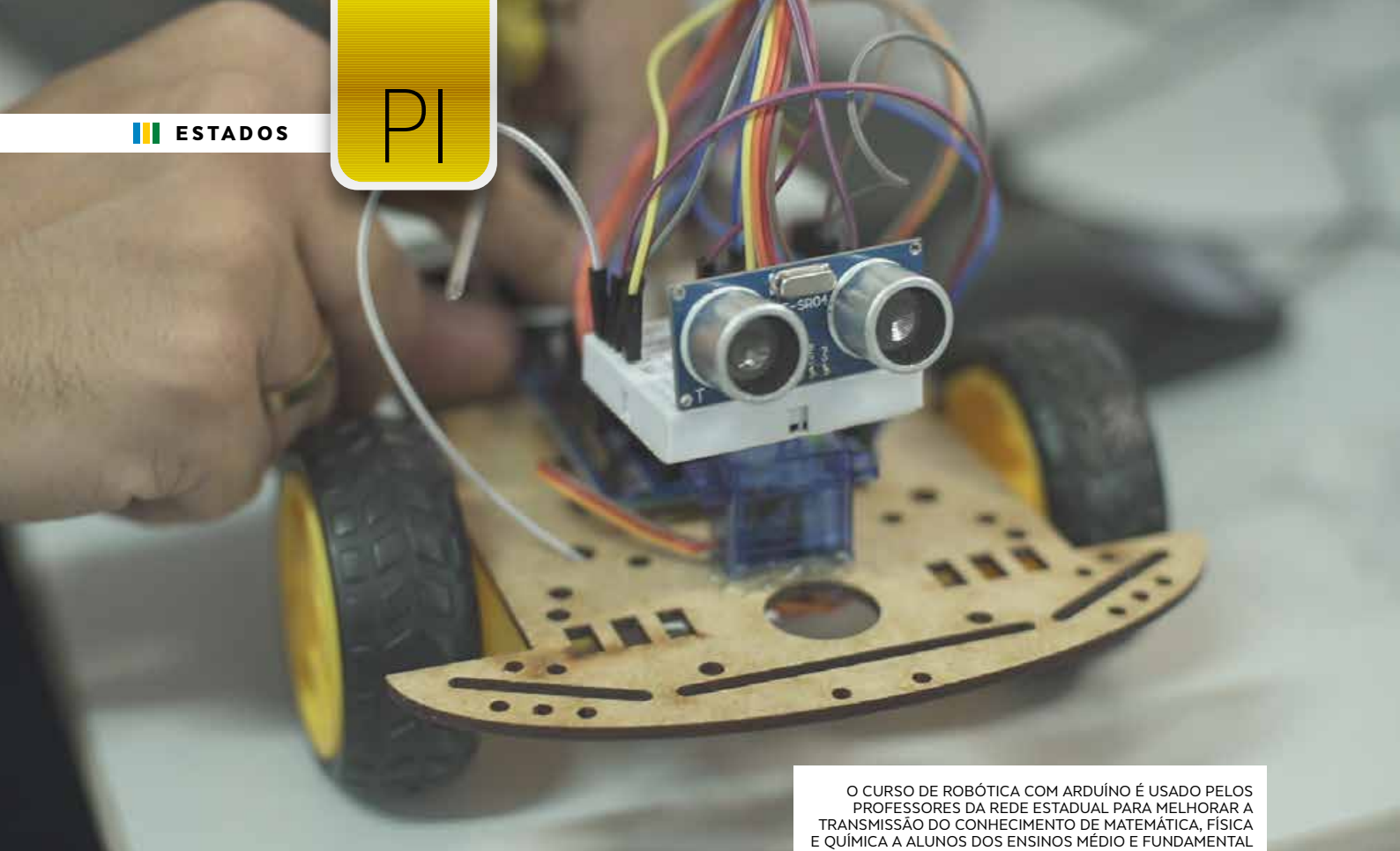
Marília Lins,

secretária de Administração do estado

"Isso fortaleceu a imagem do governo com a re-modelagem de um produto que já era bem visto, desonerando os órgãos da preocupação com serviços que podem ser feitos por terceiros singularizado na pessoa do leiloeiro, garantindo gestão pública eficiente e focada", atestou o secretário executivo de Administração, Luís Eduardo Antunes.

Assim, colocando em prática o trabalho de contratação de serviços para realização dos certames no estado, a Administração obteve uma economia de mais R\$ 1 milhão na execução dos leilões e uma arrecadação de quase R\$ 21 milhões com a arrematação dos bens, desde a implantação do projeto. Além disso, o tempo de realização entre leilões caiu consideravelmente, passando de 282 dias, em média, para apenas 85.

Por fim, o gerente de Frota do estado, Henrique Sales, atesta que, além de tornar o processo do leilão mais eficiente, o projeto contribui para melhorias sociais. "São recursos do poder público que podem ser investidos em políticas públicas voltadas para a população pernambucana", arrematou o gestor. ●



O CURSO DE ROBÓTICA COM ARDUÍNO É USADO PELOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL PARA MELHORAR A TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO DE MATEMÁTICA, FÍSICA E QUÍMICA A ALUNOS DOS ENSINOS MÉDIO E FUNDAMENTAL

PIAUÍ INVESTE NA QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

UMA DAS INSTITUIÇÕES QUE PRESTAM ESSE SERVIÇO É O CENTRO DE FORMAÇÃO DO SERVIDOR ANTONINO FREIRE, QUE OFERECE ATUALMENTE MAIS DE 20 CURSOS

TEXTO: ROBERT PEDROSA
FOTOS: SECOM/PI

A atualização de conhecimentos é uma necessidade do mundo moderno. Nesse sentido, o governo do Piauí reformulou o sistema de qualificação do servidor público estadual. Em abril deste ano, a reforma administrativa feita pelo estado criou o Centro de Formação do Servidor Antonino Freire (CFAF), substituindo o Instituto Superior de Educação Antonino Freire.

O centro, vinculado à Universidade Estadual do Piauí (Uespi), oferece mais de 20 cursos e oficinas a 900 servidores públicos, além de permitir que 15% das vagas sejam destinadas à comunidade. Assim, o CFAF difunde mais ainda o conhecimento para além do servidor público.

Para participar dos cursos, cuja relação está disponível no site do CFAF (www.cfaf.pi.gov.br), os interessados podem fazer a inscrição no site do Centro de Formação, na aba “cursos”. Depois, os usuários escolhem o curso e clicam no item “endereço eletrônico”. As vagas são disponibilizadas sempre no início de cada semestre.

Os alunos também podem fazer a inscrição presencialmente, bastando ir à sede do CFAF, localizado na Praça Firmina Sobreira, s/n, no bairro Matinha, em frente ao cemitério São José, na zona norte de Teresina.

“A gestão pública tem em sua base alguns pilares fundamentais, como a prestação de serviço público de qualidade por meio de servidores éticos, comprometidos e satisfeitos. Assim, o CFAF existe para qualificar continuamente todos os servidores públicos civis do estado, a fim de obter o máximo de entrega dos mesmos, propiciando uma contrapartida de acompanhamento, avaliação e aplicação desses servidores, para melhor remunerá-los”, explica a diretora-geral do CFAF, Lucile Moura.

ROBÓTICA

Entre os diversos cursos disponíveis, um dos mais procurados é o de Robótica com Arduino, que, graças à ligação com a tecnologia, é usado pelos professores da rede estadual para melhorar a transmissão do conhecimento de matemática, física e química a alunos dos ensinos médio e fundamental.

Um desses professores é Wilton Araújo. Ele conta que o conhecimento em robótica, que é repassado por ele aos alunos das escolas estaduais, aproxima mais os docentes dos estudantes. “O curso traz os professores, principalmente a gente da área de exatas, para uma nova maneira de ensinar e nos colocar a par da tecnologia que está surgindo, da qual nossos alunos são usuários. Isso faz com que os jovens se interessem mais nas aulas”, explica o docente. “Os alunos ficam fascinados porque são coisas que eles praticam”, completa.

Mateus Antônio Rocha é um exemplo desse caso. Ele explica que a matemática torna-se mais fácil por meio das aulas de robótica. Ressalta apenas que precisa de dedicação. “A robótica abre bastante nossa visão na parte de mundo, porque não é difícil. Você tem que dedicar um tempo, tem que ir atrás de estudar, ver novas maneiras de programação, começar a se interessar”, afirma o estudante.

PROJETOS

Os conhecimentos adquiridos por Mateus já estão sendo usados na própria escola, por meio do projeto Jardim Automatizado, em que a turma coleta a água expelida pelos aparelhos de ar-condicionado da escola e a usa para irrigar os jardins da escola.

“Primeiro, calculamos a vazão da água do ar-condicionado usando os conhecimentos de programação. Aí adaptamos a programação com a quantidade de água, que é armazenada em dois galões de 20 litros cada. Dessa forma, evitamos o desperdício do líquido e evitamos a queima de



“As aulas são divididas em módulos, para facilitar o aprendizado. Cada módulo demora um semestre”

Ranildo Lopes,

professor de Robótica com Arduino do CFAF

algum componente importante do aparelho”, conta o aluno.

José Aroldo, colega de Mateus, diz que as aulas de robótica fazem com que ele se interesse mais pelo assunto, inclusive porque alguns aparelhos eletrônicos domésticos podem ser consertados pelos alunos. “Se, por exemplo, tiver algum defeito em aparelho eletrônico em casa, eu posso resolver, se tiver o conhecimento”, frisa o estudante, que também fez parte do projeto Jardim Automatizado.

Aroldo ressalta ainda que o conhecimento adquirido nas aulas de robótica atrai a atenção porque pode ser usado também para evitar o desperdício de água, regular o gasto de energia, na segurança.

O professor de Robótica com Arduino do CFAF, Ranildo Lopes, conta que as turmas são formadas por dez alunos-professores, com aulas aos sábados ou uma vez na semana, às quartas-feiras. “As aulas são divididas em módulos, para facilitar o aprendizado. Cada módulo demora um semestre”, diz o docente. Professores de 25 escolas do Piauí estão matriculados. ●



VÁRIAS AUTORIDADES DO GOVERNO DO ESTADO COMPARECERAM À SOLENIDADE DE LANÇAMENTO DO PROGRAMA HABITACIONAL, ALÉM DE REPRESENTANTES DA CEF E DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

ESTADO LANÇA PROGRAMA DE HABITAÇÃO DESTINADO AOS SERVIDORES PÚBLICOS

O PROJETO-PILOTO PREVÊ UM EMPREENDIMENTO COM 500 UNIDADES HABITACIONAIS, VOLTADAS PRIORITARIAMENTE PARA POLICIAIS MILITARES

TEXTO: SECOM/PI
FOTOS: JORGE BASTOS



O governador Wellington Dias, do estado do Piauí, assinou um edital de chamamento do Programa Habitar Servidor, criado para possibilitar a aquisição da casa própria. O projeto-piloto prevê um empreendimento com 500 unidades habitacionais, voltadas prioritariamente para policiais militares, com custo abaixo dos valores de mercado e taxas de juros atrativas, pela segurança de pagamento oferecida ao credor com desconto das prestações em folha de pagamento.

“Queremos abrir esse edital para, já no primeiro semestre de 2020, vencermos as etapas, iniciarmos a construção e entregarmos em 2021. O objetivo é gerar emprego, renda e atender a servidores de vários segmentos. Para eles, é uma segurança, pois o desconto já vem em folha” explicou o governador Wellington Dias.

O empreendimento, denominado Tiradentes (patrono da Polícia Militar), será construído em um terreno pertencente à PM-PI, por trás do terminal de passageiros da Avenida Presidente Kennedy, zona leste. A área, avaliada em R\$ 4 milhões, possui acesso asfaltado e infraestrutura de serviços básicos. O projeto prevê apartamentos de dois e três quartos, com área construída entre 45 m² e 65 m², e valores entre R\$ 120 mil a R\$ 195 mil por unidade.

A Caixa Econômica Federal é a financiadora. Construtoras interessadas no projeto devem enviar propostas para apreciação. A modelagem desenvolvida pela Superintendência de Parcerias e Concessões (Suparc) prevê geração de receita para a previdência estadual.

“De cada unidade habitacional vendida, no mínimo 4% serão revestidos para o fundo de previdência. Isso faz com que o estado consiga liberar, para investimento, recursos hoje destinados a pagar a dívida da previdência”, ressalta Viviane Moura, superintendente da Suparc.

O cronograma prevê a entrega dos apartamentos em 2021. Os interessados deverão renovar um cadastro previamente realizado pelo governo, do qual constam nomes de 16 mil servidores que necessitam de casa própria. O processo para financiamento dos imóveis é o mesmo já praticado pela Caixa. O proponente precisará de renda familiar a partir de R\$ 3 mil e não pode ter nome negativado nos sistemas de proteção de crédito.

“Por ser um terreno doado da PM, os policiais terão prioridade. Caso essas unidades não sejam preenchidas pela PM, abriremos para os demais servidores públicos”, explica Gilvana Gayoso,

diretora-presidente da Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH).

“O policial sai pela manhã para trabalhar e deixa sua família muitas vezes sem saber como fica. Estamos oferecendo um local com baixo custo, numa área privilegiada da zona leste, em condições adequadas. Acreditamos que, de fato, será um grande ganho para a PM”, comemora o comandante-geral da PM, coronel Lindomar Castilho.

“O objetivo é gerar emprego, renda e atender a servidores de vários segmentos. Para eles, é uma segurança, pois o desconto já vem em folha”

*Wellington Dias,
governador do Piauí*

DÉFICIT

Dados apresentados na solenidade de assinatura do programa indicam que o déficit habitacional é de 129.038 residências no Piauí e 32.243 em Teresina. O empreendimento Tiradentes é referencial para outros projetos planejados pela ADH para terrenos localizados nos bairros Parque Piauí, Nova Teresina e Uruguai.

“Para a construção civil é excelente! Uma iniciativa público-privada tirando mão da licitação pela licitação, mas com preço fechado, um produto desenhado, com toda ética que se pede hoje nas negociações. É o primeiro passo de vários que podem ser dados”, destaca Guilherme Fortes, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon).

Participaram da solenidade a vice-governadora Regina Sousa; o presidente da PiauíPrev, Ricardo Pontes; o secretário de Cultura, Fábio Novo; o secretário de Segurança, Fábio Abreu; deputados estaduais Flora Isabel e Carlos Augusto, além de representantes da Polícia Militar, Caixa Econômica Federal, Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, Sindicato da Indústria da Construção Civil e dos movimentos sociais. ●

A LEI QUE INSTITUI O PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE NO GOVERNO DO ESTADO FOI ASSINADA PELO GOVERNADOR CARLOS MASSA RATINHO JÚNIOR. A NOVA LEGISLAÇÃO ESTABELECE DIRETRIZES E MECANISMOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO, DE TRANSPARÊNCIA E DE CONTROLE INTERNO.



PARANÁ ENXUGA MÁQUINA ADMINISTRATIVA E BUSCA AGILIDADE E EFICIÊNCIA

**REFORMA ADMINISTRATIVA
POUPARÁ R\$ 160 MILHÕES EM
QUATRO ANOS. PARALELAMENTE,
ESTADO INVESTE EM INICIATIVAS
INOVADORAS, COMO O PROGRAMA
DE COMPLIANCE, INÉDITO NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

TEXTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA DO PARANÁ
FOTO: JOSÉ FERNANDO OGURA/ANPR

O governo do Paraná está implantando uma ampla reforma administrativa com o objetivo de transformar o estado em referência de administração pública moderna, íntegra e eficiente. Com o novo desenho da estrutura organizacional, o governo terá mais eficiência, menos burocracia e ainda vai economizar recursos públicos. Tudo isso, basicamente, porque estão sendo integradas estruturas afins, o que vai enxugar a máquina pública e agilizar bastante todos os processos e ações do governo.

Para isso, a reforma administrativa foi dividida

em três etapas. A primeira delas, a mais complexa, tratou exclusivamente das secretarias do governo, que foram reduzidas de 28 para 15, além da diminuição de 339 cargos comissionados e funções gratificadas (estas destinadas a funcionários concursados que ocupam função de coordenação ou chefia). O cálculo de impacto desta etapa é de uma economia anual de R\$ 10.683.471,31.

A segunda etapa da reforma foi finalizada pelo governo e encaminhada à Assembleia Legislativa na primeira quinzena de agosto. Nesta etapa, subdividida em pelo menos três projetos de lei, o foco é a junção e reestruturação das autarquias. Já a terceira etapa tratará da redução da estrutura física do estado.

Quando a reforma administrativa estiver completa, o estado vai poupar R\$ 160 milhões ao longo dos quatro anos da gestão, apenas com o corte no custeio. "É uma economia bem considerável, o que nos permitirá realizar investimentos e aumentar a qualidade de vida dos paranaenses", ressalta o governador Carlos Massa Ratinho Junior. "É uma ação que tem resultado financeiro, com economia aos cofres públicos, e que aumenta a eficiência da gestão", completou o governador.

INOVAÇÃO

Paralelamente aos processos que visam à eficiência da máquina, o Paraná também está colocando em prática iniciativas inovadoras. "Ao trazermos inovação para dentro do governo, com melhorias de processos e práticas modernas de gestão, vamos poder ter um governo mais ágil, enxuto e eficiente. Consequentemente, prestaremos um melhor serviço para população", explica o governador.

Entre os programas já implantados está o de Integridade e Compliance, inédito na administração pública estadual no Brasil. Coordenado pela Controladoria Geral do Estado (CGE), ele será implantado na administração direta, autárquica e fundações. A atividade envolve a concepção, implementação e monitoramento de políticas, procedimentos e práticas que primam pela moralidade e eficiência administrativa.

A adoção do sistema de compliance por parte de empresas é uma das exigências dos acordos de leniência, prevista na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.468). No caso da administração pública, o programa garante o atendimento ao interesse público.

Equipes da CGE já começaram a visitar secretarias para a primeira fase da implantação do programa, que consiste em levantar riscos e vulnerabilidades dos processos. Já deram início à implantação nas secretarias estaduais do Planejamento,

da Comunicação e Cultura, do Meio Ambiente, da Infraestrutura e Logística, além do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e do Desenvolvimento Urbano, incluindo o Paraná Cidade.

COMPLIANCE

Compliance vem do termo em inglês que significa "cumprimento, conformidade, observância" de regras, leis e princípios éticos. Porém, o programa vai muito além desta definição e, com métodos específicos, levanta potenciais riscos de práticas irregulares e processos vulneráveis a fraudes, subornos e desvios de conduta.

A aplicação do método, já comum na iniciativa privada, é a base da cultura ética e honesta, que fortalece a credibilidade, pela segurança no cumprimento da legislação.

Com a aplicação da metodologia de compliance, o governo do Paraná aumenta a transparência de suas ações, aprimora o combate à corrupção e determina uma gestão eficiente e confiável dos recursos públicos. ●

GOVERNADOR CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR APRESENTA BALANÇO DOS 100 DIAS DE GESTÃO





O E-PROTOCOLO É UM SISTEMA DE FÁCIL UTILIZAÇÃO. MAS QUEM ENFRENTA DIFICULDADES PODE FAZER TREINAMENTOS, POR MEIO DE CURSOS ON-LINE

GOVERNO SEM PAPEL

PARANÁ MODERNIZA A TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS, AGILIZA O ATENDIMENTO AO CIDADÃO E ECONOMIZA RECURSOS COM O E-PROTOCOLO DIGITAL, INICIATIVA QUE REVOLUCIONOU O SERVIÇO PÚBLICO NO ESTADO

TEXTO: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS/PR
FOTOS: GERALDO BUBNIAK/ ANPR

Passou o tempo em que as mesas de trabalho das secretarias de estado no Paraná ficavam abarrotadas com processos. A adoção do e-Protocolo Digital, serviço desenvolvido para ser a porta de entrada de todas as demandas aos serviços públicos estaduais, tem proporcionado desburocratização nos atendimentos e economia aos cofres públicos.

Em julho de 2018, quando foi implantado, tramitavam no estado cerca de 50 mil processos, sendo 91% em papel. Em julho de 2019, eram cerca de 70 mil processos tramitando, 81% digitais. E a meta do governo é fechar 2019 com 100% dos processos digitalizados no estado.

O e-Protocolo Digital é utilizado por prefeituras, órgãos públicos da própria estrutura do estado, empresas e pessoas físicas. O sistema possui ferramentas intuitivas e de fácil manuseio. Para os usuários com dificuldades, são ofertados treinamentos presenciais e a distância, bem como disponibilizados manuais técnicos do sistema.

Entre os benefícios da funcionalidade, estão a transparência, eficiência, acessibilidade, sustentabilidade, desburocratização e redução do uso de materiais, mão de obra, serviços de malote e espaço para armazenamento dos cerca de 500 mil processos registrados por ano. Segundo o Departamento de Arquivo Público (Deap), onde são guardados os documentos permanentes de todos os órgãos do estado, a economia com o armazenamento deve ser de R\$ 2,4 milhões por ano, em média, e cerca de 10 mil árvores deixarão de ser abatidas.

“Além de ser um sistema de fácil utilização, ainda oferecemos treinamentos, através de cursos on-line, para capacitar qualquer pessoa que precise usar o e-Protocolo. Utilizar a ferramenta traz agilidade, gera economia, eficiência e desburocratização”, explica o diretor-geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, Bráulio Cesco Fleury.

TEMPO

Além da economia e agilidade, o e-Protocolo trouxe importantes reduções no tempo de tramitação dos processos. Assuntos de recursos humanos, como aposentadoria, abonos e licenças, já estão integralmente implantados ao sistema e bem mais ágeis.

O trâmite dos processos de aposentadorias – que da forma física chegava a levar 136 dias – passou para 50 dias com o sistema digital, segundo dados da ParanaPrevidencia.

Na Seap, o tempo médio de tramitação dos processos caiu consideravelmente. Para se ter uma ideia, o processo de compra de materiais – quando o trâmite se dava em papel – chegava a 30 dias entre o início do protocolado e a liberação para licitação. Com a adoção do protocolo digital, o tempo médio caiu para sete dias.

Em outras secretarias de governo, o ganho também é evidente. Na Procuradoria-Geral do Estado, o tempo médio de tramitação de expedientes administrativos foi reduzido de 149 para 10 dias após a adoção do e-Protocolo Digital.

Outro exemplo de sucesso vem da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), que passou a adotar o protocolo 100% digital em processos de parcelamento do solo nos municípios



Além de dar agilidade e reduzir a zero o uso do papel, o e-Protocolo permite a assinatura de convênios a distância, pela Internet, mediante certificação digital

da Grande Curitiba. O órgão deixou de exigir, por exemplo, assinatura nos processos. Isso fazia com que os mesmos fossem impressos, assinados para, depois, serem escaneados.

Com a mudança na regra, os projetos já são enviados diretamente de forma digital para anuência, desburocratizando os trabalhos. Estas e outras melhorias permitiram agilidade na análise dos processos. Até julho deste ano, o órgão já analisou 492 processos. Nos 12 meses de 2018, a Comec conseguiu analisar 510 processos.

PREFEITURAS

A Secretaria do Desenvolvimento Urbano (Sedu) cadastrou os 399 municípios do Paraná no sistema e-Protocolo, com o objetivo de facilitar os processos de liberação de recursos aos municípios e que são feitos pela Sedu. Além de dar agilidade e reduzir a zero o uso do papel, o e-Protocolo permite a assinatura de convênios a distância, pela Internet, mediante certificação digital. ●



GOVERNO DO RJ DESENVOLVE PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS

INSTRUMENTO É BASEADO NA ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RISCOS DE IMPLEMENTAÇÃO E DE SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA DOS INVESTIMENTOS ESTADUAIS

Com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação de recursos em investimentos e evitar desequilíbrios orçamentários futuros, provocados por impactos não planejados na operação, o governo do estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria da Casa Civil e Governança, desenvolveu e implementou um planejamento inovador para o exercício de 2020, com projeções para os exercícios subsequentes: o Plano Anual de Investimentos.

Além da contribuição para o reequilíbrio e sustentabilidade das despesas públicas, a metodologia estimula e apoia o planejamento detalhado dos órgãos setoriais, para majorar a efetividade dos investimentos estaduais.

O plano é formado pela consolidação das propostas de investimento elaboradas por órgãos e

TEXTO E FOTOS: SECOM-RJ

entidades integrantes do orçamento estadual. Após o planejamento orientado pelo órgão de qualificação da despesa pública, todas as propostas são submetidas a uma análise de riscos e viabilidade, que permita orientar a atividade decisória da administração pública estadual acerca da aplicação de recursos.

A análise de riscos é estabelecida por parâmetros mínimos de detalhamento para todos os projetos de investimentos, de forma a garantir a aferição de três eixos de risco: de implementação, orçamentário-financeiro e de sustentabilidade orçamentária.

O desenvolvimento da maturidade das propostas setoriais e a mitigação dos riscos identificados acontecem continuamente, na fase de preparação, na execução e na pós-implementação, transformando o plano em um instrumento “vivo”, capaz de evoluir e mitigar os riscos identificados.

ACOMPANHAMENTO DO PLANO

O plano é apresentado por meio de um portfólio digital de investimentos em que o gestor e potenciais financiadores externos podem acompanhar a evolução das notas de risco e os elementos mais significativos do planejamento.

A divulgação do portfólio para financiadores externos, com a matriz de riscos exposta e disponível para identificação de fortalezas e fragilidades, demonstra a progressão gradativa de maturidade e segurança institucional e consequente potencialização da captação de recursos de fontes externas.

Para o exercício de 2020, o Plano Anual de Investimentos do Estado do Rio de Janeiro prevê a realização de 371 projetos de investimento.

INTEGRAÇÃO

O plano de investimentos também exerce importante papel na integração dos instrumentos formais no ciclo de planejamento. As ações orçamentárias de projetos planejadas no Plano Plurianual (PPA) devem ter todos os seus custos detalhados e vinculados à proposta de investimentos, vinculando-os à programação orçamentária para o exercício subsequente.

Com base nessas informações detalhadas, o plano também atua como porta de entrada no planejamento das despesas previstas para o exercício no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) com o objetivo de potencializar os resultados dos recursos aplicados em investimentos. Seguindo a metodologia, os investimentos que apresentarem baixo grau de maturidade e alto risco para a sustentabilidade orçamentária não receberão aporte de recursos de fonte própria do tesouro estadual.

“Se um projeto de investimento possuir alto risco de implementação, deve ser revisado, para que se evite o aporte de recursos em investimentos com baixa probabilidade de execução. Usamos a mesma metodologia no caso de uma proposta de investimento com custos de operação que apresentem um alto risco de desequilíbrio orçamentário futuro ou até de inviabilização da operação do investimento”, explica o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Casa Civil e Governança, Bruno Schettini.

Para o processo de elaboração da PLOA 2020, a metodologia foi aplicada na sua integralidade. A programação detalhada no plano de investimentos e as respectivas notas de risco serviram como critério de seleção dos projetos de investimentos aptos a receberem recursos de fonte do Tesouro estadual. Foi ainda aplicado um critério final de priorização, utilizando-se os anexos de metas e prioridades do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023.

OS TIPOS DE RISCO

- O **risco de implementação** é o conjunto de riscos operacionais que, se não analisados e tratados, podem comprometer a implementação do investimento.
- O **risco orçamentário-financeiro** é diretamente ligado à capacidade de um adequado planejamento dos recursos, materializa-se em grande escala quando da inobservância de todos os insumos e recursos necessários para o investimento e seus custos acessórios; e
- O **risco de sustentabilidade orçamentária** é advindo do conjunto de investimentos da organização, que pode gerar alto impacto no conjunto do planejamento orçamentário da organização quando o impacto da operação daquele investimento não é dimensionado e absorvido na projeção da despesa corrente futura.





PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023: GRUPO ATUA NO SENTIDO DE REEQUILIBRAR E GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DAS DESPESAS PÚBLICAS

ESTADO APOSTA NA GESTÃO DE RESULTADOS NO PPA 2020-2023

DOCUMENTO REFLETE OS COMPROMISSOS DO GOVERNO COM A POPULAÇÃO FLUMINENSE PARA OS PRÓXIMOS QUATRO ANOS. FORAM DEFINIDOS 57 PROGRAMAS, DIVIDIDOS EM QUATRO EIXOS

TEXTO E FOTOS: SECOM-RJ



Resultado de um trabalho coletivo realizado por diferentes áreas de atuação da administração pública estadual, o Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 reflete o principal compromisso do governo do estado do Rio de Janeiro: em um contexto de crise, viabilizar soluções para os problemas que atingem a população fluminense, por meio do trabalho em parceria das secretarias, otimizando recursos e focando nos resultados planejados.

Sob a coordenação da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, foram definidos 57 programas, sendo 50 somente do Executivo, que estão divididos em quatro eixos – Segurança Cidadã e Jurídica, Modernização da Gestão e Governança, Desenvolvimento Econômico e Regionalização e Desenvolvimento Humano e Social.

O novo modelo de PPA reduziu o número de programas de 213 para 57, direcionando a programação dos órgãos, antes pulverizada, para a construção uma estrutura mais enxuta, compatível com a realidade financeira do estado. A lógica da formulação de programas também mudou. Antes baseado em divisões administrativas, o novo plano foi estruturado a partir da lógica das políticas públicas, com a construção de iniciativas multissetoriais para a resolução de problemas de forma colaborativa.

“Mudamos o perfil do PPA 2020-2023, deixando-o mais objetivo e com maior efetividade para o governo. Uma das principais alterações foi fazer com que os gestores e secretários pensassem em políticas públicas de forma que houvesse uma sinergia entre as Pastas e não somente ações isoladas”, afirmou o secretário da Casa Civil e Governança, André Moura.

Outra inovação do plano foi a incorporação de indicadores de resultado, capazes de sinalizar as consequências concretas das ações executadas e dos bens e serviços ofertados pelos programas. Enquanto o indicador de produto, o único presente no modelo de PPA anterior, media apenas as entregas no curto prazo, o indicador de resultado incorporado no novo modelo afere os benefícios concretos decorrentes dessas entregas.

“Os dados do PPA 2016-2019 apontam que 43% das ações propostas não tiveram nenhuma execução orçamentária, ou seja, quase nada saiu do papel. Além disso, ainda houve ações iniciadas que foram paralisadas, levando ao gasto de recursos sem o alcance das metas previstas. A partir da introdução da gestão para resultados, com indicadores que permitem corrigir o rumo das iniciativas de forma ágil e eficaz, vamos reduzir o desperdício de recursos públicos e manter o

“A mudança de cultura que queremos promover no estado, com a incorporação da gestão para resultados, é um processo contínuo, que foi iniciado pelo atual governo desde o primeiro dia de gestão”

Bruno Schettini,

subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Casa Civil e Governança

foco nos resultados pretendidos”, ressaltou o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Gestão da Casa Civil e Governança, Bruno Schettini.

INSTRUMENTO DE GESTÃO

O documento, que também contempla o planejamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, foi concebido para ser um instrumento de gestão, bem como um marco de referência para o desenvolvimento do território estadual. Ao todo, 57 programas e 676 ações foram dispostos no documento, que traz a programação das 23 secretarias de Estado, além de empresas estatais independentes e dos demais poderes.

Para que os gestores estaduais elaborassem a programação de acordo com o novo modelo gerencial de PPA, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão investiu na qualificação de representantes lotados em todas as secretarias e demais órgãos estaduais, formando uma Rede de Planejamento. Cerca de 250 integrantes da rede compareceram aos cursos de metodologia e processo de planejamento e de gestão por indicadores, e mais uma centena foi capacitada para operar o Sistema de Inteligência de Planejamento e Gestão. Além dos integrantes da rede, a qualificação também atingiu mais de 50 assessores parlamentares responsáveis pela elaboração de emendas ao PPA, que compareceram a um seminário sobre o novo modelo do Plano Plurianual.

“A mudança de cultura que queremos promover no estado, com a incorporação da gestão para resultados, é um processo contínuo, que foi iniciado pelo atual governo desde o primeiro dia de gestão. Pretendemos seguir investindo na qualificação das equipes de planejamento e vamos monitorar de perto o atingimento de metas e resultados programados”, ressaltou o subsecretário Bruno Schettini. ●

BRUNO SCHETTINI

SUBSECRETÁRIO DE
PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO
E GESTÃO DA
CASA CIVIL E
GOVERNANÇA
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO



“O MAIOR DESAFIO É REALIZAR UMA GRANDE MUDANÇA NA FORMA DE GERIR A MÁQUINA PÚBLICA”

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA DO RIO DE JANEIRO DIZ QUE AS DEMANDAS DA SOCIEDADE MUDAM E QUE O ESTADO DEVE ACOMPANHAR ESSAS MUDANÇAS

Como conselheiro, como o senhor avalia o papel do Consad para que os Estados possam vencer tantos desafios que atualmente perpassam a gestão pública?

O Consad, dentre tantas outras características e importância do trabalho, tem como principal atuação a sinergia e a troca de experiências entre gestores públicos e entes federativos, em que busca-se o mesmo objetivo: servir à população por meio de uma gestão pública, atual e eficiente, na condução de políticas necessárias para atender as demandas sociais. Cabe observar que os gestores públicos, à frente das áreas administrativas e da gestão de políticas públicas nos estados, enfrentam, muitas vezes, problemas similares dentro de um rol comum de restrições e de demandas da sociedade. O Consad vem para trazer um ponto de equilíbrio e troca de experiências, tornando-se um ambiente seguro, no qual os gestores podem experimentar, externar e aprender com seus pares de formas diferentes. A troca de experiências de gestão, incluindo as malsucedidas, faz com que aprendamos com ações já implantadas, evitando o gasto de tempo, recursos e pessoal em soluções que não renderam o retorno esperado.

Atualmente, o Consad tem se aprofundado em pautas que estão relacionadas com as reformas administrativas no âmbito estadual e, de modo geral, o Rio de Janeiro tem tido um papel importante nisso. Em sua opinião, qual a importância deste tema para a administração pública brasileira?

A sociedade brasileira vem evoluindo. As demandas da sociedade mudam e o Estado deve acompanhar essas mudanças, tornando-se mais próximo e eficiente, sendo capaz de dar as respostas necessárias. O Rio de Janeiro tem um histórico de liderança. Seja por questões geográficas, por ter sido capital do país, ou pela pujança e imponência da sua economia – durante muito tempo o estado foi um grande celeiro de bons exemplos no que tange à administração pública. O que o governo Wilson Witzel tem buscado, desde o começo da sua administração, é recuperar essa posição de liderança do estado do Rio de Janeiro, trazendo o que há de mais novo, eficiente e desenvolvido em técnicas de administração. O Estado, assim como a sociedade, tem que estar atento e pronto para absorver e implementar inovações. Se os anseios da população mudam, o Estado, na sua

“A administração fluminense acredita que o Consad é uma oportunidade de “emprestar” seus serviços e bons exemplos e contribuir para a melhoria da gestão pública brasileira.”

contraprestação de serviço, também tem de mudar. Isso é latente na atual administração, e é uma tendência entre todos os entes. Aliás, é uma tendência entre todos os entes do Consad. A administração fluminense acredita que o Consad é uma oportunidade de “emprestar” seus serviços e bons exemplos e contribuir para a melhoria da gestão pública brasileira.

Muito se debate sobre a questão da profissionalização dos servidores públicos em áreas estratégicas. Qual o papel do Consad frente a esse debate? É uma preocupação?

A administração pública é feita por seus servidores. Ao posicioná-los em áreas estratégicas, com poder de decisão e de implementação das grandes mudanças, o resultado são atualizações e inovações necessárias para dinamizar a gestão estadual. A profissionalização desses servidores e o desenvolvimento de competências são tema central para o Consad. Por ser o fórum responsável pela temática de gestão de pessoas nos estados, o Consad se torna ambiente para se pensar, a longo e médio prazo, o futuro da administração pública brasileira. Cabe ressaltar que a continuidade das políticas e a perpetuação da boa gestão se dá por meio dos servidores que integram a administração pública.

Como conselheiro, como o senhor entende a necessidade da transformação digital nos estados? Como isso tem sido feito no Rio de Janeiro, por exemplo?

A crescente oferta de tecnologias, como dispositivos móveis e a própria internet, possibilitou ao poder público prestar diversos serviços à sociedade de uma forma muito mais célere, próxima, conveniente e barata. Além disso, a transformação digital é inevitável para melhorar os resultados das políticas públicas, bem como para agilizar a área administrativa. Nesse sentido, o governo do Rio de Janeiro iniciou a implementação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), cumprindo a meta de digitalização de 100% dos processos até março de 2020. A iniciativa, além da economia de recursos públicos, visa a promover maior transparência das informações e redução da burocracia, inclusive com a entrega direta de ações voltadas à população, como, por exemplo, no caso dos serviços oferecidos pelo Detran. Outra iniciativa foi a assinatura de um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público Estadual para que tanto a população como o MP tenham fácil acesso aos recursos públicos e à aplicação dos mesmos, de forma virtual. Essas e outras iniciativas fazem parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, capitaneado pela Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

Qual a importância da realização de fóruns conjuntos realizados pelo Conselho? Qual o legado que o Rio de Janeiro quer deixar ao sediar 112ª edição do Fórum Conjunto Consad/Conseplan?

A organização administrativa dos estados apresenta diferentes composições, em que as áreas de planejamento, administrativa, fiscal e orçamentária podem ou não integrar uma mesma secretaria. A realização de



fóruns conjuntos, com a participação dos secretários de Administração e de Planejamento, coloca discussões convergentes e complementares dentro de um mesmo espaço. O estado do Rio de Janeiro foi muito prejudicado pelos últimos governos, que deixaram a desejar em relação às boas práticas de gestão pública, resultando na atual situação de calamidade financeira. Trazer o fórum para o Rio de Janeiro é demonstrar o que 11 meses de boa gestão já fizeram para mudar a realidade do estado, como, por exemplo, a melhoria dos índices de segurança, o aumento do investimento na área de saúde e educação, o crescimento da arrecadação, a ampliação do número de turistas, entre outros. E a melhor forma de comprovar a seriedade e o comprometimento do trabalho realizado por este governo por meio da presença dos secretários do país inteiro dentro do estado, que podem conferir 'in loco' as mudanças.

Se fosse para elencar, qual o principal desafio das secretarias de Administração e Gestão nos próximos anos? E o Consad? Qual a sua participação nisso tudo?

O maior desafio é realizar uma grande mudança na forma de gerir a máquina pública para evitar o modelo burocrático ultrapassado que nos foi deixado de herança. Aprender com os erros do passado e aplicar essa experiência numa transformação completa, apresentando eficiência, reduzindo o tamanho da máquina, ofertando mais para a sociedade e entregando um maior retorno para a população. Fomentar as melhorias para que as grandes entregas, na área de saúde, educação, segurança e outras, sejam influenciadas pelas melhores práticas de gestão. A tarefa de repensar a forma de se gerir é difícil e de longo prazo. Ao representar o conjunto dos secretários responsáveis por mudar a gestão pública nos seus estados, o Consad vira o grande grupo de implementação dessas mudanças, seja pela troca de experiências, pelo suporte e pela expertise. O Consad, ao se pronunciar e buscar apoios com grandes players mundiais, apresenta o que há de melhor de cada estado para um grupo coeso e que, ao atuar em conjunto, entrega mais, tem mais possibilidades de aplicação dentro e fora do país. ●



O ARQUIVO PÚBLICO É UM DOS SETORES BENEFICIADOS PELA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RIO GRANDE DO NORTE INVESTE EM TECNOLOGIA E FACILITA A VIDA DO CIDADÃO

INAUGURADA NO DIA 2 DE SETEMBRO DESTE ANO, A ESCOLA DE TI PARA A GESTÃO PÚBLICA AGILIZA PROCESSOS E CONECTA O GOVERNO DO ESTADO AOS CIDADÃOS, MELHORANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

TEXTO E FOTOS: ASCOM/SEARCH

Em uma sociedade cada vez mais digitalizada, as soluções e ferramentas desenvolvidas aproximam o governo do estado e a população potiguar.

Criada com o objetivo de dotar a Administração Pública local de um ambiente propício ao desenvolvimento de software livre para a melhoria na prestação dos serviços públicos, a Escola de TI contribui também para reduzir custos, reconhecer o potencial da equipe técnica estadual e oportunizar a qualificação dos futuros profissionais da área, valorizando servidores e contribuindo para a formação de universitários.

Com a criação da Escola de TI, o estado reduz custos, uma vez que diminui a contratação de sistemas terceirizados, e avança no sentido de criar novas possibilidades para a geração de receita como, por exemplo, o RN Consig, sistema próprio de consignação do governo do estado, que já está em funcionamento, cuja previsão de arrecadação é de R\$ 6 milhões por ano.

Os recursos gerados por meio de consignações serão revertidos para o Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado (Fundespe), exclusivo para capacitação do servidor estadual e modernização das instalações e de equipamentos da Escola de Governo. Isso significa que esse montante retorna para a sociedade por meio de servidores mais qualificados.

Já com o sistema de gestão hospitalar em desenvolvimento, o Kiron, estima-se uma economia anual de R\$ 5 milhões, pois permitirá que o governo substitua a contratação de software para gerir as unidades de saúde por um sistema próprio desenvolvido e mantido pela equipe estadual.

Uma solução tecnológica desenvolvida pela equipe para atendimento à população e agilidade dos serviços é o Ceres – sistema que disponibiliza informações sobre o agronegócio potiguar, subsidiando produtores, criadores e agricultores, e informando sobre políticas públicas voltadas para o setor com mais transparência. Além disso, oferece assistência técnica aos agricultores familiares por meio de serviços como cotação de preços, cálculo de ração animal, simulador de crédito rural e legislação específica.

SERVIÇOS

O Ceres Cidadão é o módulo do sistema que faz agendamento para emissão de RG nas Centrais do Cidadão localizadas em vários municípios do Rio Grande do Norte, reduzindo o tempo de espera e as filas. Também disponibiliza outros serviços, como solicitação de parcelamento de débitos e a transferência de titularidade da conta de água junto à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN).

Idealizada pela Secretaria de Estado da Administração, a Escola de TI leva serviços públicos aos cidadãos com as soluções e softwares desenvolvidos por uma equipe formada por servidores públicos estaduais e universitários de cursos como Engenharia da Computação, Ciências da Computação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Sistemas de Informação.

A participação dos estudantes é viabilizada por meio de termos de cooperação técnico-científicos firmados entre a Secretaria de Estado da Administração (SEAD) e as instituições de ensino superior, além da Fapern (Fundação de Apoio à Pesquisa do RN), visando a fomentar a Tecnologia, a Ciência, a Inovação e a Pesquisa na área de TIC no âmbito estadual. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e a Universidade Potiguar já assinaram os respectivos termos de cooperação com a secretaria.

A Escola de TI, vinculada à SEAD, é coordenada pelo servidor público estadual e professor universitário Hideljundes Paulino. O laboratório instalado na Escola de Governo conta com cerca de 30 pessoas, entre servidores e estudantes.

Para o coordenador, “o mais importante é que, ao desenvolvermos nossas próprias plataformas,



A participação de estudantes universitários dos cursos de Ciência e de Engenharia da Computação tem ajudado a revolucionar o serviço público no Rio Grande do Norte

detemos a propriedade intelectual dos softwares. Isso significa que o trabalho não corre o risco de ser interrompido por término de contratos ou algo semelhante.”

Salientou ainda que o laboratório já funciona com uma infraestrutura necessária para a criação de softwares que possuem aplicabilidades úteis para a sociedade, além de estimular os alunos a colocarem os conhecimentos da vida acadêmica em prática e, ao mesmo tempo, remodelar a maneira de prestar serviços públicos.

Entre as plataformas já desenvolvidas ou em desenvolvimento pela Escola de TI estão o sistema de agendamentos da Central do Cidadão; Portal da Transparência; Sistema de Informação e Gerenciamento do Campo (Ceres Cidadão); RNConsig – Sistema de Consignados; Sistema de Cadastro do Banco de Talentos; Kiron, para gestão hospitalar, e o aplicativo de controle do restaurante popular. ●



E-DÍVIDA AJUDARÁ RONDÔNIA A CONTROLAR OS PRECATÓRIOS

SISTEMA GERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS ADMINISTRARÁ PAGAMENTO DE R\$ 1,5 BI

TEXTO E FOTOS: MAXIMUS VARGAS (SECOM-RO)

“Vamos supor que um servidor público tenha um processo judicial pedindo vale-transporte. Tanto a Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas (Segep) quanto a Procuradoria Geral do Estado (PGE) terão acesso a essa informação. A Segep vai colocar na ficha funcional que o servidor entrou com pedido de auxílio-transporte naquele determinado período e, assim, as informações vão se cruzar. Atualmente, essas informações não se cruzam e se tornam um problema para os cofres públicos. Essa será uma das principais funções do sistema e-Dívida”, comenta Emiliano de Souza Marinho. Ele e mais 18 servidores da Secretaria de Estado de Finanças (Sefin) vão trabalhar diretamente com o novo sistema.

Rondônia tem mais de 2.500 processos de dívidas do estado em ações judiciais, os chamados precatórios. Todos esses processos resultam em valor aproximado a R\$ 1,5 bilhão. Hoje o pagamento de precatórios é realizado pelo Tribunal de Justiça, mas em janeiro de 2020 passará a ser efetuado pelo Poder Executivo Estadual.

Devido a essa situação do governo de Rondônia, a Superintendência do Estado para Resultados (EpR) vai desenvolver o e-Dívida, sistema que trabalha com o controle dos processos de precatórios. Além disso, o sistema vai ajudar a fazer revisão de cálculo.

Para se ter o controle desses processos, atualmente, os servidores fazem uso de planilhas. Então, há uma dificuldade de controle e, com isso, existe uma margem de erro para saber o valor real da dívida e o valor já pago.

As informações que alimentarão o e-Dívida vão sair do Sistema de Administração de Precatórios (Sapre), do TJ. Segep, PGE e Sefin poderão ter conhecimento integrado das informações de processos e valores já pagos e pendentes.

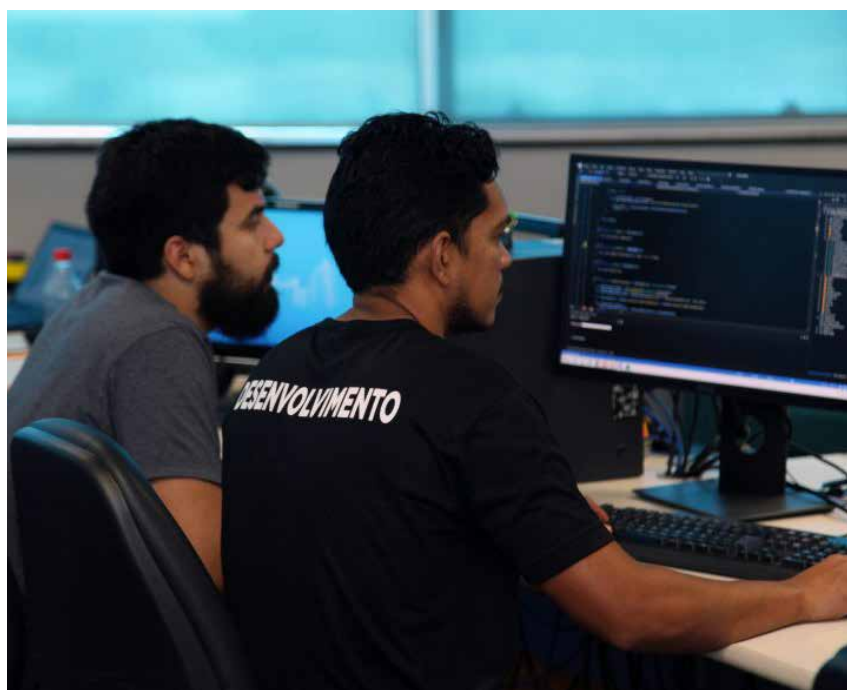
Segundo o superintendente da EpR, coronel Delner Freire, só o e-Dívida não vai diminuir o número de processos e nem acelerar os pagamentos, pois, nesse momento, o objetivo do sistema é obter o controle do que está sendo pago. “Talvez isso possa facilitar essas outras funções em um segundo plano ou com atualização do sistema, mas o e-Dívida vai ajudar nas tomadas de decisões da Sefin”, pondera Freire.

Existe uma emenda constitucional que obriga todos os estados a quitarem seus saldos de precatórios até 2024. Rondônia está procurando meios,

Rondônia tem mais de 2.500 processos de dívidas do estado em ações judiciais, os chamados precatórios. Todos esses processos resultam em valor aproximado a R\$ 1,5 bilhão

soluções e maneiras de negócios de compensação de créditos. Com o Compensa Rondônia, a compensação da dívida pela dívida ativa reduz esse estoque de precatórios.

Se tivesse que fazer esse trabalho sem o sistema, os servidores deveriam analisar mais de 2.500 processos de precatórios. Com o sistema, essa atividade passa a ser de forma automática. ●



ATÉ O FINAL DO ANO, A EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DA SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO PARA RESULTADOS (EPR) ENTREGARÁ O SISTEMA E-DÍVIDA



GERÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO PARA RESULTADOS CONTA COM 100 PROJETOS EM ANDAMENTO SOB A RESPONSABILIDADE DE 40 SERVIDORES

SISTEMAS EVITAM DESPESAS COM PAPEL E TRAZEM ALÍVIO PARA OS COFRES PÚBLICOS

SÓ O SEI GARANTE UMA REDUÇÃO DE CUSTOS DA ORDEM DE R\$ 12 MILHÕES POR ANO. MAS OUTRAS INICIATIVAS TAMBÉM CONTRIBUEM PARA A ECONOMIA DE RECURSOS DO ESTADO COM O USO DA INFORMATIZAÇÃO

TEXTO: GAIA BENTES
FOTOS: FRANK NÉRY E ARQUIVO SEFIN

Mais de R\$ 12 milhões são economizados por ano em impressão de papel apenas com o uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Outros três sistemas contribuem para economia aos cofres públicos do estado de Rondônia: a Plataforma de Publicação Eletrônica, o Sistema Integrado de Frequência e o Sistema de Vigilância Sanitária.

O desenvolvimento do governo conta com mais de 100 softwares que estão sendo produzidos para solucionar problemas e, consequentemente, gerar resultados econômicos, contribuindo também para dar maior celeridade ao andamento dos processos criados.

Com base no Planejamento Estratégico de Governo, produções de softwares são requeridas para o desenvolvimento do estado. A Superintendência do Estado para Resultados (EPR) é responsável por essa contribuição, que conta com 40 servidores dedicados, entre programadores e negócios, os quais analisam todos os aspectos com mapeamento de processos, desenho da realidade atual do processo, avaliando a partir de onde deve tornar-se software e onde se faz necessária apenas uma mudança de processo para gerar economia, com utilização de técnicas de *startup* para validar a viabilidade do produto e sua resolução.

Para a impressão de um documento, os custos englobam deslocamento, pessoal para circulação, manutenção de impressoras, papel sulfite, locação ou manutenção de imóvel, arquivo deslizante, locação de impressora, armário, arquivo, envelope, carimbo, caixa de arquivo morto, despesas com cópias de processos, caixa correspondência, canetas esferográficas, grampeador, pasta de arquivos, colchete, perfurador, grampos para grampeador e compra de *scanners*, consumindo, por ano, cerca de R\$ 12.742 milhões dos cofres públicos de Rondônia.

Cerca de três milhões de documentos são gerados internamente via SEI. Lançado em 2017, contribui para a redução dos gastos com papel, aluguel de impressoras, tonner e energia. O sistema, utilizado por 29.370 servidores e quase três mil cadastros externos, possibilita saber, também, quais documentos ainda estão sendo impressos, representando menos de 2% de documentos gerados para impressão.

SISTEMAS

A Plataforma de Publicação Eletrônica é um sistema que foi aprimorado e está sendo relançado, com a possibilidade de publicação de documentos dos clientes externos ao governo, como prefeituras,

pessoas físicas e jurídicas, outros poderes, de forma eletrônica, sem a necessidade de impressão de documentos.

O Sistema Integrado de Frequência, de uso interno, controla a frequência por biometria dos servidores públicos do Estado. Por exemplo, todo servidor precisa entregar no mínimo uma folha de papel com sua frequência de trabalho. Substituído pelo software, não há mais essa necessidade de gasto com as impressões das folhas. Em fase de implantação e expansão, o sistema já é utilizado em mais de 10 secretarias e até o fim desse ano todo o estado será integrado à utilização.

Já o Sistema de Vigilância Sanitária foi criado para acelerar o processo de notificação da Agência de Vigilância em Saúde (Agevisa), possibilitando a informatização do processo de vigilância sanitária, desde a manifestação do interesse de renovação ou da necessidade, até a emissão da certidão de liberação dos regulados para as empresas e prefeituras do estado. Ativo, o sistema está com data de lançamento prevista para 31 de agosto.

“Todos esses sistemas geram um grande volume e tráfego de informação, sendo o SEI o maior deles, com cinco gigas de informação, diariamente, e cerca de cinco mil documentos diários, os quais seriam todos impressos se não existisse o SEI”, explica o especialista em sistema de informação Maicon Moreira, gerente de desenvolvimento da EPR.

A Secretaria Estadual de Finanças (Sefin) desenvolveu, por meio da sua Gerência de Informática, o Sistema de Cotas de Impressão. Com isso, conseguiu registrar uma economia de quase R\$ 3 mil reais por mês com a utilização de um código por cada servidor para realizar impressões e cópias de documentos em 50% das impressoras. Segundo a gerência, em julho de 2018 a dimensão de gastos chegou a R\$ 13.499,44, e em junho de 2019 atingiu R\$ 9.205,20, cerca de 20 mil impressões a menos que no ano anterior.

A EPR atua com frequência no desenvolvimento de treinamentos semanais e mensais para capacitação de novos servidores públicos, com uma nova ação de descentralização de algumas atribuições do SEI, para empoderar ainda mais as secretarias no uso da ferramenta. “São mais de 100 sistemas em produção, que de alguma forma trazem economia. É um atelier de software, que precisa pensar como um artista sobre a necessidade do estado, analisando e customizando conforme a necessidade. Como um novo software que será lançado para controle do patrimônio e um sistema de folha de pagamento que começará a ser desenvolvido”, acrescenta Maicon. ●



ANUNCIADO O PCCR PARA OS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

GOVERNADOR DO ESTADO GARANTE QUE OS FUNCIONÁRIOS
COMEÇARÃO A RECEBER O PLANO DE CARGOS,
CARREIRAS E REMUNERAÇÕES JÁ EM JANEIRO. SERÃO
492 PESSOAS BENEFICIADAS COM A MUDANÇA

TEXTO: RODRIGO SANTANA
FOTO: SECOM/GOVERNO DE RORAIMA

O governador de Roraima, Antonio Denarium, anunciou, em outubro, que pagará o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) da administração indireta, a partir de janeiro de 2020, beneficiando 492 servidores públicos. O anúncio ocorreu durante coletiva à imprensa, no Salão Nobre do Palácio Senador Hélio Campos.

A decisão de implantar de forma efetiva o plano da categoria foi tomada após o Executivo estadual ter realizado estudo de impacto financeiro. “Estamos trabalhando para equilibrar as contas públicas, acabando com os excessos e desperdícios, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal”, explicou o governador.

Denarium frisou que nunca teve a intenção de prejudicar – e muito menos tirar – o direito dos servidores públicos da administração indireta. Estamos fazendo uma gestão séria, com boa aplicação dos recursos públicos. Hoje estamos corrigindo uma injustiça com esses servidores, que estavam recebendo abaixo do teto”, disse.

O chefe do Executivo destacou ainda o compromisso de sua gestão em valorizar o servidor público, por ser uma das molas propulsoras do desenvolvimento do estado. “Nós pagamos os fornecedores do estado só após realizarmos o pagamento do salário dos servidores rigorosamente em dia”, enfatizou.

Ele lembrou que está trabalhando para melhorar a arrecadação do estado para poder ampliar as ações de sua gestão. “Peço aos servidores da administração



DURANTE A COLETIVA, FOI ANUNCIADO O IMPACTO FINANCEIRO DE R\$ 20 MILHÕES DO PCCR DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

“Estamos trabalhando para equilibrar as contas públicas, acabando com os excessos e desperdícios, cumprindo o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal”

Governador Antonio Denarium

IMPACTO FINANCEIRO SERÁ DE R\$ 20 MILHÕES

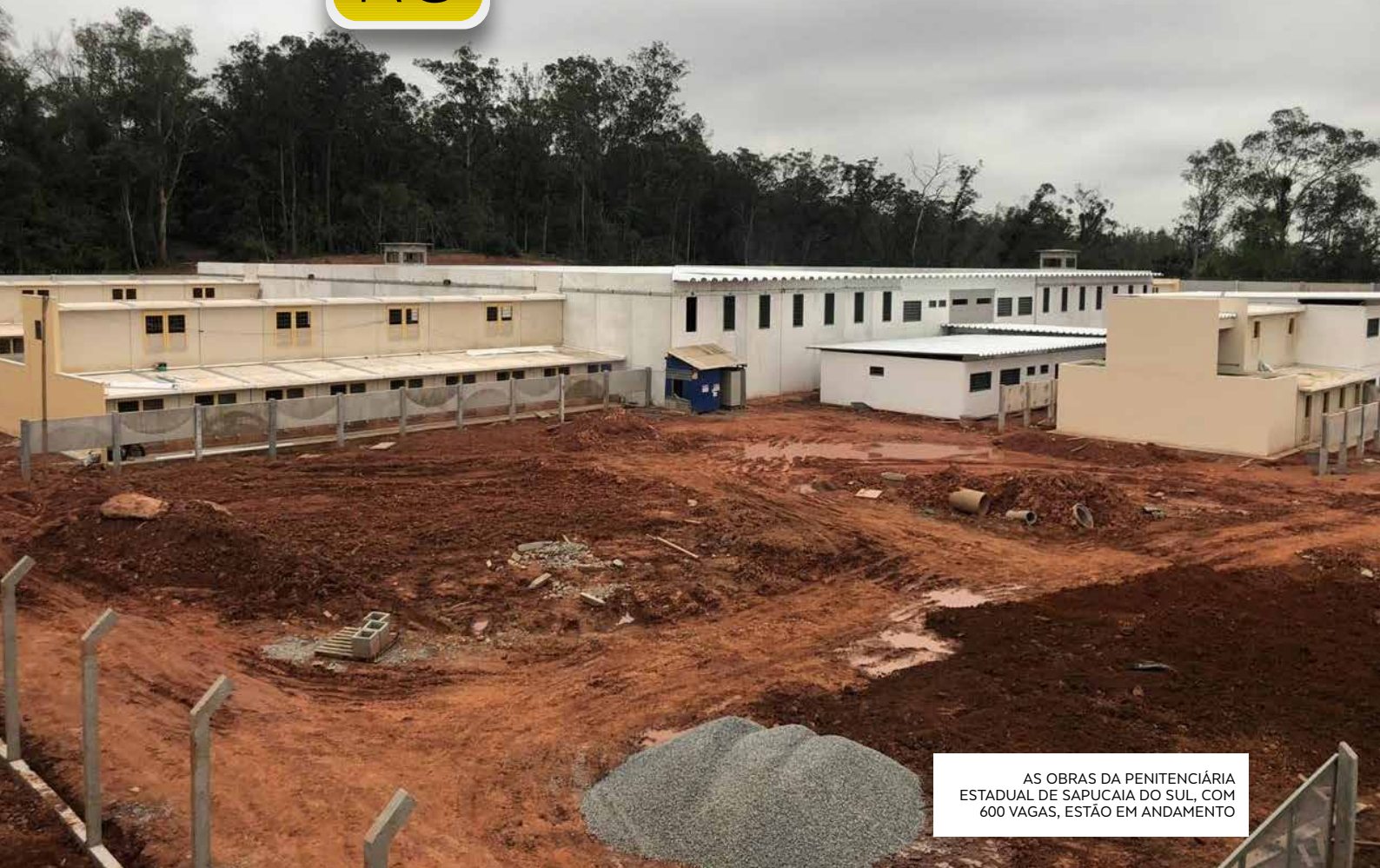
A implantação do PCCR irá beneficiar 133 servidores da Universidade Estadual de Roraima (UERR); 187 da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR); 62 da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh); 94 do Instituto de Terras de Roraima (Iteraima) e 16 do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (IACIT).

O impacto financeiro dos PCCR da administração indireta será de R\$ 20 milhões a mais no Orçamento do estado. O estudo feito pelo governo está voltado para o pagamento de cada categoria, sobre o exercício de 2019 e 2020.

indireta que se empenhem ainda mais, pois assim também iremos garantir o crescimento e desenvolvimento de Roraima”, pontuou.

O presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Roraima, Claudionei Simon, recebeu com satisfação o anúncio. “Estamos muito felizes com a decisão do governador, pois o PCCR era uma reivindicação de muito tempo da nossa categoria”, afirmou.

Ainda em outubro, o governo de Roraima se reuniu por duas vezes com a categoria para discutir o PCCR. “Reconhecemos que o estado vem enfrentando problemas financeiros e que a decisão do governo foi muito pé no chão. Uma decisão de muita responsabilidade”, admitiu Simon.



AS OBRAS DA PENITENCIÁRIA
ESTADUAL DE SAPUCAIA DO SUL, COM
600 VAGAS, ESTÃO EM ANDAMENTO

PERMUTA DE IMÓVEIS REPRESENTA 1.500 NOVAS VAGAS EM PRESÍDIOS DO RS

ESSE TIPO DE TROCA PERMITIRÁ AO RIO GRANDE DO SUL
DESAFOGAR O SISTEMA PRISIONAL E ECONOMIZAR MILHÕES
DE REAIS COM MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS ABANDONADOS

TEXTO: PAULO BOGADO (ASCOM/SEAPEN)
FOTOS: ASCOM/SEAPEN



Longo após assumir a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplag/RS), Leany Lemos participou de um marco histórico do governo do estado do Rio Grande do Sul para dispor de imóveis que não estavam sendo aproveitados em benefício da sociedade.

O ato de escrituração de uma área pública em favor do Grupo Zafarri, tradicional empresa que atua no setor do varejo, representava a conclusão formal, em janeiro de 2019, do primeiro processo de permuta por área construída no RS. Como contrapartida ao imóvel, a empresa investiu cerca de R\$ 28 milhões na construção de uma penitenciária com 416 vagas, em área de superior a cinco mil metros quadrados perto da Cadeia Pública de Porto Alegre.

A possibilidade de permuta de imóveis sem uma utilização específica em troca de novas construções permitirá ao Rio Grande do Sul, por meio desta modalidade, criar perto de 1.500 novas vagas prisionais. Esta meta integra um dos eixos do RS Seguro, programa transversal e estruturante definido no mapa estratégico e através do qual o governo tem por objetivo criar ao todo cerca de 2.170 vagas, contando com recursos de repasses do fundo penitenciário.

No início de outubro, foi inaugurada a nova Penitenciária de Bento Gonçalves, na região da Serra, com capacidade para receber 420 apenados e também já com escritura assinada. Ainda pelo sistema de permuta, estão em andamento as obras da Penitenciária Estadual de Sapucaia do Sul (600 vagas) e a ampliação no Complexo Prisional de Canoas (Pecan).

Ao todo, as permutas por novos presídios somam R\$ 99 milhões em investimento no sistema e representam uma nova visão em termos de gestão patrimonial. A troca de imóveis na edificação de estabelecimento prisional tem por base a Lei Estadual nº 14.954, de novembro de 2016, que mereceu regulamentações posteriores via decretos.

VISÃO ESTRATÉGICA

Levantamento atualizado do acervo imobiliário elaborado pela Seplag dá conta da existência de 8.832 matrículas regularizadas, das quais a grande maioria (75%, ou seja, 6.576 matrículas) tem destinação em termos de uso, como escolas, unidades policiais, presídios e outras instalações públicas. Outros 2.256 imóveis (25%) estão sem utilização, até mesmo fora do território gaúcho.

"É sobre este universo que precisamos atuar a partir de uma avaliação estratégica sobre cada

imóvel, verificando o melhor aproveitamento, se o melhor é venda direta ou permuta por área construída", destacou Leany.

Com a conclusão deste levantamento, a secretária acredita que, a partir de agora, será possível ter maior agilidade na venda de propriedades que já passaram por vistorias e avaliações. Desde o início do ano, o Rio Grande do Sul colocou imóveis em leilão ou concorrência. Neste período, seis foram vendidos com uma arrecadação de R\$ 3,3 milhões.

Todas as receitas com as alienações são destinadas ao Fundo Estadual de Gestão Patrimonial (Fegep) e são utilizadas na manutenção e melhoria dos demais bens públicos. Um comitê liderado pela Seplag faz a gestão deste fundo, com a participação da Casa Civil, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Governança e Gestão Estratégica.

Este esforço para alienar ativos é um importante auxílio diante das dificuldades financeiras que o estado enfrenta

Para a secretária, este esforço para alienar ativos é um importante auxílio diante das dificuldades financeiras que o estado enfrenta. "Assim poderemos reduzir custos com manutenção destes espaços, hoje sem qualquer utilização, e ajudar em termos de arrecadação e com impacto positivo na economia real", destacou. Através da Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE), a Seplag contabiliza ainda 14 doações e 63 cessões de uso.

DÍVIDAS

Em outra frente, o próprio governador Eduardo Leite liderou um processo que irá quitar dívidas com municípios na área da saúde por meio de um acordo com a Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs).

O objetivo é compensar um passivo no valor de R\$ 478 milhões com as prefeituras. Cerca de 60 municípios já manifestaram interesse em receber imóveis em troca dos créditos que têm com o estado. A medida ainda depende de aprovação de projeto pela Assembleia Legislativa, que irá modificar alguns termos da Lei nº 14.954.



PORTAL GARANTE À POPULAÇÃO NOVOS SERVIÇOS DIGITAIS

A PLATAFORMA É A PORTA DE ENTRADA PARA OS SERVIÇOS DO ESTADO E CENTRALIZA 95 FUNCIONALIDADES EM UM ÚNICO ENDEREÇO ELETRÔNICO. PORTAL VAI OFERECER OITO NOVOS ATENDIMENTOS AOS CIDADÃOS

TEXTO: LUCAS BARROSO/(ASCOM SGGE), BIANKA NIECKEL (ASCOM EDP) E SUZY SCARTON
FOTO: FELIPE DALLA VALLE



PÚBLICO NO LANÇAMENTO DO NOVO PORTAL DO GOVERNO DO RS

O governo do estado do Rio Grande do Sul dá mais um passo para oferecer 100% dos serviços digitais. Esse movimento foi realizado no dia 6 de novembro, quando o governador Eduardo Leite lançou, no Palácio Piratini, o Portal Unificado de Serviços Digitais: rs.gov.br.

A plataforma é a porta de entrada para os serviços do estado e centraliza 95 funcionalidades em um único endereço eletrônico. O nome, de fácil entendimento, remete a todo e qualquer canal governamental do Rio Grande do Sul.

O portal vai oferecer oito serviços novos, tais como consulta a situação de perícias em veículos (do Instituto Geral de Perícias); apresentação virtual do condutor (Detran-RS); Guia Eletrônica de Pagamento para a Retirada de Veículo em Depósito (Detran-RS); CRLV Digital (Detran-RS); Escola RS (Secretaria da Educação); Chamar192 – Samu (Secretaria da Saúde); Gestão de Sistemas Sociais (Secretaria de Trabalho e Assistência Social); alerta de furto e roubo (Secretaria da Segurança Pública).

GOVERNO DIGITAL

A nova plataforma, de acordo com o governador, obedece ao conceito de governo digital que se baseia em algumas premissas. “Não podemos meramente reproduzir a burocracia analógica no digital. O digital é uma oportunidade de desburocratizar e de retirar os tantos balcões pelos quais o cidadão precisa passar para ter acesso a algum serviço”, disse Eduardo Leite.

No entendimento dele, “a vida é acelerada e o Estado acabou ficando para trás. Essa plataforma

PREMISSAS DO PORTAL

- Adesão à Rede GOV.BR
- Alinhamento à estratégia brasileira de governança digital
- Foco no cidadão e na desburocratização
- Atividades pautadas a partir da estratégia digital RS
- Integração das agendas digitais no governo
- Intensa colaboração intragoverno e com atores externos



APRESENTAÇÃO DO NOVO SITE DO GOVERNO DO RS

“Não podemos meramente reproduzir a burocracia analógica no digital. O digital é uma oportunidade de desburocratizar e de retirar os tantos balcões pelos quais o cidadão precisa passar para ter acesso a algum serviço”

Eduardo Leite,
governador do RS

oferece serviços na velocidade da vida dos gaúchos”. O novo portal foi elaborado pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGGE) com apoio das vinculadas Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) e Companhia de Processamento de Dados do Estado (Procergs).

Diferentemente das iniciativas anteriores, o endereço eletrônico “rs.gov.br” não é um aplicativo, e sim um portal responsivo (adaptável a qualquer dispositivo, seja tablet, celular ou computador), que disponibiliza a carta de serviços digitais em um mesmo ambiente. Nele, o cidadão encontrará em destaque uma barra de pesquisa e as demandas mais acessadas,

entre outras funcionalidades. O ambiente remete ao modelo do gov.br, portal do governo federal.

No momento, o governo do estado tem 109 sites e 16 aplicativos. A intenção da atual gestão foi racionalizar esses diversos conteúdos e criar um caminho mais fácil e unificado. Além da agilidade e da praticidade, a plataforma traz mais transparência. A meta do governo é, até o fim de 2022, disponibilizar todos os serviços do Poder Executivo de forma 100% digital. Hoje, segundo levantamento preliminar, dos 243 serviços existentes, 95 estão digitalizados.

A digitalização dos serviços é considerada fundamental também pelo contexto do país. Atualmente, no Brasil, a população é de 211 milhões de pessoas, e há 215 milhões de aparelhos de telefones celulares – o número corresponde a 102% de celulares em relação à população. Outro ponto é que cerca de 150 milhões de usuários utilizam serviços de internet.

TUDOFÁCIL

O atendimento presencial, para quem não tem acesso ou não tem interesse pelo meio digital, está sendo levado em conta nessa qualificação da prestação de serviço. As agências do TudoFácil seguirão seus atendimentos nos mesmos locais e horários.

Além disso, o governo avalia ampliar a rede de postos presenciais com entidades parceiras. Seriam pontos de atendimento físico em outras cidades do estado com acesso ao “rs.gov.br”. Esse projeto é elaborado e coordenado pela SGGE e suas vinculadas. ●

NOVOS SERVIÇOS DIGITAIS

✓ **Consulta da Situação de Perícias em Veículos** – Serviço do Instituto Geral de Perícias (IGP). Possibilita ao cidadão pesquisar a situação das perícias em veículos que estão sob a custódia do estado, como aqueles em depósitos, situação de veículos envolvidos em acidentes, roubos ou outros crimes.

✓ **Apresentação Virtual do Condutor** – Serviço do Detran-RS. O condutor inicia o processo, apresentando-se como responsável pela infração de trânsito. Ou, ainda, o proprietário do veículo inicia o processo, apresentando um motorista como responsável pela infração.

✓ **Guia Eletrônica de Pagamento para a Retirada de Veículo em Depósito.**

✓ **Serviço do Detran-RS** – O usuário que tiver seu veículo recolhido terá a opção de gerar a Guia de Arrecadação do Detran para pagamento das despesas de depósito. Após o pagamento, o proprietário poderá retirar o veículo diretamente no Centro de Remoção e Depósito correspondente.

✓ **CRLV Digital** – Serviço do Detran-RS em parceria com o Denatran. Além da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), é possível ter a versão digital do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV – Documento do Veículo). São as versões digitais, com o mesmo valor jurídico das respectivas versões impressas. Elas trazem vantagens adicionais que propiciam uma maior mobilidade, praticidade e comodidade.

✓ **Escola RS** – Serviço da Educação voltado para professores, gestores, pais e estudantes.

O **Escola RS Professor** é um aplicativo de diário de classe, para registro de frequência e aproveitamento dos estudantes.

O **Escola RS Gestor** é um módulo que permite à gestão da escola, Seduc e coordenadorias o acompanhamento das atividades escolares, frequência dos estudantes, avaliações, resultados e alertas de estudantes infrequentes, para a efetiva tomada de decisão, como, por exemplo, para o combate da evasão escolar, reprovação, investimentos e demais ações.

Já o **Escola RS Estudantes** permite aos estudantes e aos pais o acompanhamento em tempo real de comparecimento às aulas, avaliações, aproveitamento, horários, agenda de atividades e de eventos da escola.

✓ **Chamar192** – Samu. Serviço da Secretaria da Saúde. É o único aplicativo entre os oito novos serviços. A finalidade é dar celeridade ao atendimento pelas Centrais de Regulação do Serviço de Atendimento Móvel (Samu). Ao instalar o aplicativo e cadastrar os dados, o acionamento ao serviço de urgência e emergência se torna muito mais prático e ágil ao cidadão. O app usa as informações cadastradas e os dados de GPS para indicar ao Samu a localização do solicitante.

✓ **Gestão de Sistemas Sociais** – Serviço da Secretaria de Trabalho e Assistência Social. Habilita projetos sociais e de empresas financiadoras por meio da Lei de Solidariedade na Secretaria de Trabalho e Assistência Social do estado do RS. Prestação de contas do uso de recursos recebidos para execução de projetos sociais no âmbito da mesma lei.

✓ **Alerta de furto e roubo** – Serviço da Secretaria da Segurança Pública. O usuário autenticado na Central de Serviços poderá colocar um alerta de furto e roubo nos veículos que estiverem em sua propriedade. Após 24 horas, o alerta deixa de existir se não tiver uma ocorrência policial registrada para o veículo roubado.





EQUIPE DE SERVIDORES DURANTE APRESENTAÇÃO DAS NORMATIVAS DE PREVISÃO DE VAGAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NOS CONTRATOS DO ESTADO



KAREN BAYESTORFF, DIRETORA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES EM SC FAVORECE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

DAS VAGAS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, 5% SÃO DESTINADAS A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA. INICIATIVA VISA FORTALECER ECONOMICAMENTE AS VÍTIMAS PARA QUE ROMPAM COM O AMBIENTE DE AGRESSIVIDADE

Desde janeiro deste ano, o governo catarinense vem buscando desburocratizar e melhorar os gastos públicos direcionando o poder de compras do estado em favor das políticas públicas que impactem positivamente a vida das pessoas, seja pela economia, pela qualidade dos serviços prestados ou pelo incentivo ao desenvolvimento econômico e social.

Em agosto, durante campanha estadual de combate à violência doméstica contra a mulher, o governador Carlos Moisés anunciou a destinação de até 5% das vagas de serviços terceirizados a mulheres vítimas de violência. A iniciativa visa a fortalecer economicamente as mulheres que, muitas vezes, são arrimo de família, para que consigam autonomia financeira e possam romper com o ambiente de agressividade.

TEXTO: KRISLEI OECHSLER (ASCOM-SC)
FOTOS: ASCOM-SC



JORGE EDUARDO TASCA, SECRETÁRIO
DA ADMINISTRAÇÃO DE SC

O programa está sendo gradativamente implantado no Executivo estadual por meio da parceria entre a diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, da Secretaria de Estado da Administração (SEA) e a Diretoria de Direitos Humanos da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDSP). Enquanto a Administração faz a implantação das novas regras contratuais e a destinação das vagas a serem ocupadas, Desenvolvimento Social, que tem um programa de acolhimento dessas mulheres, apresenta o perfil profissional e as candidatas aptas ao ingresso no programa.

“A identidade da mulher é preservada em todo o trâmite. Ela vai ingressar na empresa normalmente, como contratada, para prestar serviços ao estado”, explicou Karen Bayestorff, diretora de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração.

A normativa foi apresentada aos representantes das empresas que oferecem mão de obra terceirizada e servidores das áreas de Licitação e de Desenvolvimento Social, para que saibam como colocar o benefício em prática.

“Aqui na secretaria, o trabalho será para destinar as vagas de acordo com os perfis profissionais dessas mulheres. A previsão é para as primeiras contratações serem efetivadas no início do próximo ano, na medida em que novos contratos forem efetivados”, completa a diretora.

Contabilizando as ações que estão em fase de implantação, com a revisão de todos os contratos com empresas terceirizadas, Santa Catarina vai atingir uma economia aproximada de R\$ 75 milhões em 2020. A projeção foi feita pela diretoria de licitações em contratos de acordo com os números atuais. ●

O DESAFIO DE PENSAR ALÉM DAS COMPRAS

Além de impulsionar as políticas públicas, em Santa Catarina, as compras não se resumem a processos legais e administrativos. Todas as ações orquestradas pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos são embasadas nos pilares de economicidade, agilidade, transparência e governança e sustentabilidade.

“Nosso desafio é pensar além das compras, nas ações que decorrem delas e que impactam, direta ou indiretamente, as pessoas”, disse o secretário de Estado da Administração, Jorge Eduardo Tasca.

Nesse sentido, o estado vem adotando medidas que tanto ajustam os processos de compras às diretrizes do governo como disseminam a eficiência do gasto público em todos os setores do Executivo catarinense. Como exemplos de ações já efetivadas podem ser destacadas:

- A adoção da modalidade de pregão eletrônico em processos de compras em todas as áreas e secretarias setoriais. A experiência tem resultado em aumento no número de empresas participantes e impactante economia aos cofres públicos, com economia de mais de R\$ 10 milhões em seis meses de implantação.
- A revisão de todos os contratos ativos do estado. Uma atividade que segue ao longo do ano, de acordo com os prazos de expirações e renovações. Somando os contratos que já foram revisados com a mudança na modalidade de compra de alguns itens, como combustíveis, por exemplo, o estado já economizou, somente este ano, mais de R\$ 47 milhões.
- Criação da Rede de Compradores, que congrega todos os servidores das secretarias do Executivo estadual que lidam com compras públicas para que o compartilhamento de experiências resulte em boas práticas de gestão. Os encontros são presenciais e mensais, com temáticas correlatas à realidade de compras públicas.
- O programa DGLC Capacita que dissemina ações e protocolos de compras públicas em todo o estado. Até agora, mais de 200 servidores já passaram pela capacitação e atualização dos conhecimentos. A meta é atingir 100% do estado no próximo ano.
- A parceria com o Observatório Social do Estado, que aumenta a proximidade da população com os processos de compras e licitações, favorecendo a transparência da gestão.
- Parcerias com universidades para incentivo a micro e pequenas empresas e desenvolvimento do programa de orientação com produtores rurais, para que os pequenos produtores consigam escoar a produção, fortalecendo os vínculos com os municípios e o estado por meio das compras públicas.
- GovCar, programa de transporte por aplicativo de servidores para atividades funcionais entre os municípios da Grande Florianópolis, com economia inicial de R\$ 5 milhões em depreciação e manutenção de frota do estado. Os testes com o uso começam em cerca de 30 dias.



PREGÃO ALIVIA OS COFRES PÚBLICOS DE SANTA CATARINA

ECONOMIA COM CONTRATOS TERCEIRIZADOS ULTRAPASSA OS R\$ 10 MILHÕES POR ANO. NOVO SISTEMA AMPLIA A COMPETITIVIDADE ENTRE AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PRESTAR SERVIÇOS PARA O ESTADO

TEXTO: KRISLEI OECHSLER (SEA-SC)
FOTO: JACQUELINE IENSEN (SAP E SEA-SC)

A implantação de pregão em substituição à concorrência para contratação de empresas que prestam serviços de mão de obra terceirizada ao governo do estado vai garantir economia de mais de R\$ 10 milhões em um ano. Em um ano, na Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa, os contratos para atuação nas unidades prisionais tiveram uma redução média de 26% do valor inicial, o equivalente a R\$ 9,8 milhões.

O mesmo ocorreu na Secretaria da Fazenda, com economia de 27%, estimada em R\$ 480 mil por ano, e no extinto Deter, hoje ligado à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, com redução de 33% do valor, equivalente a R\$ 324 mil por ano de economia.

O secretário de Estado da Administração, Jorge Eduardo Tasca, explica que a economia acontece somente por meio de gestão, sem diminuição de cargas horárias trabalhadas ou eliminação de postos de trabalho. “O pregão nos permite ampliar a competitividade entre as empresas candidatas a fornecerem os serviços e acabamos ganhando com a disputa gerada entre elas. Nosso desafio é, até meados de 2020, revertermos todos os contratos do estado, relicitando tecnicamente tudo o que for possível,” diz.

Todos os dados foram apresentados pelo secretário Tasca durante o encontro com a Rede de Compradores, formada por servidores que, periodicamente, participam de reuniões sobre estratégias de gestão contratual e de compras públicas. O programa é desenvolvido pela diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da SEA.

REVISÃO DE CONTRATOS

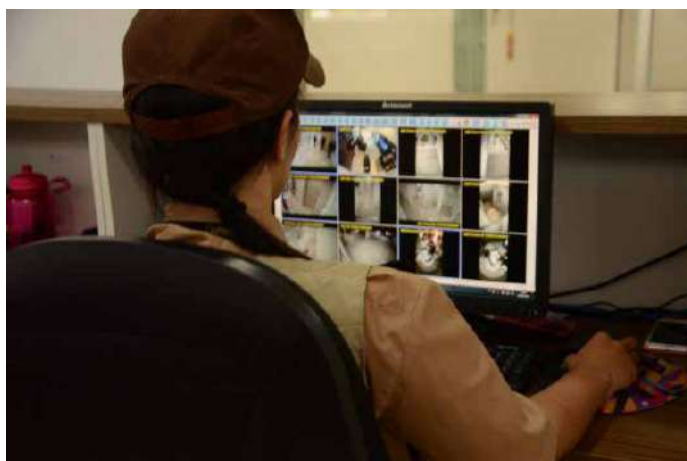
Desde agosto deste ano, uma comissão para rever todos os contratos terceirizados vigentes foi formada por servidores das Pastas que mais usam mão de obra terceirizada no estado: Educação, Saúde, Administração Prisional, Segurança Pública e Administração. Os índices de economia e as estratégias para relicitação dos serviços com implantação de pregão foram definidos em conjunto com a comissão.

Segundo o secretário da Administração, os fiscais e servidores que atuam na gestão de contratos devem estar sempre se questionando sobre a viabilidade e interesse do estado em manter a prestação daquele serviço e dentro daquelas condições.

“Com esse trabalho atento, é possível perceber que há equívocos e vícios contratuais que precisam ser sanados com uma gestão mais técnica e



Secretário apresentou os dados para a Rede de Compradores formada por servidores



Na Secretaria de Administração Prisional, em um ano os contratos tiveram uma redução de 26% do valor inicial

transparente. Por isso, nosso interesse também em atuar em conjunto, compartilhando experiências e capacitando os servidores novatos na área ou promovendo atualizações para os que atuam nesse segmento”, explica. ●



TODOS OS APROVADOS NO CONCURSO DA PMSE ESTÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS (CFSD) E DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DESDE O DIA 2 DE SETEMBRO DESTES ANO

GOVERNO DE SERGIPE FEZ SETE CONCURSOS PÚBLICOS EM 2018

FORAM OFERTADAS 671 VAGAS PARA CARGOS NA
POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS,
GUARDA PRISIONAL E GESTÃO PÚBLICA

TEXTO E FOTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SEAD

Visando a prestar um serviço melhor à população, o governo de Sergipe realizou, no ano passado, por meio da extinta Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplac), hoje Secretaria de Estado da Administração (SEAD), sete novos concursos públicos para preencher ao todo 671 vagas distribuídas nas áreas de gestão, justiça e segurança pública.

De todos os concursos realizados no último ano, os da área de segurança pública foram os que ofereceram um maior número de vagas pela necessidade de reforçar o policiamento no estado e, consequentemente, proporcionar mais segurança aos sergipanos.

Nos certames realizados para delegado substituto da Polícia Civil, soldado combatente 3ª classe e oficial da Polícia Militar do estado de Sergipe (PMSE), foram ofertadas 340 vagas.

O concurso para delegado ofereceu 10 vagas, reservando uma exclusiva para quem se declarou como pessoa de cor negra e duas para deficientes. Foram inscritos 124 candidatos com deficiências, 812 afrodescendentes e na ampla concorrência, 4.677. Todos esses candidatos participaram da prova objetiva e 329 deles foram classificados para a prova discursiva.

Os aprovados nas primeiras etapas classificatórias já iniciaram o curso de instrução e preparação no último dia 30 de outubro, que prossegue até o dia 4 de fevereiro de 2020.

Ao final do curso de instrução e preparação técnico-profissional para delegado de Polícia, haverá uma prova objetiva composta por 120 itens relacionados com as disciplinas ministradas no curso. A prova, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os candidatos no dia 19 de janeiro de 2020.

Para o certame de soldado e oficial da Polícia Militar foram ofertadas 330 vagas, sendo 300 para soldados e 30 para oficiais. Inscreveram-se, respectivamente, 69.281 e 7.226 candidatos. No caso das oportunidades de ampla concorrência para soldado, 240 foram para homens e 60 para mulheres. A cota para negros reservou 24 postos para concorrentes do sexo masculino e seis do feminino. Já para aspirante foram 24 vagas para homens (duas destinadas a negros) e seis para mulheres (uma exclusiva para quem se declarou como negra).

Todos os aprovados no concurso da PMSE estão em curso de Formação de Soldados (CFSd) e de Formação de Oficiais (CFO) desde o dia 2 de setembro deste ano. O CFSd terá duração de aproximadamente oito meses, com 1.200 horas/aula. Já o Curso



Os aprovados nas primeiras etapas classificatórias já iniciaram o curso de instrução e preparação no último dia 30 de outubro, que prossegue até o dia 4 de fevereiro de 2020

de Formação de Oficiais funciona em regime de semi-internato, com previsão de dois anos.

BOMBEIROS

O governo também realizou concurso para o Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe (CBMSE), ofertando 12 vagas para oficiais com um número de 4.409 inscritos. Já para soldado foram ofertadas 200 vagas e 20.871 candidatos se inscreveram. Um total de 20% das vagas foi reservado para mulheres, seguindo uma orientação prevista em lei.

O Comando-Geral do CBMSE já convocou a primeira turma dos candidatos classificados na última fase do concurso. O Curso de Formação de Soldado iniciou no último dia 30 de outubro. Já o Curso de

Formação de Oficiais - Cadete teve início no mês de agosto e está sendo realizado na Academia de Ensino Bombeiro Militar - CAEBM do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás.

Foi realizado ainda em 2018 o concurso para Guarda Prisional, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e do Direito do Consumidor (SEJUC). Foram disponibilizadas, na oportunidade, 100 vagas disseminadas entre os sexos masculino e feminino e distribuídas da seguinte forma: 52 vagas de ampla concorrência – masculino, 17 vagas de ampla concorrência – feminino, 15 vagas PcD – masculino, 5 vagas PcD – feminino, 8 vagas para afrodescendentes – masculinos e 3 vagas para afrodescendentes – femininos.

O concurso público para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) contou com a participação de 4.638 candidatos para as 19 vagas ofertadas, sendo que, destas, quatro foram para pessoas com deficiência e duas para afrodescendentes.

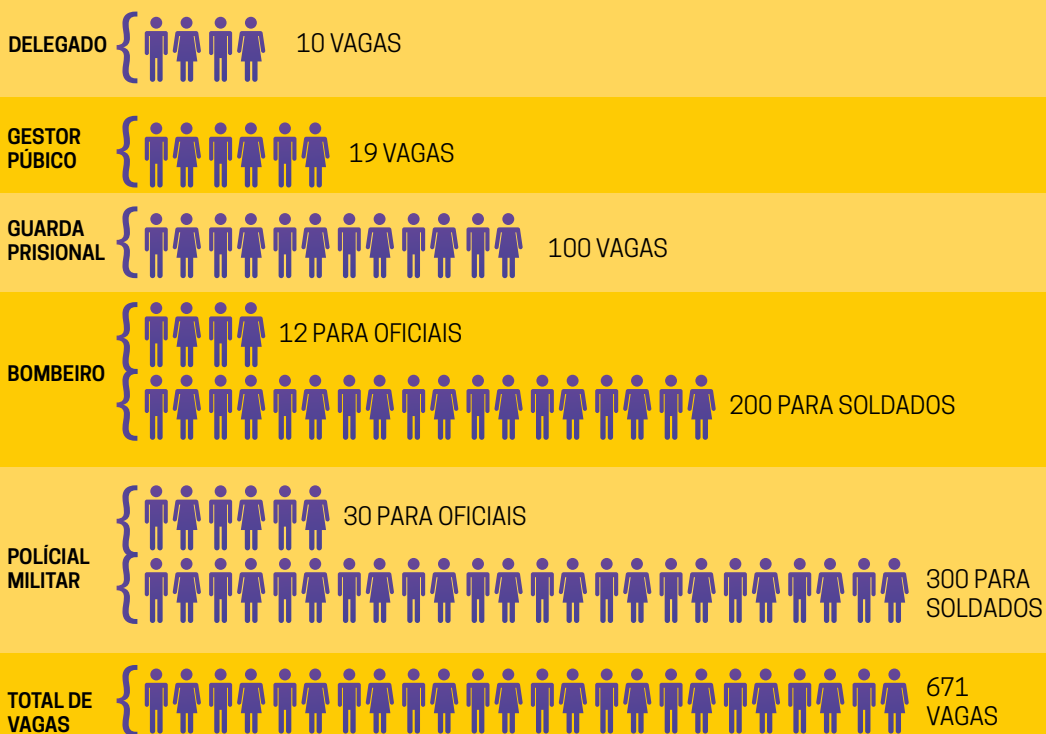
OUTROS CONCURSOS

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), junto ao governo de Sergipe, no ano de 2017, realizou o concurso público para provimento de vagas no cargo de Procurador do Estado de Sergipe. Foram ofertadas cinco vagas, sendo quatro para ampla concorrência e uma reservada aos candidatos com deficiência.

O Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe (Detran) realizou, em 2016, concurso público para preenchimento de vagas em cargos de nível médio do quadro geral de pessoal para assistente de trânsito e vistoriador de trânsito. Foram ofertadas 250 e 50 vagas, respectivamente.

Ainda na área de segurança pública, no ano de 2014, o governo do estado realizou concurso para Polícia Civil. Na área da Perícia Criminal foram contratados 27 novos servidores que, hoje, atuam como agentes técnicos de Necropsia, papiloscopistas, peritos criminalísticos, perito médico-legal e perito odonto-legal. No mesmo concurso foram contratados 20 escrivães e 100 agentes de Polícia Judiciária. ●

VAGAS OFERTADAS EM 2018



FONTE: SEPLAG/SE

SERGIPE ADOTA MEDIDAS PARA REDUZIR GASTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UMA DELAS VEDA GRATIFICAÇÕES E VANTAGENS EQUIVALENTES A OCUPANTES DE CARGOS DE DIRETOR OU DIRETOR-PRESIDENTE NA DIRETORIA-EXECUTIVA DE EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA DEPENDENTES, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

TEXTO E FOTO: AGÊNCIA SERGIPE

Diretores e diretores-presidentes ocupantes de cargos em diretorias executivas de empresas públicas, sociedades de economia mista dependentes, autarquias e das fundações do governo estadual não recebem mais gratificações ou quaisquer vantagens equivalentes. A medida começou a valer em agosto, referente ao pagamento da folha salarial de julho, e faz parte do plano do governo do estado para redução de gastos com custeio e despesas com pessoal no âmbito da Administração Pública estadual.

De acordo com o secretário de Estado da Administração, George Trindade, ela foi acrescentada neste ano de 2019, por meio do artigo 8º-A, ao Decreto nº 29.590, que trata sobre a redução de gastos no poder executivo estadual.

Para o governador Belivaldo Chagas, a decisão faz parte do plano de recuperação financeira do estado de Sergipe. “Nós estamos fazendo isso o tempo todo. Às vezes as medidas são anunciadas, outras não são, mas estamos acompanhando toda a situação financeira do estado e diminuindo despesas em todos os órgãos, seja em combustível, água, energia, telefone e gratificações. A gente está estudando órgão por órgão”, explica Belivaldo. ●



“Estamos acompanhando toda a situação financeira do estado e diminuindo despesas em todos os órgãos, seja em combustível, água, energia, telefone e gratificações. A gente está estudando órgão por órgão”

Governador Belivaldo Chagas



FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PODE RENDER R\$ 1 BILHÃO A SÃO PAULO

ESSA É A META DO GOVERNO DO ESTADO AO APORTAR 264 ATIVOS, ENTRE CASAS, FAZENDAS, PRÉDIOS, SALAS COMERCIAIS, NESGAS DE TERRENOS E GALPÕES, DISTRIBUÍDOS EM 56 MUNICÍPIOS

TEXTO: ASCOM
FOTOS: KEN CHU-EXPRESSÃO STUDIO

São Paulo, assim como outros entes da Federação, vem tentando, há anos, desmobilizar seus ativos por meio de leilões e concorrências públicas. E o estado tem obtido resultados pouco expressivos. Embora os fundos imobiliários, no Brasil, estejam operacionais desde 1993, foi com a instrução Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 472, em 2008, que eles começaram a se desenvolver amplamente.

Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), hoje, há 398 Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que alcançam mais de R\$ 100 bilhões em patrimônio.

Um deles é o FII do estado de São Paulo, registrado em janeiro de 2019, o qual pretende somar mais R\$ 1 bilhão nesta conta, ao aportar seus 264 ativos. São casas, fazendas, prédios, salas comerciais, negas de terrenos e galpões, distribuídos em 56 municípios.

Esse mix retrata, exatamente, a realidade do portfólio dos mais de 30 mil imóveis do estado, considerando também a administração indireta, e serve de laboratório para se observar, perante a iniciativa privada, as melhores práticas para a gestão patrimonial e desmobilização de ativos.

O estado de São Paulo dialoga com diversas unidades da Federação sobre sua experiência, alertando sempre que os fundos são veículos e não um objetivo em si. Nesse caso, escolheu a desmobilização, mas poderiam ter sido calibrados outros focos, como a geração de renda fixa, o desenvolvimento urbano em uma região, a prestação de garantias para operações de capitalização ou Parcerias Público-Privadas (PPP), dentre outras.

Sem dúvida, os FII conversam melhor com a dinâmica do mercado imobiliário. São mais flexíveis, capilares e dinâmicos, sem perder robustez de governança, enquanto os entes públicos têm limitações em prospectar clientes, dificuldades em zelar e manter os ativos sem uso, garantindo atratividade e valor patrimonial, além de trâmites processuais intermináveis e poucos recursos humanos especializados na área.

INEDITISMO

Foi esse diagnóstico que levou a administração paulista a optar pela inovação e a enfrentar a complexidade do modelo. Quase três anos após a aprovação de Lei Estadual nº 16.338/2016, que permitiu o estado de São Paulo integralizar imóveis ou o produto de sua alienação em Fundos de Investimentos Imobiliários, no último dia 29 de outubro houve a assinatura do primeiro compromisso de investimentos.

Diante ao ineditismo da operação, já que se trata do primeiro veículo do país dedicado à desmobilização de ativos públicos, o modelo já passou por questionamentos de agentes externos e de controle, como o Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, além de ações no Judiciário, nos mais variados aspectos. Todos com êxito e encerrados.

Mas a maior dificuldade, que explica o lapso temporal de implantação, foi a identificação do ponto de equilíbrio da transposição do modelo privado ao público, considerando os aspectos jurídicos, econômico-financeiros e operacionais. Cada passo precisou ser bem construído para que a governança, a transparência e o fluxo processual estatal não conflitassem com as regras da CVM e com o desempenho esperado para o fundo.


Após consulta pública e estruturação interna pela Companhia Paulista de Parcerias (CPP), empresa ligada à Secretaria da Fazenda e Planejamento e à Secretaria de Governo, foi licitada a prestação de serviços especializados para estruturação, administração, custódia e operação de um FII para uma carteira e modelo pré-determinados. Após intensa disputa, sagrou-se vencedor o consórcio liderado pela Sociedade Corretora Paulista (Socopa), em parceria com a TG CORE Asset.

RENTABILIZAR

Conforme regulamento aprovado na CVM, o FII possui três classes de cotas, destinadas, exclusivamente, a investidores qualificados que sejam entidades da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, os quais podem aportar dinheiro ou imóveis. Embora o mandato principal seja a alienação, não há travas para exploração dos ativos por outras espécies, como locação, arrendamento etc. O importante é rentabilizar os ativos, gerando caixa para investimentos em políticas públicas.

O prazo para liquidação do fundo é de cinco anos, contados da primeira integralização de ativos que ocorreu em novembro de 2019: 80 imóveis, com receita esperada de R\$ 80 milhões. Ao mesmo tempo em que o consórcio trabalha para concretizar as vendas deste primeiro bloco, também desembarcha os próximos 40 imóveis a serem integralizados até o 1º trimestre de 2020, separados por níveis de complexidade.

Durante toda existência do Fundo de Investimento Imobiliário, sua performance será acompanhada de perto por um Comitê de Investimentos, além das assembleias de cotistas, Tribunal de Contas do Estado e do público em geral, que pode pesquisar as publicações no site do administrador e da CVM. ●



DIRETOR RODRIGO BEZERRA, DA EGESP, EM CURSO COM SERVIDORES ESTADUAIS

ESTADO GANHA UMA NOVA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FAZENDÁRIA

O DESAFIO É CONTINUAR LEVANDO O CONHECIMENTO ATUAL, RELEVANTE E APLICÁVEL, À PRÁTICA COTIDIANA DO SERVIÇO PÚBLICO PAULISTA

A Escola de Governo do Estado de São Paulo (Egesp) foi criada no início de 2019 pela Secretaria da Fazenda e Planejamento. Quando o atual governo decidiu fundir as secretarias da Fazenda e do Planejamento, duas escolas foram extintas – a Escola de Governo de Administração Pública (Egap) e a Escola Fazendária do Estado de São Paulo (Fazesp).

Mas o legado não foi perdido. Com o aporte de conhecimento existente e os recursos humanos disponíveis, o governo do estado criou a Egesp para dar continuidade ao desenvolvimento e à capacitação do setor público comprometido com a unidade da

TEXTO E FOTO: ASCOM

Federação mais rica e populosa do Brasil.

São Paulo tem cerca de 45,5 milhões de habitantes, distribuídos em quase 250 mil km², que geram riqueza da ordem de R\$ 2 trilhões ao ano. Complexo e diversificado por acolher brasileiros de todas as regiões e imigrantes de quase todos os países do mundo, o estado de São Paulo é rico em cultura e tem uma economia robusta, que conta com aproximadamente 500 mil servidores públicos na ativa.

Para oferecer uma estruturada capaz de formar esses servidores, o governo criou a Egesp, com uma organização moderna e apropriada para dar conta de tanta formação. Sua estrutura é formada por um Centro de Capacitação; um de Educação Fiscal; um de Produção e Suporte Educacional; um de Relações Institucionais, Comunicação e Eventos; um de Gestão do Conhecimento, Pesquisa e Inovação; e, por último, um de Gestão de Recursos Orçamentários.

CAPACITAÇÃO

O Centro de Capacitação realiza suas atividades por meio do Núcleo Setorial, destinado aos servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento, e do Núcleo Intersetorial, voltado a todos os demais servidores estaduais.

Os programas de capacitação contam com cursos presenciais, semipresenciais e a distância, ciclos de debates, seminários temáticos, oficinas de aprendizagem e publicações.

Em 2019, o Núcleo Setorial ofereceu cursos presenciais e por meio de videoconferências a cerca de 250 turmas, com 4.200 alunos concluintes. A maior concentração de temas ocorreu nas áreas de Legislação Tributária, Auditoria Fiscal e Sistemas Corporativos Financeiros.

INTERSETORIAL

O Núcleo Intersetorial elabora programas de formação e de capacitação para o desenvolvimento de competências dos servidores públicos em temas transversais da gestão pública do estado de São Paulo, tais como Programa de Desenvolvimento Gerencial; Programa de Formação em Recursos Humanos e Gestão de Pessoas; Programa de Melhoria do Atendimento ao Cidadão.

A escola também oferece cursos livres, auto-instrucionais e na modalidade Ensino a Distância (EaD) para permitir que o servidor tenha acesso aos temas transversais de forma introdutória e sem pré-requisitos. Em 2019, cerca de cinco mil servidores participaram de cursos livres com temas como Gestão dos Recursos Públicos e Comunicação na Administração Pública.

O Centro de Educação Fiscal é o responsável pela coordenação do Grupo de Educação Fiscal Estadual (Gefe-SP) e atua no planejamento e desenvolvimento de projetos e atividades do Programa Nacional de Educação Fiscal para a Cidadania no âmbito do Estado de São Paulo.

Tem como principais objetivos sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, facilitar o cumprimento das obrigações tributárias por esse cidadão e incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos pela sociedade.

As ações do Centro de Educação Fiscal são bastante abrangentes. Vai da escola fundamental à universitária, do leigo no assunto ao especialista. Entre suas muitas atividades, destacam-se os programas Fazenda Aberta e Fazenda Vai à Escola, disciplinas universitárias, cursos a distância, palestras técnicas temáticas tributárias e formação de conselheiros municipais.

CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO

Em 2019, até setembro, 335 ações de educação fiscal sensibilizaram um público superior a 25 mil pessoas. Esse é o objetivo do Centro de Gestão do Conhecimento, Pesquisa e Inovação: alcançar, cada vez mais, um público maior.

Para isso, tem como principal atribuição promover a consolidação do conhecimento e difundir os trabalhos de produção intelectual elaborados por servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Dentre suas atividades estão o Programa Conexão Servidor, série de vídeos com informações relevantes para a rotina do servidor público, de forma descontraída e dinâmica, e o Saber Fazer, programa de entrevistas criado para resgatar o conhecimento prático de profissionais da administração pública paulista.

Para incentivar a capacitação dos servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento, o centro tem o Programa de Apoio à Pós-Graduação, que, em contrapartida, exige a existência de relação entre o curso e as atividades desempenhadas no órgão.

A visibilidade da produção acadêmica dos servidores públicos e da contribuição dessas pesquisas para a administração pública é feita por meio de entrevistas em vídeo do Programa em Tese.

Do centro ainda faz parte o Núcleo de Acervo e Cultura, que mantém acervo bibliográfico com mais de 90 mil itens nas áreas de gestão pública, administração tributária, economia, ciências sociais e direito. Espaço vivo, a biblioteca é aproveitada para a promoção de eventos culturais no âmbito da Secretaria da Fazenda. ●



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS DILEMAS DE UM NOVO MODELO DECISÓRIO

Na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), realizada em outubro de 2019, o ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicação, Marcos Pontes, comentou sobre os planos do governo para a elaboração de uma Política Nacional de Inteligência Artificial. Em face da relevância do tema, foi anunciado que diretrizes regulatórias sobre este assunto devem ser divulgadas até o final deste ano.

Vários países e organizações internacionais já buscam determinar estratégias de fomento, regulação e promoção ética da inteligência artificial. São as chamadas estratégias nacionais de inteligência artificial, em que, além de se procurar dar ganho competitivo para os países, busca-se determinar modelos de gestão pública adaptados a esta nova tecnologia, bem como aos preceitos ético-legais mais relevantes em cada localidade.

Entre vários pontos que a futura Política Nacional de Inteligência Artificial deverá tratar, a questão da própria administração pública como um ser híbrido (parte institucional e parte integrado a sistemas inteligentes) se apresenta como um desafio fundamental, ante os reflexos fáticos e institucionais que estas novas tecnologias apresentam. Concentrando nossa atenção no aspecto institucional, podemos observar reflexos no exercício da cidadania, manutenção das liberdades individuais, prestação de serviços públicos, escolha de políticas públicas, etc. Especialmente, porque esta nova tecnologia interage intimamente com o processo decisório da administração pública.

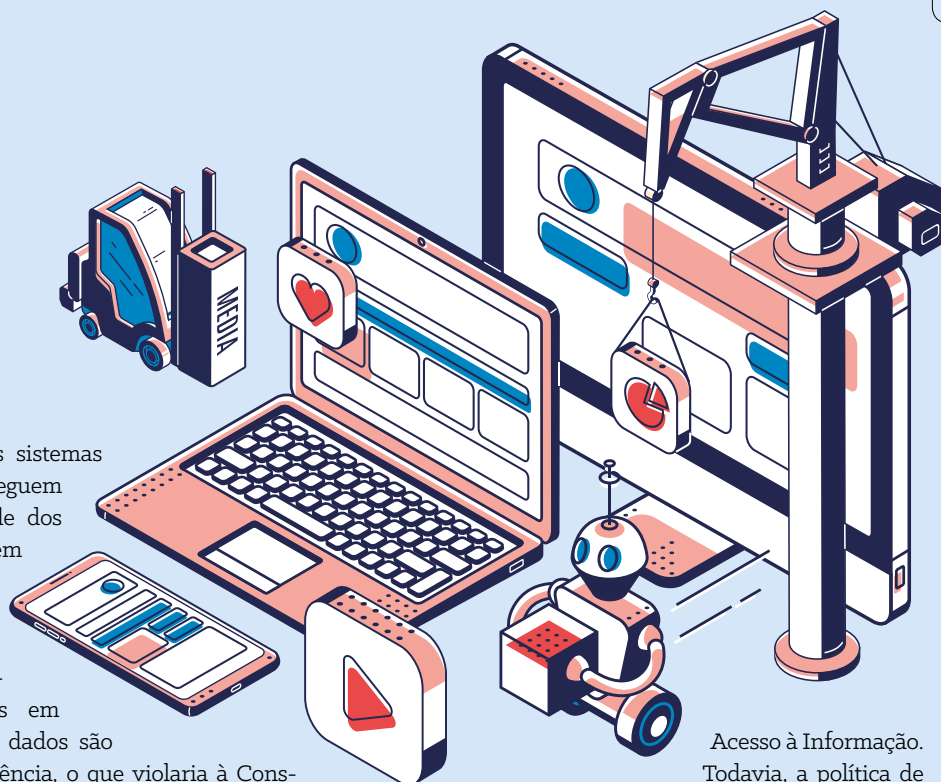
No processo de deliberação administrativa baseado em sistemas inteligentes, temos várias questões em jogo (representatividade, por exemplo), mas o ponto que nos chama atenção é a na necessidade de justificação dos atos administrativos. No âmbito do Direito Administrativo, a justificação do ato permite aos cidadãos e outros órgãos controlar

as razões da gestão pública, podendo estabelecer juízos sobre legitimidade, eficiência ou probidade. A partir desta função da justificação, o que legitimaria uma tomada de decisão fundamentada em sistemas inteligentes? A mera aceitação de uma decisão robótica, sem compreender suas razões, não parece razoável. Assim, seria necessário delimitar o processo de cálculo realizado pela máquina para se compreender a justificação do ato. E é aí que chegamos em uma situação difícil.

O desenvolvimento de sistemas de aprendizado automático, recentemente, caminhou para modelos nos quais a determinação das razões efetivas da decisão não são diretamente interpretáveis por humanos. Baseando-se em grande uma quantidade de dados (big data), tais sistemas conseguem, por meio de regressão/classificação estatística, associar esta informação a funções, o que lhes permite “aprender” a decidir. A despeito da existência de modelos de interpretação destes sistemas, a compreensão de seus processos decisórios ainda é limitada. Em outras palavras, a partir de uma quantidade de dados impossível para um ser humano compreender, ele consegue estabelecer uma generalização (ou hipótese), não havendo clareza da relação entre estes dados e este processo decisório.

A partir desta dificuldade de compreender por que e como tal sistema apresenta uma decisão administrativa, o ato público poderia ser considerado desfundamentado, nulo e, consequentemente, de difícil controle pela população. Não seria, portanto, recomendável a tomada de decisões administrativas auxiliada ou tomada exclusivamente por máquinas. Soma-se a isso a necessidade de se responsabilizar, político e juridicamente, os administradores pela sua gestão.

Contudo, a despeito destas dificuldades, ainda há fortes razões jurídico e econômicas para aceitação da inteligência artificial no processo decisório. Primeiro,



cada vez mais estes sistemas inteligentes conseguem superar a capacidade dos seres humanos em tomada de decisões. Segundo, em uma sociedade complexa, decisões desancoradas em análises precisas de dados são sinônimos de ineficiência, o que violaria a Constituição Federal. Portanto, é aconselhável pensar em maneiras institucionais de se mitigar a dificuldade de justificação.

A palavra chave para tentarmos contornar o problema da fundamentação das decisões administrativas por máquinas é controle. Como podemos controlar as razões de uma decisão se elas não são diretamente interpretáveis? Além de políticas de desenho de softwares e limitação de tipos de dados que alimentariam os sistemas inteligentes da administração, podemos pensar também em uma releitura de um preceito institucional tradicional: o Princípio da Publicidade.

O sentido tradicional deste preceito jurídico é o dever da administração tornar acessível todas informações relativas aos seus atos. Ocorre que, neste novo cenário, esta afirmação precisa ser refinada, para que o destinatário da informação não seja somente o ser humano, mas também as máquinas aptas a processar estes dados e dar outputs externos à administração. Com este novo olhar, a administração pública se torna obrigada a um tratamento de dados adequados a uma utilização por máquinas da sociedade civil e de outros órgãos estatais. Isso torna possível que sistemas concorrentes apresentem opções, ou que outros modelos tornem a decisão um pouco mais interpretável e, em razão disso, o controle pode detectar vieses ou tendências indesejáveis.

Não é exagero dizer que saímos do Princípio da Publicidade tradicional e caminhamos para um Princípio da Publicidade Inteligente. Aliás, a legislação brasileira já trata as máquinas como destinatárias do princípio da publicidade. Vide, por exemplo, artigo 8º da Lei de

Acesso à Informação.

Todavia, a política de gestão de dados ainda é

incipiente e não trata as máquinas como destinatárias necessárias da informação da administração.

Aqui não se apresenta uma solução para este problema, mas se demonstra um tipo de situação que representa bem a necessidade de se repensar a relação entre tecnologia e instituições. Tais preocupações não podem ser menosprezadas e devem ser trazidas na Política Nacional de Inteligência Artificial. Isso porque a sociedade complexa na qual vivemos requer uma Administração Pública com maior interação com novas tecnologias, mas, ante a peculiaridade da inteligência artificial, é imprescindível refletir sobre as alterações institucionais no nosso modelo tradicional de Estado. ●

*Artigo publicado originalmente no portal Estadão

Tadeu Luciano Seco Saravalli é advogado, especialista em gestão pública pela UFScar, líder MLG pelo Master em Liderança e Gestão Pública - MLG, mestrando em ciências sociais e membro da Comissão Estadual de Direito Digital da OAB-SP. Atualmente, trabalha como assessor técnico de gabinete na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Rafael Seco Saravalli é advogado, especialista em Direito Público pela EPM-SP, mestrando em Direito pela USP e pesquisador vinculado a Lawgorithm - Associação de Pesquisa em Inteligência Artificial e Direito. Atualmente é Procurador Chefe da Universidade de São Paulo e atua nas áreas de Convênios e Propriedade Intelectual.



ESTADO DO TOCANTINS INVESTE PESADO NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ENTRE AS INICIATIVAS BEM-SUCEDIDAS ESTÃO O SAPED, O QUALIFICA E O SISTEMA PPA. GOVERNO FOMENTA UMA MUDANÇA CULTURAL PARA QUE A UTILIZAÇÃO DE PAPEL DÊ LUGAR AOS PROCEDIMENTOS ELETRÔNICOS

TEXTO: ASCOM SECAD/GOVERNO DO TOCANTINS
FOTOS: ANGÉLICA LIMA/GOV.TO
HELLEN NUNES/GOV.TO
FREDERICK BORGES/GOV.TO

Promover a transformação digital dos serviços governamentais é um dos desafios dos governos estadual, municipal, distrital e federal. Impulsionado pelo uso das novas tecnologias, o governo do Tocantins vê nessas ferramentas o caminho para a transformação da rotina dos servidores e dos serviços prestados aos cidadãos, bem como mais economia para os cofres públicos.

No estado, até 2012, os trâmites administrativos eram exclusivamente com papel. O pontapé da mudança foi a implantação do Sistema de Gestão Documental, naquele mesmo ano. Desde então, o governo do Tocantins tem investido cada vez mais em ações de modernização na área de Tecnologia da Informação (TI) e outras áreas do mundo digital. Não apenas na aquisição de equipamentos, mas também nos sistemas e procedimentos.

E essa modernização não para de acontecer. Em 2019 foi criada a Agência de Tecnologia da Informação (ATI). Essa é uma das inovações implantadas pelo governo atual. De olho no futuro, além de trabalhar na busca de melhorias nas diversas áreas da administração estadual, os técnicos da ATI mantêm, atualmente, o foco na prevenção e na segurança dos sistemas estaduais.

Mais do que mudanças físicas, a equipe de governo enfrenta o desafio de fomentar uma mudança cultural para que a utilização do papel, por exemplo, dê lugar aos processos eletrônicos. Só assim, aos poucos, as antigas práticas vão dando lugar a novas culturas, a programas e processos digitais que agilizam e facilitam a vida do servidor e do cidadão tocantinense.

BENEFÍCIOS

Para o secretário da Administração, Edson Cabral, investir nesta área é indispensável para o desenvolvimento do Tocantins. “O uso dessas novas tecnologias beneficia todos os atores: gestão, servidores e cidadãos, acabando com a morosidade e tornando o serviço mais atraente, econômico e instigante”, destaca.

Para o secretário, é gratificante investir nessa área, oportunizando experiências que melhoram a vida dos servidores e, consequentemente, da sociedade. Ele cita como exemplo os sistemas utilizados pela Secretaria na Gestão de Pessoas e pelo estado na construção do Plano Plurianual de 2019.

SAPED

Na lista dos novos projetos e sistemas já implantados, alguns colocam a Secretaria da Administração



Recadastramento 2018 foi facilitado com as novas tecnologias

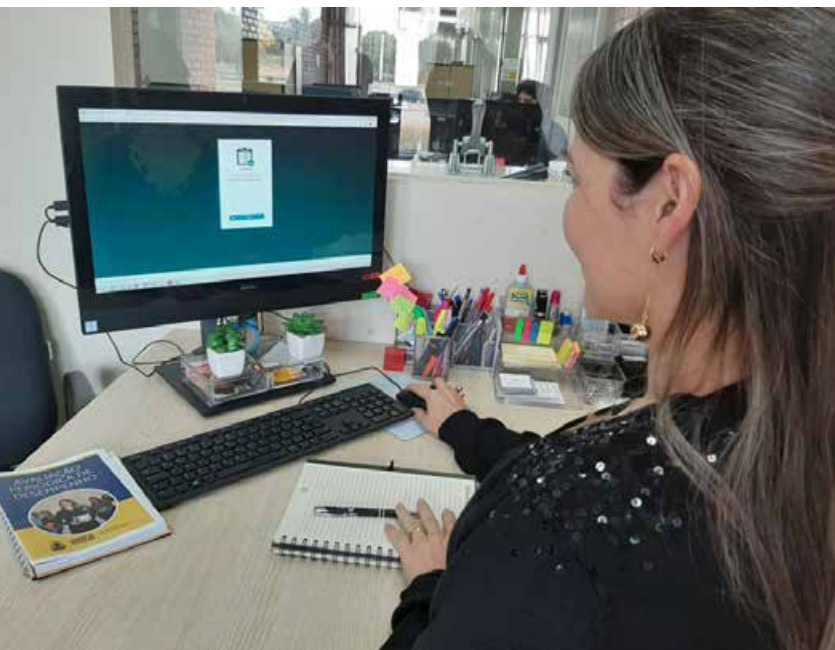
do Estado de Tocantins como inovadora nessa área. É o caso do Sistema de Avaliação Periódica de Desempenho (Saped), que desde 2018 possibilita que toda a avaliação periódica do servidor seja feita on-line.

A implantação do sistema é a oportunidade de modernizar a gestão pública e gerar economia para os cofres públicos, além de ser mais um passo para a total informatização da vida funcional do servidor.

O sistema possibilita que todo o processo de avaliação de desempenho dos servidores do Tocantins seja realizado por meio do Portal do Servidor, sem a necessidade de impressões, gerando economia e praticidade.

O Saped fornece acesso a todos os atores envolvidos no processo avaliatório, com um Sistema de Notificações integrado com o Sistema de Gestão de Pessoal e Folha de Pagamentos (Ergon) e com o Portal do Servidor, com o intuito de apresentar resultados mais precisos e em conformidade com o desempenho real das atividades laborais do servidor.

A Secad também lançou o manual de Avaliação Periódica de Desempenho totalmente digital, o que, para a assessora de Gestão de Pessoas da DRE de Porto Nacional, Iziane Gomes, foi essencial. “Deixar de imprimir milhares de cartilhas de papel significa que estamos evoluindo e priorizando a



O Saped coloca a Secretaria da Administração do estado do Tocantins na frente das demais como inovadora

sustentabilidade”, pontuou.

O Portal do Servidor é outro exemplo de inovação tecnológica. Com interface responsiva, ele é adaptado para diversos dispositivos e resolução de tela: Smartphones, Data Show, Tablete, Notebook. Outro

benefício é que ele possui código aberto e gratuito. Não há gastos com licenças, sem custos para os cofres públicos.

QUALIFICA

Esse é outro avanço do governo de Tocantins. A instalação do Sistema de Informações de Qualificações do Servidor Público (Qualifica) foi o instrumento desenvolvido para dar autonomia aos servidores públicos na comprovação de informações curriculares de forma eletrônica e on-line, sem a necessidade de impressão de formulários e documentos.

Na prática, o servidor pode cadastrar suas qualificações a qualquer momento, sem a vinculação direta com lista de aptos a progressão.

A gerente de Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional, Christiane Souza, diz que o sistema é interligado a outros sites de unidades certificadoras, o que facilita a anexação de documentos por parte dos servidores.

Na visão de Christiane, com menos entregas físicas e menos papel, o processo de cadastro de documentos fica mais rápido e menos burocrático. Ela afirma que o Qualifica veio para modernizar e otimizar a validação de cursos de qualificações do servidor, viabilizando a definição de políticas e qualificação de pessoal, valorizando o servidor público, promovendo e gerindo, de forma mais eficiente, os serviços públicos.

“É um sistema que possui uma interface amigável e responsiva, adaptável a qualquer dispositivo e com capacidade de responder com eficácia às expectativas do usuário, fornecendo uma navegação confortável e segura”, garante o superintendente de Sistemas de Informação, Marinaldo Santos.



CONSULTAS PÚBLICAS

A consulta pública é a forma utilizada pelo governo do Tocantins para ouvir a população sobre suas necessidades, ou seja, é o momento de diálogo entre o governo e a sociedade sobre a gestão pública.

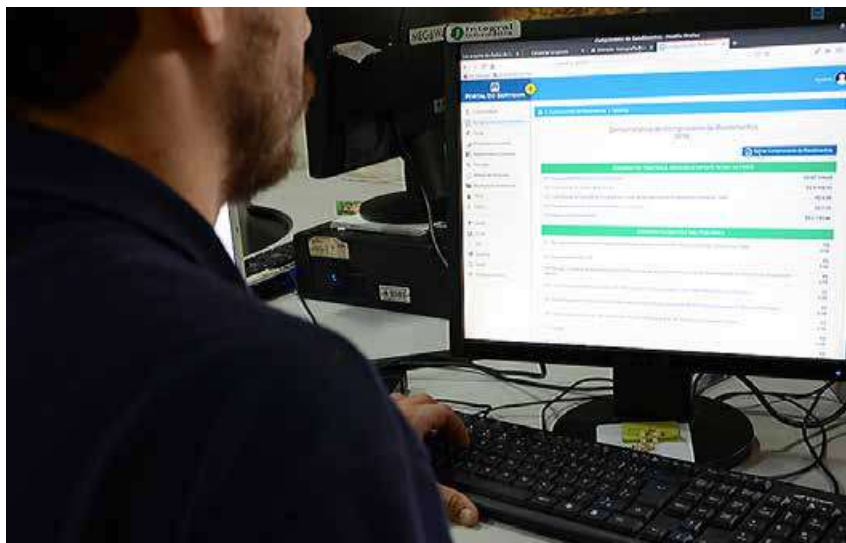
No caso, a consulta pública visa, especificamente, à formatação do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, o documento no qual vai constar todas as ações que o governo do Tocantins deverá implantar para melhorias no desenvolvimento socioeconômico do estado.

As consultas públicas e a elaboração do PPA estão sob a coordenação da Secretaria da Fazenda e Planejamento (Sefaz), mas contam também com a participação dos demais órgãos do governo estadual.

Nesse contexto, a ATI tem acompanhado o sistema utilizado para construção do PPA 2020-2023. O diretor de Sistemas de Informação, Lucas Cunha, informou que, quando a demanda das consultas públicas surgiu, a equipe não mediu esforços para criar as ferramentas necessárias para tornar os serviços a que o cidadão teria acesso mais intuitivos e rápidos e os dados gerados a uma gestão mais eficiente.

Segundo ele, isso permite uma maior representatividade da sociedade no Orçamento público e, após a confecção do PPA, que o cidadão acompanhe as demandas que ele mesmo apontou. “Isso se transforma na melhor prestação de serviços públicos e mostra um estado que atende aos anseios de sua população, porque o cidadão, por meio da tecnologia, é convidado a ser o principal ator e fiscal nas ações do governo”, afirmou Lucas Cunha.

O sistema utilizado para gerir toda a estrutura das consultas públicas é mais um exemplo da transformação digital que o governo do estado promove para melhorar as rotinas de trabalho.



Sistema possibilita que a avaliação de desempenho seja realizada pelo Portal do Servidor

“Este fluxo todo é realizado por meio da estrutura tecnológica que envolve o sistema com rede dedicada e exclusiva para o bom funcionamento, proporcionando a entrega dos resultados com maior rapidez. Toda a estrutura é ofertada pela ATI e transportada para o local do evento”, ressaltou o desenvolvedor da Gerência de Desenvolvimento de Sistemas, Edir Pereira.





NO PORTAL, O CIDADÃO PODE VERIFICAR OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CADA TIPO DE ATENDIMENTO E IMPRIMIR BOLETOS DE TAXAS

É PRA JÁ DISPONIBILIZA SERVIÇOS ON-LINE PARA AGILIZAR ATENDIMENTOS

COM DADOS DO SISTEMA DE GESTÃO, DE JANEIRO A AGOSTO DE 2019, FORAM REALIZADOS MAIS DE 160 MIL ATENDIMENTOS NA UNIDADE DE ARAGUAÍNA, EM MÉDIA, MIL POR DIA

TEXTO: SECOM/TO
FOTO: WANDERSON GONÇALVES / GOV. TO



O ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE ATENDIMENTO DO É PRA JÁ É DE 95%

O serviço de atendimento rápido ao cidadão É Pra Já, gerido pela Secretaria da Administração do Tocantins, disponibilizou no Portal da Secad um link de acesso rápido, cujo endereço é o <https://secad.to.gov.br/e-pra-ja/>. O link serve aos órgãos e serviços oferecidos pelo programa.

O objetivo é obter agilidade e melhorar o atendimento ao cidadão. Para isso e para garantir a eficácia na prestação de serviço, a Superintendência de Benefício e Atendimento ao Cidadão realiza estudos e análises da necessidade de novos órgãos parceiros, além de acompanhar as atividades das unidades e monitorar todos os dados relativos ao atendimento.

Com dados do sistema de gestão, de janeiro a agosto de 2019 foram realizados mais de 160 mil atendimentos na unidade de Araguaína, em média mil por dia. Foi com o objetivo de proporcionar um atendimento diferenciado que a superintendente de Benefícios e Atendimento ao Cidadão, Carol Bueto, visitou Araguaína. A ideia foi divulgar os serviços e a nova ferramenta disponível.

A superintendente afirma que, por meio do site, o cidadão terá maior comodidade para resolver suas demandas. “Com a nova ferramenta de modernização do site do É Pra Já, o usuário terá também mais celeridade no atendimento. Da casa dele conseguirá imprimir documentos necessários, uma vez que ele já vai chegar com a documentação pronta. Um dos objetivos disso é diminuir o tempo de espera.

Assim, o usuário consegue realizar seu atendimento em menos tempo”, informou.

A diretora da unidade de atendimento de Araguaína, Maria do Socorro Ferreira, reiterou que a unidade tem alcançado índices de aprovação acima de 95% entre os conceitos bom e ótimo, segundo pesquisas realizadas diariamente com os usuários.

“O Programa hoje oferece serviços de diversos órgãos estaduais e alguns privados. Prezamos por um atendimento democrático, pois aqui o cidadão chega, retira sua senha e aguarda o atendimento. Prezamos sempre pela qualidade do atendimento”, destacou a diretora.

Para os usuários dos serviços do É Pra Já, a satisfação é quase unânime. A dona de casa Elisângela Sousa, que precisou utilizar os serviços da Secretaria da Segurança Pública, conta que ajudou sua avó na emissão da segunda via da carteira de identidade.

“O atendimento aqui é diferenciado, super-rápido. Imprimi o boleto pelo site e paguei no banco. Vim aqui somente para retirar o documento. Isso é uma mão na roda, ainda mais no caso de minha avó, que é idosa. Um atendimento assim é muito bom”, elogiou.

Carol Bueto ressalta que os serviços do É Pra Já estão passando por uma remodelagem. “Nosso foco é prestar um serviço de qualidade. Estamos avançando nesse sentido do ponto de vista físico, de pessoal e com a nova plataforma tecnológica, na qual os usuários podem obter todas as informações que facilitarão o acesso a todos os serviços do programa”, concluiu. ●

ME POUPE!
Nathalia Arcuri



ENAP LANÇA CURSO COM NATHALIA ARCURI, DO CANAL ME POUPE!

PARCERIA TEM O OBJETIVO DE ENSINAR PLANEJAMENTO FINANCEIRO E DE INVESTIMENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS

TEXTO: ASCOM/ENAP
FOTO: DIVULGAÇÃO

O Me Poupe!, maior plataforma financeira do mundo, fundada pela especialista em finanças Nathalia Arcuri, é a mais nova parceira da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em um curso online de educação financeira para servidores públicos.

O curso Me Poupe! Investa com Nathalia Arcuri é totalmente gratuito e foi estruturado com os vídeos do canal, organizado em módulos e exercícios. É oferecido certificado de conclusão a quem for aprovado na avaliação final.

Qualquer cidadão pode se inscrever no curso. Contudo, o principal objetivo da parceria entre Me Poupe! e Enap está em auxiliar os servidores públicos a terem um melhor planejamento financeiro.

Tendo em vista o acesso facilitado a linhas de financiamento e crédito consignado, uma grande parcela desses profissionais acaba se tornando inadimplente. Uma pesquisa do Serasa Experian, feita em 2017, apontou 29% de inadimplência entre servidores públicos, uma marca muito alta quando comparada à porcentagem de brasileiros inadimplentes (em torno de 40%).

Também o Banco Central mostrou, em pesquisa recente, que, somente entre os meses de janeiro e abril de 2019, mais de R\$ 42 bilhões foram emprestados em forma de consignados para servidores públicos.

O curso foi pensado para ajudar a mudar essa realidade. Me Poupe! Investa com Nathalia Arcuri está disponibilizado gratuitamente na plataforma da Escola Virtual de Governo (EVG), no site www.escolavirtual.gov.br, desde novembro de 2019. A EVG é o Portal Único de Escolas de Governo, mantido pela Enap, no qual servidores públicos ou cidadãos têm acesso a um catálogo unificado de cursos das principais escolas de governo e centros de capacitação da Administração Pública.

Nathalia Arcuri, vencedora do Prêmio Comunique-se na categoria economia (2018), é jornalista e fundadora da primeira plataforma de entretenimento financeiro do Brasil, o Me Poupe! Aprendeu sozinha a investir, especializou-se em planejamento financeiro pelo INSPER.

Em 2014 ganhou o prêmio máximo do planejamento financeiro do Brasil pelo Instituto Planejar e é atual vencedora do Prêmio Influenciadores Digitais na categoria Empreendedorismo e Negócios (2019). Também é autora do best-seller Me Poupe! 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso, com mais de 400 mil cópias vendidas.

O Me Poupe! Impacta diretamente mais de 13 milhões de brasileiros por mês e tem como missão ajudá-los a lidar melhor com seu dinheiro e promover o empreendedorismo.



LANÇAMENTO BOOTCAMP ENAP PARA SERVIDORES PÚBLICOS

Interessados podem fazer o cadastro. As atividades estão programadas para o segundo trimestre de 2020.

A Escola Nacional de Administração Pública lança o Coding Bootcamp Enap, um treinamento técnico que ensina habilidades de programação para os profissionais do futuro, utilizando métodos dinâmicos e práticos testados internacionalmente. O participante conclui o curso com aplicação digital pronta. A formação inclui conceitos básicos de programação, algoritmos, análise de dados e machine learning, design de interfaces (UI) e de experiência do usuário (UX) em aplicações digitais e manipulação e integração de dados.

O público alvo são servidores públicos federais de todas as carreiras com interesse em adquirir novas habilidades e conectar-se com tecnologias e linguagem digitais. **Informações:** bootcamp@enap.gov.br

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DO TCU

Cursos são gratuitos, sem limite de vagas, abertos a qualquer pessoa.

O Tribunal de Contas da União, dando continuidade ao Programa de Capacitação de Servidores Públicos e Cidadãos, ampliou o número de cursos disponíveis no formato auto-instrucional, aberto e massivo (MOOC, na sigla em inglês), ou seja, são cursos gratuitos, sem limite de vagas, que estão sempre abertos a qualquer pessoa, auxiliando os servidores públicos com orientações úteis e práticas para a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos e os cidadãos no exercício do controle social.

Mais informações em:

<https://contas.tcu.gov.br/ead/>

INDICAÇÕES – LIVROS PARA APRENDER

GESTÃO PÚBLICA INOVADORA

Se você quer transformar a realidade do setor público, se você quer deixar um país melhor para as gerações futuras, se você quer exercer sua cidadania contribuindo para a solução de problemas no governo, se você quer se engajar e se comprometer em ofertar serviços públicos e políticas públicas de qualidade, este livro é para você.

Antonio Isidro, professor da Universidade de Brasília e especialista em pessoas e inovação, acredita que as organizações públicas devem ser ecossistemas de inovação aberta e colaborativa para que as empresas privadas, as organizações de terceiro setor, os representantes da sociedade e os cidadãos interajam continuamente com servidores e gestores públicos na busca por soluções viáveis para problemas complexos.

Antonio Isidro vai motivar você a ser um (a) inovador (a), um (a) agente de mudança capaz de contribuir para a inovação no setor público municipal, estadual e federal. Para ele, a gestão pública inovadora se faz com pessoas comprometidas, qualificadas e motivadas, atuando de forma proativa e fundamentada em melhores práticas, ferramentas e conhecimentos científicos aplicados.

Desfrute da inovação como o novo paradigma de gestão pública e de governança colaborativa no século XXI.

A excelência na administração pública gera impacto positivo na vida das pessoas, ofertando serviços de qualidade e políticas públicas inclusivas. Para isso, inovar pressupõe que as políticas públicas, os processos organizacionais e os serviços públicos serão continuamente melhores, gerando mais valor e mais confiança no Estado. Sem inovação, o setor público frustrará a todos. Com o intuito de fortalecer



as capacidades organizacionais e institucionais do poder público, *Gestão Pública Inovadora* oferece meios para que você possa nutrir a inovação em todas as suas formas de expressão no setor público.

ESTE LIVRO DESTINA-SE A:

- Servidores e gestores públicos;
- Pesquisadores, consultores e profissionais de inovação;
- Professores e estudantes de cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Administração e demais áreas de conhecimento correlatas ao setor público.



MODELAGENS EFICIENTES CONSTRÓEM GESTÕES INOVADORAS

O grupo Houer é formado por empresas que atuam de forma independente ou conjunta na assessoria de governos e entes privados, desenvolvendo projetos por meio de concessões e parcerias público-privadas. **A Houer oferece soluções inteligentes em áreas estratégicas.**

CONCESSÕES

ENGENHARIA

TECNOLOGIA

AUDITORIA



PROJETOS EM
13 ESTADOS + DF

 de **R\$ 42 bilhões** modelados

 de **R\$ 20 bilhões** licitados

 de **R\$ 7,6 bilhões** em investimentos

HOUER
Modelagem em projetos
públicos e privados



Ao lado dos
empresários, em
busca de um
melhor ambiente
de negócios e do
desenvolvimento
do estado do Rio
de Janeiro.

